

**MARCELO TAVARES DE SOUZA CAMPOS**

**UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS DO GEOPROCESSAMENTO NA  
GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE ITAPEMA – SC,  
IDENTIFICANDO ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE  
TURÍSTICO.**

FLORIANÓPOLIS, 2010.

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da  
Universidade Federal de Santa Catarina

C198u Campos, Marcelo Tavares de Souza

Utilização de técnicas do geoprocessamento na gestão pública municipal de Itapema-SC, identificando zonas especiais de interesse turístico [dissertação] / Marcelo Tavares de Souza Campos ; orientador, Carlos Loch. - Florianópolis, SC, 2010.

159 p.: il., grafs, tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Inclui referências

1. Arquitetura. 2. Turismo - Itapema (SC).
3. Geoprocessamento. I. Loch, Carlos. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDU 72



Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro Tecnológico  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

MARCELO TAVARES DE SOUZA CAMPOS

**UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS DE GEOPROCESSAMENTO NA  
GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE ITAPEMA – SC,  
IDENTIFICANDO ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE  
TURÍSTICO.**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e  
Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina,  
como um dos requisitos para obtenção do título de  
Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. CARLOS LOCH.

FLORIANÓPOLIS, 2010.

MARCELO TAVARES DE SOUZA CAMPOS

UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS DO GEOPROCESSAMENTO NA GESTÃO  
PÚBLICA MUNICIPAL DE ITAPEMA – SC, IDENTIFICANDO ZONAS  
ESPECIAIS DE INTERESSE TURÍSTICO.

Esta dissertação foi julgada e aprovada perante banca examinadora de trabalho final, otorgando ao aluno o título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração Projeto e Tecnologia do Ambiente Construído, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PósARQ, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

---

Fernando Oscar Ruttkay Pereira, Dr.  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Banca Examinadora:

---

Carlos Loch, Dr.- Orientador /Moderador  
PósARQ/ UFSC

---

Alice Teresinha Cybis Pereira, Dra.  
PósARQ/ UFSC

---

Ayrton Portilho Bueno, Dr.  
PósARQ/ UFSC

---

Paulo dos Santos Pires, Dr.  
Univali/SC

FLORIANÓPOLIS, 2010.

## AGRADECIMENTOS

A DEUS pela vida, família, e amigos que me proporcionou;

À minha família materna: a minha mãe Eni Tavares, a minhas irmãs: Juliana Tavares e Gabriela Souza, tios (as), primos(as) , afilhados(as) , e em especial meu avô Cardelino Souza (*in memoriam*), e minha avó Nilda Tavares;

Ao prof. Dr. Carlos Loch, pela orientação, incentivo, e oportunidades que aprimoraram meus conhecimentos, e proporcionaram amadurecimento profissional;

À Universidade Federal de Santa Catarina, e ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo PósARQ pela estrutura disponibilizada ;

Ao Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, do Ministério da Educação pelo incentivo financeiro a pesquisa;

Ao LabFSG da Universidade Federal de Santa Catarina pelos materiais e equipamentos disponibilizados durante o período de realização da pesquisa.

Aos professores do PósARQ, em especial a Profa. Dra. Carolina Palermo, Prof. Dr. Fernando Ruttkay, Prof<sup>a</sup>. Dra. Alice Pereira, Prof. Dr. Ayrton Bueno, Prof<sup>a</sup>. Dra. Alina Santiago e Prof<sup>a</sup>. Dra. Margarita Barretto;

Aos professores MS.c Nara Santos, e MS.c Valter Azambuja que incentivaram minha inserção durante a graduação na produção científica e extensão universitária;

À secretária e a estagiária do PósARQ Ivonete Seifert e Juliana Yuriko. Ao funcionário do LABFSG Edi Assini Júnior e Nilton Cesar Pereira pela dedicação e ajuda durante todo período do curso;

Aos colegas do LabFSG, e da revisão do Plano Diretor de Itapema em especial: Fernanda S. Schuch, Geraldo Almeida, Nora Rebollar, Nerilson Almeida, Jacir Ramb, Priscila Braun, Mirtz Oliveira, Camila Negrello, Gustavo Nienkoetter, Clarisse Lopez, Deocleciano Neto, Rodrigo Modotte, Manuela Paz, Camila Cesário e Yuzi Rosenfeldt.

Aos eternos colegas e amigos do PósARQ pela compreensão, e amizade que proporcionaram durante o curso, em especial a Andréia Saugo, Delma Morari, Isabela Andrade, Nedilo Xavier, Daiana Bastezini, Marines Walkowski, Elena Oliveira e Mariana Guarnica ;

À Prefeitura Municipal de Itapema por todo apoio durante a pesquisa;

Aos meus amigos em especial a Vanessa Cataneo, Alice Lopez, Renata Vanz, Adair Escarcel, Cláudio Gonzáles, Alex Clavijo, Fábio Nardello, Giuliano Macuglia, Ricardo Brum, Michel Souza , Michel Figueira, Andersson Nobre, Gabriel Oliveira e Leandro Neckel pelo apoio.

MUITO OBRIGADO A TODOS.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>26</b>
<b>1.1 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA</b> .....	<b>27</b>
<i>1.1 Questões Propostas</i> .....	<i>32</i>
<b>1.2 OBJETIVOS</b> .....	<b>32</b>
<i>1.2.1 Objetivo Geral</i> .....	<i>32</i>
<i>1.2.2 Objetivos Específicos</i> .....	<i>33</i>
<b>1.3 ESTRUTURA DA PESQUISA</b> .....	<b>33</b>
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b> .....	<b>35</b>
<b>2.1 GEOPROCESSAMENTO</b> .....	<b>35</b>
<i>2.1.1 Definições</i> .....	<i>35</i>
<i>2.1.2 Sistema de informação geográfica aplicado ao turismo no Brasil</i> .....	<i>37</i>
<b>2.2 A IMPORTÂNCIA DA PAISAGEM PARA O TURISMO</b> .....	<b>41</b>
<i>2.2.1 Características da paisagem</i> .....	<i>42</i>
<i>2.2.2 A paisagem como recurso turístico</i> .....	<i>43</i>
<b>2.3 O FENÔMENO TURÍSTICO E SUAS PECULIARIDADES</b> .....	<b>45</b>
<i>2.3.1 Segmentação turística</i> .....	<i>50</i>
<i>2.3.2 Turismo de Sol e Mar e suas características</i> .....	<i>52</i>
<b>2.4 GESTÃO PÚBLICA NO TURISMO</b> .....	<b>54</b>
<i>2.4.1 Zoneamento Turístico – determinação de Zonas Especiais de Interesse Turístico</i> .....	<i>55</i>
<b>2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL</b> .....	<b>57</b>
<i>2.5.1 Década de 1930 até a década de 1990</i> .....	<i>58</i>
<i>2.5.2 Década de 1990 até o início do século XXI</i> .....	<i>61</i>
<b>3 ÁREA DE ESTUDO – MUNICÍPIO DE ITAPEMA</b> .....	<b>65</b>
<b>3.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E ADMINISTRATIVA</b> .....	<b>65</b>
<b>3.2 CARACTERÍSTICAS CLIMATOLÓGICAS, VEGETAÇÃO E GEOMORFOLÓGICAS</b> .....	<b>68</b>
<b>3.3 CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS</b> .....	<b>69</b>
<b>4 MATERIAIS E MÉTODO</b> .....	<b>73</b>
<b>4.1 APRESENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO</b> .....	<b>75</b>
<b>4.2 ETAPAS DE REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO</b> .....	<b>76</b>
<i>4.2.1 Realização de visitas técnicas para a coleta de dados</i> .....	<i>76</i>
<i>4.2.2 Análise e processamento de produtos cartográficos, fotogramétricos, imagem de satélite, fotografias panorâmicas e de curta distância</i> .....	<i>76</i>

<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>81</b>
<b>5.1 ANÁLISE DA TRANSFORMAÇÃO OCUPACIONAL DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA EM DIFERENTES PERÍODOS .....</b>	<b>81</b>
<b>5.2 IDENTIFICAÇÃO DOS ATRATIVOS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS, ASSIM COMO, A INFRAESTRUTURA DE APOIO AO TURISMO, E ÓRGÃOS OFICIAIS DE TURISMO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE ITAPEMA .....</b>	<b>93</b>
5.2.1 <i>Atrativos turísticos</i> .....	94
5.2.2 <i>Equipamentos e serviços turísticos</i> .....	103
5.2.3 <i>Infraestrutura de apoio ao turismo</i> .....	110
5.2.4 <i>Órgãos oficiais de turismo</i> .....	119
<b>5.3 ESPACIALIZAÇÃO DOS ATRATIVOS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS, JUNTAMENTE COM A INFRAESTRUTURA DE APOIO AO TURISMO E ÓRGÃOS OFICIAIS DE TURISMO PRESENTES NO MUNICÍPIO DE ITAPEMA .....</b>	<b>119</b>
<b>5.4 ESPACIALIZAÇÃO DAS SEGMENTAÇÕES TURÍSTICAS CONSOLIDADAS OU QUE ESTÃO EM DESENVOLVIMENTO E/OU POTENCIAL NO MUNICÍPIO DE ITAPEMA .....</b>	<b>128</b>
<b>6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>135</b>
<b>6.1 CONCLUSÕES QUANTO À TRANSFORMAÇÃO OCUPACIONAL DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA EM DIFERENTES PERÍODOS .....</b>	<b>135</b>
6.1.1 <i>Recomendações quanto à transformação ocupacional do município de Itapema em diferentes períodos</i> .....	136
<b>6.2 CONCLUSÕES QUANTO À IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS QUE COMPÕEM A OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA .....</b>	<b>137</b>
6.2.1 <i>Recomendações à quanto à identificação dos elementos que compõem a oferta turística do município de Itapema</i> .....	138
<b>6.3 CONCLUSÕES QUANTO À ESPACIALIZAÇÃO DOS ELEMENTOS QUE COMPÕEM A OFERTA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA .....</b>	<b>139</b>
6.3.1 <i>Recomendações quanto à espacialização dos elementos que compõem a oferta turística do município de Itapema</i> .....	140
<b>6.4 CONCLUSÕES QUANTO À ESPACIALIZAÇÃO DAS SEGMENTAÇÕES TURÍSTICAS CONSOLIDADAS OU QUE ESTÃO EM DESENVOLVIMENTO E/OU POTENCIAL EM ITAPEMA .....</b>	<b>141</b>
6.4.1 <i>Recomendações quanto à espacialização das segmentações turísticas consolidadas ou que estão em desenvolvimento e/ou potencial em Itapema</i> .....	141
<b>6.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA .....</b>	<b>142</b>
<b>7. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>145</b>

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: INTEGRAÇÃO DE DADOS PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO.....	36
FIGURA 2: LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA - SANTA CATARINA - BRASIL.....	70
FIGURA 3: FOTOGRAFIA PANORÂMICA DE PARTE DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA, SENTIDO NORTE/SUL DÉCADA DE 1960.....	88
FIGURA 4: FOTOGRAFIA PANORÂMICA DE PARTE DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA, SENTIDO NORTE/SUL ANO DE 2009.....	88
FIGURA 5: FOTOGRAFIA DO MORRO DO CABEÇO, NO BAIRRO CANTO DA PRAIA, COM EMPREENDIMENTOS LIGADOS AO TURISMO. ....	89
FIGURA 6: FOTOGRAFIA DA Pousada LAS BRISAS LOCALIZADA NO BAIRRO CANTO DA PRAIA.....	90
FIGURA 7: FOTOGRAFIA DA SAÍDA DA REDE DE DRENAGEM URBANA NA PRAIA DO CENTRO, NO BAIRRO CENTRO, COM DESPEJO DO ESGOTO SANITÁRIO. ....	90
FIGURA 8: FOTOGRAFIA DE UMA CACHOEIRA NA COMUNIDADE SÃO PAULINO, UTILIZADA PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA. ....	91
FIGURA 9: FOTOGRAFIA DA EXPLORAÇÃO DE ARGILA EM ITAPEMA, NO BAIRRO ALTO SÃO BENTO, COM VISTA DO BAIRRO MEIA PRAIA. ....	92
FIGURA 10: FOTOGRAFIA QUE REPRESENTA A EXPLORAÇÃO DE ARGILA EM ITAPEMA, NO BAIRRO ALTO SÃO BENTO.....	92
FIGURA 11: IMAGEM UTILIZADA NO GUIA TURÍSTICO MUNICIPAL DE ITAPEMA. ....	95
FIGURA 12: VISÃO DA FORMAÇÃO ROCHOSA LITORÂNEA “PEDRA QUE BOLE” NO BAIRRO ÍLHOTA.....	96
FIGURA 13: VESTÍGIOS DA AÇÃO ANTRÓPICA EM ATRATIVOS TURÍSTICOS NO BAIRRO ÍLHOTA.....	97
FIGURA 14: VISTA GERAL DA PRAIA MEIA PRAIA, LOCALIZADA NO BAIRRO HOMÔNIMO. ....	98
FIGURA 15: DETALHE DA PRAIA GROSSA LOCALIZADA NO BAIRRO ÍLHOTA.....	99
FIGURA 16: VISTA GERAL DA CAPELA SÃO JOÃO BATISTA, LOCALIZADA NA ZONA RURAL DE ITAPEMA.....	100
FIGURA 17: FOTOGRAFIA QUE REPRESENTA A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL, LOCALIZADA NO CENTRO DE ITAPEMA. ....	101
FIGURA 18: VISTA GERAL DA PRAÇA DA PAZ, LOCALIZADA NO CENTRO DE ITAPEMA. ....	102
FIGURA 19: VISTA GERAL DO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS, LOCALIZADO NO BAIRRO CASA BRANCA. ....	102
FIGURA 20: EXEMPLO DE UM EMPREENDIMENTO HOTELEIRO NO CENTRO DE ITAPEMA. ....	104

FIGURA 21: DETALHE DE UMA POUSADA NO CENTRO DE ITAPEMA, UTILIZANDO-SE DA NOMENCLATURA “HOTEL” EM SUA FACHADA. ....	105
FIGURA 22: VISÃO INTERNA DE UM RESTAURANTE QUE TRABALHA COM CARDÁPIOS A BASE DE FRUTOS DE MAR.....	106
FIGURA 23: VISÃO DAS “ACADEMIAS” DA TERCEIRA IDADE LOCALIZADA NO CENTRO DE ITAPEMA. ....	107
FIGURA 24: VISTA DO PARQUE CALÇADÃO NO BAIRRO MEIA PRAIA .....	108
FIGURA 25: VISÃO DE UMA DAS 4 PRAÇAS DO MUNICÍPIO, LOCALIZADA NO BAIRRO MEIA PRAIA. ....	109
FIGURA 26: VISÃO GERAL DO PÓRTICO MUNICIPAL E DO POSTO DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA LOCALIZADOS NO BAIRRO TABULEIRO DAS OLIVEIRAS. ....	110
FIGURA 27: ILUSTRAÇÃO DE UMA PLACA DE SINALIZAÇÃO NO BAIRRO MEIA PRAIA.....	111
FIGURA 28: ILUSTRAÇÃO DE UMA PLACA DE SINALIZAÇÃO NO BAIRRO CASA BRANCA. ....	112
FIGURA 29: FOTOGRAFIA QUE ILUSTRA A ESTRUTURA DA ÚNICA AGÊNCIA DE CORREIOS LOCALIZADA NO CENTRO DE ITAPEMA.....	113
FIGURA 30: FOTOGRAFIA QUE ILUSTRA A ESTRUTURA DE UMA ESTAÇÃO RECEPTORA DE ESGOTO LOCALIZADA NO BAIRRO MEIA PRAIA. ....	114
FIGURA 31: FOTOGRAFIA QUE ILUSTRA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESTAÇÃO RECEPTORA DE ESGOTO NO CENTRO DE ITAPEMA. ....	115
FIGURA 32: VISÃO GERAL DA ESTRUTURA DO QUARTEL DA POLICIA MILITAR LOCALIZADO NO BAIRRO VÁRZEA.....	116
FIGURA 33: VISÃO GERAL DO CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS PROVITA.....	117
FIGURA 34: ILUSTRAÇÃO DA ESTRUTURA DESATIVADA DO HOSPITAL QUE EXISTIA EM ITAPEMA, LOCALIZADO NO BAIRRO VÁRZEA. ....	118

## **LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1: CRESCIMENTO POPULACIONAL COMPARATIVO BRASIL, SANTA CATARIA E ITAPEMA. ....	29
GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO HIPOTÉTICA DE UM DESTINO TURÍSTICO. ....	47
GRÁFICO 3: VARIAÇÃO DA PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA ENTRE OS ANOS DE 1989 E 2009 NA REGIÃO DE ITAPEMA.....	68



## **LISTA DE MAPAS**

MAPA 1: MOSAICO DO VOO FOTOGRAFÉTICO DO ANO DE 1957.....	82
MAPA 2: MOSAICO DO VOO FOTOGRAFÉTICO DO ANO DE 1978.....	84
MAPA 3: IMAGEM QUICKBIRD DO ANO DE 2008 .....	86
MAPA 4: ATRATIVOS TURÍSTICOS.....	120
MAPA 5: EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS.....	123
MAPA 6: INFRAESTRUTURA DE APOIO AO TURISMO .....	125
MAPA 7: ÓRGÃOS OFICIAIS DE TURISMO.....	127
MAPA 8: SEGMENTAÇÕES TURÍSTICAS .....	129
MAPA 9: ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE TURÍSTICO .....	132



## **LISTA DE SIGLAS**

ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres  
ATI - Academia da Terceira Idade  
CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina  
CITMAR - Consórcio Intermunicipal de Turismo da Costa Verde e Mar  
CNTur - Conselho Nacional de Turismo  
COBRATUR - Comissão Brasileira de Turismo  
CONASA - Companhia Nacional de Saneamento  
CTG - Centro de Tradições Gaúchas  
EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo  
FUNGETUR - Fundo Geral de Turismo  
GNSS - Global Navigation Satellite System  
GPS - Global System Satellite  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
MTur – Ministério do Turismo  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PD - Plano Diretor  
PESB - Parque Estadual da Serra do Brigadeiro  
PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo  
PNT - Plano Nacional de Turismo  
SANTUR - Santa Catarina Turismo  
SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente  
SIG - Sistemas de Informações Geográficas  
SIRGAS - Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas  
SPG - Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina  
SPU - Secretaria do Patrimônio da União  
UNESCO - The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization  
UA - Unidade Habitacional  
UC - Unidade de Conservação  
UTM - Universal Transversa de Mercator  
Z-19 - Zona de Pesca 19  
ZEIT's - Zonas Especiais de Interesse Turístico



## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1: CRESCIMENTO POPULACIONAL COMPARATIVO BRASIL, SANTA CATARIA E ITAPEMA. ....	29
TABELA 2: EMPRESAS LIGADAS AO TURISMO EM ITAPEMA .....	30
TABELA 3: FATOS HISTÓRICOS QUE MARCARAM A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA .....	66
TABELA 4: NÚMERO DE EMPRESAS E/OU ESTABELECIMENTOS EM ITAPEMA POR SETOR ECONÔMICO – 1970, 1975, 1980 E 2009. ....	58
TABELA 5: ESTIMATIVA POPULACIONAL, CONTAGEM DA POPULAÇÃO E MOVIMENTO ESTIMADO DE TURISTAS .....	71
TABELA 6: MEIOS DE HOSPEDAGEM UTILIZADOS .....	59



## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1: ELEMENTOS QUE CONSTITUEM A OFERTA TURÍSTICA. ....	73
QUADRO 2: DEFINIÇÕES OFICIAIS DE TIPOLOGIAS DE TURISMO EMBRATUR .....	74
QUADRO 3: SÍNTESE DA METODOLOGIA DA PESQUISA. ....	79



## **ANEXOS**

ANEXO I: OFÍCIO/SF/866/09 - INFORMAÇÕES PARA O PLANO DIRETOR.....	155
ANEXO II: OFÍCIO/PD /06/09. INFORMAÇÕES PARA O PLANO DIRETOR.....	157
ANEXO III: MÍDIA VISUAL CONTENDO 9 MAPAS QUE FORAM ELABORADOS NESTA PESQUISA.....	159



## RESUMO

*A presente pesquisa busca identificar e espacializar Zonas Especiais de Interesse Turístico (ZEIT's) no município de Itapema através da utilização de técnicas do geoprocessamento, de modo a auxiliar a gestão do potencial turístico municipal. Para isso, a fundamentação teórica compreendeu a análise de estudos de caso onde técnicas do geoprocessamento foram aplicadas ao planejamento e gestão da atividade turística, bem como, peculiaridades inerentes a evolução e caracterização do fenômeno turístico. Analisou-se, ainda, a gestão pública no turismo, a importância do zoneamento para o desenvolvimento sustentável da atividade turística e as características da evolução das políticas públicas de turismo no Brasil. Na metodologia define-se o critério e conceito para classificação de cada Zona Turística, bem como, é especificado o procedimento da coleta, organização e estruturação dos dados que constituíram cada ZEIT's. Em seguida são apresentados os resultados e discussões de acordo com cada objetivo proposto. Constatou-se um grande potencial na aplicação das técnicas do geoprocessamento para a gestão do turismo ao nível municipal possibilitando a identificação da transformação territorial e sua relação com o tema. A utilização de técnicas do geoprocessamento também permitiu a visualização global do estágio de desenvolvimento turístico em diferentes Zonas Homogêneas. Apresentou-se também uma base cartográfica identificando e espacializando as Zonas Especiais de Interesse Turístico de Itapema. A partir da correlação entre os dados da revisão bibliográfica e os resultados obtidos no presente estudo, são inferidas algumas conclusões e apontadas recomendações para cada objetivo proposto nesta pesquisa.*

Palavras chave: Arquitetura e Urbanismo, Turismo, Geoprocessamento, Gestão do Turismo



## ABSTRACT

*This paper seeks to identify and spatialize Special Areas of touristic Interest (ZEIT's) in the municipality of Itapema using GIS techniques to assist the management of the municipal tourism potential. For this study, the theoretical included analysis of case studies that GIS techniques were applied for the planning and management of tourism, as well as not common situations belonging for the development and characterization of the tourism phenomenon. Moreover, the public management of tourism, the zoning importance for the sustainable tourism development, and the characteristics of the evolution of tourism public policies in Brazil were also analyzed. In this methodology it was defined the concept and criteria for classification of each Tourism Zone, as well as the collection procedure, organization and structuring of data that was constituted for each ZEIT's. After it was presented the results and discussions according to each focus. It was verified the great potential in applying the techniques of GIS for tourism management at the municipal level allowing the identification of territorial transformation and its relation for each focus. The use of GIS techniques also permitted visualization of the global stage of tourism development in different homogeneous zones. Moreover, it was presented also a cartographic database identifying and spatialising Special Areas of touristic Interest in Itapema. Using the correlation between literature review and the results that was obtained in this study, it was possible to infer some conclusions and recommendations outlined for each focus proposed in this research.*

**Keywords:** Architecture and Urbanism; Tourism, GIS, Tourism Management



# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Justificativa e Relevância

A evolução nos sistemas de informações das agências de viagens, o desenvolvimento do transporte aéreo, especialmente da aviação comercial, a massificação dos meios de comunicação, a infraestrutura e supraestrutura necessária para o deslocamento de pessoas, oriunda da 2ª Guerra Mundial, foram primordiais para a consolidação da atividade turística em diversos países.

A estrutura deixada pela guerra resultou em um mundo repleto de aviões e aeroportos de uso, a princípio, militar. Estas instalações encontravam-se em pontos bem remotos, e estavam livres e ociosas, oferecendo um cenário que permitiria ao turista descobrir a possibilidade de escolha entre um amplo leque de atrativas ilhas como Córsega, Sardenha, Majorca, Menorca, entre outras, todas bem equipadas em termos aeroportuários, e com viagens a preços acessíveis. (TURNER E ASH, 1991 p. 139).

Assim inicia-se, a partir da década de 1960, o que hoje se conhece por turismo de massa, caracterizado pela intensificação de viagens de lazer, ofertadas a partir pacotes turísticos com deslocamento de turistas em grande escala para destinos turísticos específicos, e por investimentos alocados pelo poder público e privado no setor, objetivando o estímulo ao desenvolvimento da economia regional e nacional.

Na década de 1960, estimulado pelos grandes aviões impulsionando as viagens *charter* e pela crescente influência econômica das classes médias dos países industriais ocidentais, o turismo é elevado em grande escala. Este fenômeno passou a ser interpretado como uma oferta de novas oportunidades aos países do terceiro mundo para assegurar a obtenção de divisas e estimular o seu desenvolvimento econômico (de KADT 1991, p. 15).

Apesar do empenho do poder público e dos defensores do turismo em larga escala, como uma alternativa para o desenvolvimento sustentável de um país ou região, este fenômeno se caracterizou por gerar grandes transtornos as comunidades receptoras como a especulação imobiliária, degradação ambiental, miscigenação cultural, perda dos costumes locais e intensificação das desigualdades sociais.

Na mesma década em que o turismo de massa teve início, emancipava-se do município de Porto Belo, o então distrito de Itapema.

Essa emancipação foi ocasionada pelo aumento populacional ocorrido ao longo da primeira metade do século XX, que propiciou as condições mínimas para a criação do município de Itapema fundado em 21 de fevereiro de 1962.

A área que compreende o atual município de Itapema foi colonizada pelos açorianos no século XVIII, e desde então foi caracterizada pela evolução de diferentes estágios que afetaram sua estrutura político-administrativa, dentre os quais se destacam povoado, arraial, freguesia, distrito e município. Em cada um destes períodos ocorreram diversos fatos relevantes para o desenvolvimento sócio-cultural da comunidade.

De origens étnico-culturais e procedências diversas, tanto de Santa Catarina quanto de outros estados da federação brasileira, a população de Itapema vem apresentando um crescimento expressivo nas últimas décadas, e atualmente está fragmentado em Zona Rural, e 11 bairros, dentre os quais destacam-se o Centro, bairro Canto da Praia, Ilhota, Sertãozinho, Alto São Bento, Casa Branca, Várzea, Taboleiro dos Oliveira, Morretes, Leopoldo Zarling e Meia Praia.

Segundo dados do censo demográfico realizado em 1960 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Itapema apresentava uma população de 3.487 habitantes, a qual teve um crescimento acentuado nas décadas seguintes, principalmente na década de 1980.

Esse crescimento populacional é consequência da construção da BR-101 no início da década de 1970, da forte migração interna para a área do município, devido às perspectivas tanto de empregos quanto de investimentos gerados pela construção civil, e também da intensificação da atividade turística que ocorreu a partir do início da década de 1980, visto que, o município é composto por um conjunto de belas praias, as quais estão inseridas na categoria de atrativos turísticos relacionados ao segmento turístico Sol e Mar.

A partir da interpretação dos dados do censo demográfico dos anos de 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000, e da contagem populacional dos anos de 1996 e 2007, é possível constatar que Itapema teve um crescimento populacional superior a 850%, em um período inferior a 5 décadas, conforme pode ser visualizado no **tabela 1 e gráfico 1** que são apresentados na página seguir.

Tabela 1: Crescimento populacional comparativo Brasil, Santa Catarina e Itapema.

Ano	Brasil	Santa Catarina	Itapema
1960	70.992.343	2.146.909	* 3.487
1970	94.508.583	2.930.411	3.492
1980	121.150.573	3.687.652	6.585
1991	146.825.475	4.541.994	12.176
1996	157.070.163	4.875.244	18.085
2000	169.799.170	5.356.360	25.869
2007	183.987.291	5.866.252	33.766

\* População correspondente ao distrito de Itapema, o qual no ano de 1960 estava incorporado ao município de Porto Belo.

Fonte: Quadro gerado a partir de dados contidos nos censos demográficos anos: 1970, 1980, 1991 e 2000, e da contagem populacional: 1996 e 2007, obtidos no Sistema IBGE de Recuperação Automática-SIDRA e VII Recenseamento Geral do Brasil.

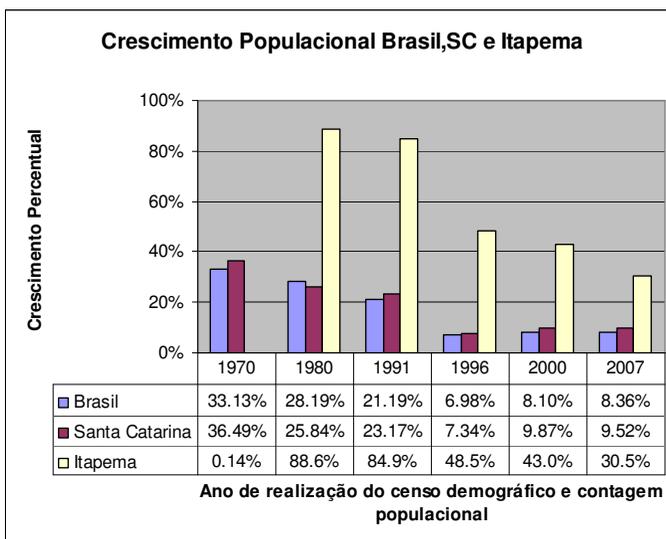


Gráfico 1: Crescimento populacional comparativo Brasil, Santa Catarina e Itapema.

Fonte: Gráfico gerado a partir de dados contidos nos censos demográficos anos: 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000, e da contagem populacional: 1996 e 2007, obtidos no Sistema IBGE de Recuperação Automática-SIDRA e VII Recenseamento Geral do Brasil.

Constata-se ainda, a partir das informações contidas nos dados do censo demográfico do ano 2000 e contagem populacional de 2007, que a população do município obteve um crescimento superior a 30%, em um período inferior a 7 anos, partindo dos 24.769 habitantes, em 2000 para 33.766 habitantes em 2007.

Esse aumento populacional teve como um dos fatores indutores a atividade turística que impulsionou o crescimento urbano, o qual ocorreu desordenadamente estimulado principalmente pela iniciativa privada representada pelo comércio e administradores, corretores e incorporadores de imóveis, que se instalaram no município, concentrando-se, em sua maioria no bairro Meia Praia, conforme demonstrado na **tabela 2**.

Tabela 2: Empresas ligadas ao turismo em Itapema

<b>Bairros</b>	<b>Comércio e administradores de Imóveis</b>	<b>Corretores de Imóveis</b>	<b>Incorporadores de Imóveis</b>
Centro	11	11	1
Ilhota	1	-	-
Leopoldo Zarling	-	1	-
Meia Praia	73	36	11
Morretes	1	2	-
Tabuleiro das Oliveiras	-	1	-
Obs: Não há referência destes empreendimentos em outros bairros, e na Zona Rural.			

Fonte: Gerados a partir de dados da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico de Itapema, 2009.

No ano de 2002, buscando ordenar o crescimento urbano do município, o poder público de Itapema instituiu 5 Leis Complementares, dentre as quais podemos destacar a Lei 07, que instituiu o plano diretor (PD). Em seu Art. 1º, dispõe da finalidade em ser instrumento básico, global e estratégico de uma política que vise o desenvolvimento sustentável, servindo de orientação aos agentes públicos e privados que atuam na produção e gestão do espaço territorial do município, objetivando o pleno desenvolvimento das funções sociais das áreas urbanas e naturais, de forma a garantir o bem estar do cidadão (PLANO DIRETOR DE ITAPEMA, 2002, p. 1).

Dentre as diretrizes do PD de Itapema está a dinamização da economia do município, e em seu Art.7, delibera o estabelecimento de ações que dizem respeito ao fenômeno turístico.

Para consolidar e dinamizar a estrutura econômica do município ficou estabelecido como um dos objetivos específicos a consolidação do turismo e incentivo a prestação de serviços de qualidade de acordo com as seguintes diretrizes. a)incentivar a qualificação da mão de obra local; b) manter e consolidar as áreas turísticas existentes e incentivar novos investimentos neste setor; c) ordenar a instalação, em locais acessíveis, de estabelecimentos turísticos, preservando a qualidade ambiental (PLANO DIRETOR DE ITAPEMA, 2002).

Apesar do plano diretor vigente em Itapema mencionar, em um de seus objetivos específicos, a atividade turística como sendo o esteio para consolidação e dinamização da economia no município, ele não especifica a metodologia para a efetivação dos objetivos propostos como a identificação e espacialização de áreas de interesse turístico, a diversificação da segmentação e a instalação de empreendimentos turísticos em locais acessíveis.

Também não há referência nas Leis anexas ao plano diretor, e em Decretos municipais vigentes, às diretrizes que nortearão a qualificação de mão de obra turística em Itapema.

Desse modo, entende-se que para Itapema consolidar-se como um destino turístico sustentável, conciliando o crescimento populacional com o desenvolvimento turístico, é imprescindível que seus gestores públicos, além de definir objetivos específicos para ordenar o desenvolvimento da atividade turística, recorram ao uso de diferentes tecnologias para a efetivação de uma política de turismo sustentável.

Algumas destas tecnologias devem apresentar amplo espectro de aplicabilidade na área turística, em especial que contenham entre suas especificidades, a manipulação de informações geoespaciais, possibilitando a análise de cenários espaciais do passado confrontando-os com cenários espaciais do presente, a fim de desenvolver cenários futuros mais sustentáveis.

Dentre estas tecnologias, pode-se destacar as ferramentas contidas no geoprocessamento, as quais ao manipular dados de interesse turístico de qualidade, permitem maximizar os aspectos positivos e minimizar os aspectos negativos gerados pela atividade turística, possibilitando assim a consolidação do objetivo e diretrizes relacionados ao fenômeno turístico, citados anteriormente no PD, e consolidar o município de Itapema como um destino turístico sustentável.

Neste sentido, a partir das técnicas do geoprocessamento, a presente pesquisa busca identificar e espacializar as Zonas Especiais de Interesse Turístico (ZEIT's) no município de Itapema, de acordo com seu estágio de consolidação, com objetivo de propor a municipalidade de Itapema a inserção das mesmas no Plano Diretor, atualmente, em processo de revisão, de modo a auxiliar a gestão pública municipal na temática do turismo.

Cabe ressaltar que a revisão do PD vigente em Itapema está sendo realizada pela equipe de cooperação técnica multidisciplinar, constituída a partir do projeto 159/2009 entre a Universidade Federal de Santa Catarina, Fundação de Amparo a Pesquisa e Extensão Universitária e Prefeitura Municipal de Itapema, que é composta por Engenheiro Agrimensor, Juristas, Arquitetas e Urbanistas, Engenheira Civil e Engenheira Agrônoma, e pelo presente pesquisador.

## **1.1 Questões Propostas**

a- Como analisar a transformação ocupacional, assim como, identificar e espacializar os elementos que compõem a oferta turística do município de Itapema, juntamente com a espacialização das segmentações turísticas consolidadas, em desenvolvimento e/ou potenciais no município?

b- De que forma as técnicas do geoprocessamento podem auxiliar os gestores públicos e privados de Itapema na otimização, e complementação das legislações que normatizam o desenvolvimento territorial, assim como no processo de tomada de decisões?

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Utilizar técnicas de geoprocessamento para identificar e espacializar Zonas Especiais de Interesse Turístico no município de Itapema, de modo a auxiliar gestores públicos e privados no processo de tomada de decisão.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar a transformação ocupacional do município de Itapema em diferentes períodos;
- b) Identificar atrativos, equipamentos e serviços turísticos, infraestrutura de apoio ao turismo e órgãos oficiais de turismo no município de Itapema;
- c) Espacializar, depois de identificados, os atrativos, equipamentos e serviços turísticos, infraestrutura de apoio ao turismo e órgãos oficiais de turismo;
- d) Espacializar as segmentações turísticas consolidadas ou que estão em desenvolvimento e/ou potencial no município de Itapema.

### 1.3 Estrutura da Pesquisa

A presente dissertação está estruturada em 6 capítulos organizados na seguinte sequência.

Capítulo 1 - Mostra a introdução do trabalho, justificativa e relevância do tema, apresentando a estrutura principal e os objetivos.

Capítulo 2 - Revisão bibliográfica - expõe conceitos e definições de geoprocessamento, assim como, estudos teóricos sobre a aplicação de algumas de suas técnicas no planejamento e gestão da atividade turística. Segue apresentando os conceitos de paisagem, com foco no potencial dos elementos que as compõem e sua relação com a atividade turística. Também é apresentado as peculiaridades inerente ao fenômeno turístico, a gestão pública no turismo e a importância do zoneamento turístico para o desenvolvimento sustentável do setor, e por fim as características das políticas públicas de turismo no Brasil.

O objetivo da revisão bibliográfica é identificar esteios que sustentem a aplicação de técnicas do geoprocessamento na elaboração e gestão de políticas públicas para o turismo.

Capítulo 3 - Área de estudo – expõe as características da evolução histórica e administrativa do município de Itapema e suas peculiaridades climatológicas, de vegetação e geomorfologias. Também são apresentadas suas características sócio-econômicas, objetivando conhecer a realidade local, e buscar subsídios para o desenvolvimento da pesquisa.

Capítulo 4 - Materiais e método – Apresenta como foi desenvolvida a metodologia e os materiais utilizados, assim como, os

dados foram coletados, estruturados e processados para alcançar os objetivos propostos.

Capítulo 5 - Resultados e discussões – Relata as análises dos dados coletados, e também, realiza a identificação e espacialização dos elementos que compõem a oferta turística do município de Itapema, os quais possibilitaram a identificação e espacialização das ZEIT's.

Capítulo 6 - Conclusões e recomendações – Apresenta a síntese dos resultados obtidos seguido de recomendações de diretrizes aos gestores públicos e privados do município de Itapema, de acordo com cada objetivo proposto. Também são destacadas, neste capítulo, as limitações desta pesquisa.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo é apresentada a revisão bibliográfica desta pesquisa que compreende temáticas como o geoprocessamento, a importância da paisagem para o turismo, o fenômeno turístico e suas peculiaridades, gestão pública no turismo e políticas públicas de turismo no Brasil.

### 2.1 Geoprocessamento.

Geoprocessamento é a disciplina do conhecimento humano que começou a ser estudada em meados do século XX, tendo como característica, a utilização de técnicas matemáticas e computacionais para manipular informações geográficas, de forma a inter-relacionar dados de atributos e espaciais, gerando novas informações, *a priori*, desconhecidas, e que são de extrema importância nos procedimentos que exigem rapidez no processo de tomada de decisões.

Dentre as ferramentas que compõem esta área de conhecimento destacam-se a Fotogrametria, Sensoriamento Remoto, Sistemas de Informações Geográficas, entre outras.

#### 2.1.1 Definições

O geoprocessamento surgiu da necessidade do processamento de dados georreferenciados, onde o processo exige um avanço na avaliação de dados gráficos. Portanto na era digital, o geoprocessamento tem necessariamente como suporte a cartografia digital, somado ao processamento digital de imagens e os sistemas de informações geográficas para a confrontação de diferentes produtos temáticos ou mesmo para avaliações temporais do mesmo tema. (BÄHR & VÖGTLE, 1999).

Nos últimos anos houve um grande avanço e diversificação nos instrumentos que compõem o pacote de recursos utilizados nesta área de conhecimento como softwares, hardwares, satélites, entre outros.

As ferramentas para aquisição, processamento e distribuição de dados locais e regionais cada vez mais adquirem uma melhor qualidade, conseguida, por um lado, pela introdução de novos sensores para o registro de dados do ambiente e, por outro lado, pelo rápido avanço dos computadores, os quais automatizam parcialmente a restituição e disponibilizam os novos dados, permitindo assim novas alternativas de

acesso e distribuição de fácil compreensão aos usuários do sistema. (LOCH & ERBA, 2007).

Além do avanço tecnológico, há de se destacar a diversificação de áreas do conhecimento humano, como o setor turístico, as quais vêm fazendo uso das diferentes ferramentas do geoprocessamento para aperfeiçoar a aplicação de seus recursos, e ter maior agilidade no processo de tomada de decisões.

Na figura abaixo se pode visualizar a interface da cartografia e do geoprocessamento aplicada ao turismo. **Ver figura 1:**

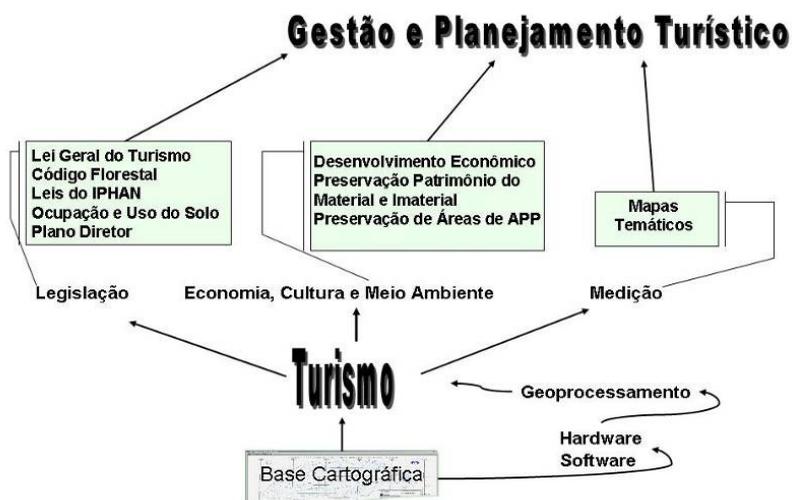


Figura 1: Integração de dados para o Planejamento e Gestão do Turismo

Fonte: Adaptado de Loch, 2009.

Esta pesquisa foi desenvolvida utilizando diferentes produtos, gerados a partir de um conjunto de ferramentas do geoprocessamento como a Fotogrametria, Sensoriamento Remoto e Sistemas de Informações Geográficas (SIG).

A fotogrametria é a arte e a ciência de realizar medições precisas por meio de fotografia aérea. A fotogrametria analógica é realizada usando-se dados em formato palpável, tais como fotografias aéreas impressas em papel fotográfico de 23x23 cm ou então cópias em transparência positiva (diafilmes ou diapositivos). A fotogrametria digital é realizada a partir de fotografias aéreas digitais ou digitalizadas.

Nenhum dos métodos é superior ao outro. Cada abordagem tem um papel apropriado, dependendo da natureza dos dados de sensoriamento remoto e dos objetivos da análise de imagem. (JENSEN, 2009).

O Sensoriamento Remoto é a ferramenta capaz de fornecer informações a partir da captação de características dos elementos, principalmente, aquelas que estão presentes nos recursos naturais.

Sensoriamento Remoto é a captação a distância de registros, dados e informações das características da superfície terrestre sem o contato direto. É o conjunto de atividades cujo objetivo reside na caracterização das propriedades de alvos naturais, através da detecção, registro e análise de fluxo de energia radiante refletido ou omitido por eles. (LOCH, 2008 p. 75).

Quanto aos Sistemas de Informações Geográficas, são ferramentas que permitem acessar, armazenar, processar, analisar e visualizar dados geográficos em um ambiente digital. Os SIGs permitem parametrizar modelos de planejamento e visualizar os dados de forma gráfica (ou cartográfica), que são de mais fácil compreensão do que os tabulares ou relatórios. (ERBA, 2005).

Como já foi citado anteriormente, esta pesquisa foi composta pela utilização de um conjunto de produtos, gerados por ferramentas do geoprocessamento a fim de identificar e espacializar Zonas Especiais de Interesse Turístico no município de Itapema, porém nesta revisão bibliográfica é enfatizada a aplicação dos SIGs no planejamento e gestão da atividade turística em diversos municípios do Brasil, visto que, as outras ferramentas citadas (Fotogrametria e Sensoriamento Remoto) são responsáveis basicamente pela aquisição de informações, e em alguns casos necessitam ser submetidas a um SIG para se obter os produtos finais desejados.

### **2.1.2 Sistemas de informação geográfica aplicado ao turismo no Brasil**

Já faz alguns anos que o Brasil vem presenciando a aplicação dos SIGs no planejamento e gestão dos recursos turísticos (ambiental, cultural, econômico e social), sendo que há destaque para a aplicação em áreas ambientais, onde se desenvolvem atividades turísticas de cunho ambiental. A seguir são apresentados estudos de caso onde ocorreu a interligação entre estas duas áreas de conhecimento.

Rolim & Ribeiro (2001), utilizaram o Sistemas de Informações Geográficas para fazer um levantamento do potencial turístico do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), Viçosa, Minas Gerais. O software utilizado foi o SPRING 3.4, desenvolvido pelo Instituto

Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com a finalidade de elaborar o Plano Diretor do Parque e analisar a necessidade de um planejamento para a exploração de atividades de ecoturismo no local.

Segundo os autores do projeto, as Unidades de Conservação (UC) ambiental têm ultimamente sido alvo da execução de diferentes tipologias de turismo, que buscam nestas unidades um maior convívio com a natureza, mesmo que essas áreas tenham sido criadas com objetivo principal de preservar a biodiversidade de espécies.

Os autores destacam que os SIGs são ferramentas de grande valia para auxiliar os gestores das UCs no planejamento e gestão da atividade turística, pois através deles é possível mapear, monitorar e manipular dados referentes aos recursos naturais existentes nas áreas daquelas unidades, identificando desde as áreas mais frágeis a visitação turística, até a capacidade suporte de público no ambiente.

Também possibilitam a identificação das tipologias de turismo mais indicadas para exploração nas diferentes áreas das UCs, além de oferecer alta precisão na tomada de decisão no que diz respeito à alocação dos recursos utilizados no ambiente a ser trabalhado turisticamente.

Costa *et al.* (2001), utilizaram o SIG para avaliar a sustentabilidade turística da área da microbacia do Ribeirão São Bartolomeu, Viçosa, Minas Gerais, a fim de desenvolver atividades turísticas e de recreação sustentáveis no local. Para fazer essa análise os autores utilizaram o software IDRISI versão 3.2.

A determinação da aptidão do local para se desenvolver atividades turísticas sustentáveis teve como base o estudo de algumas variáveis pertinentes, no que diz respeito ao desenvolvimento de atividades turísticas e de recreação em áreas ambientais. Entre as variáveis analisadas pode-se elencar a hidrografia, elevação do terreno, declividade contínua, tipos de solos, rede viária, uso e cobertura natural do solo e nascentes.

Levando em consideração essas variáveis, os autores elaboraram uma escala de aptidão, para a exploração de atividades turísticas e de recreação na área, essa escala tem uma classificação, que mensura o potencial turístico a ser explorado de forma sustentável.

A escala de aptidão variou de muito baixa, baixa, regular, boa e ótima possibilidade de desenvolver o turismo de forma sustentável no local. Após essa classificação foi elaborada uma ponderação entre os valores mínimos e máximos de sustentabilidade para cada elemento estudado de acordo com as características da área.

A partir dos dados fornecidos pelo software IDRISI, foi criado um cenário cartográfico da área, apontando locais que suportariam a exploração da atividade turística de maneira sustentável.

Os autores concluíram que a área da microbacia do Ribeirão São Bartolomeu possui recursos turísticos a serem explorados de forma sustentável na seguinte proporção: 36,39% da área estudada apresentou alta sustentabilidade para o desenvolvimento do turismo, 59,27% possuiu média sustentabilidade para ser explorada turisticamente e 4,34% não apresenta sustentabilidade para exploração turística.

Andrade e Calheiros (2003) utilizaram o geoprocessamento para avaliar o potencial da evolução do setor turístico nos municípios de Coruripe, Deserto Feliz e Piacabuçu na região sul do Estado de Alagoas, com base em ferramentas de um SIG.

O projeto objetivou avaliar as ações antrópicas (especulação imobiliária) com possibilidade de expansão urbana na área (condomínios), e as consequentes alterações ambientais e os impactos nas variáveis ambiental, cultural e social.

Para mensurar o grau de potencialidade dos atrativos turísticos do local, os autores elaboraram uma tabela classificando os níveis de transformação antrópica que ocorreram na área, classificando-os com os seguintes atributos baixíssimo, baixo, médio, alto e altíssimo potencial turístico. Como resultados apresentaram um mapa representando níveis do potencial turístico da região.

Fortes *et al.* (2003), trabalharam diferentes geotecnologias, como receptores do Global Navigation Satellite System (GNSS), ferramenta que utiliza sinais de satélites com finalidade de capturar dados de coordenadas geográficas, Sensoriamento Remoto (imagens de satélites) entre outros, com o objetivo de produzir material cartográfico para auxiliar na capacitação de guias e da população urbana local em cursos de geoecoturismo e de educação ambiental do município de Cavalcante, Chapada dos Veadeiros, Goiás.

Esse estudo foi realizado devido à intensificação de atividades ecoturísticas no local estudado e da preocupação com sua auto-sustentabilidade.

Através de receptores de GNSS, neste caso, foi utilizado o Global Positioning System (GPS), obtiveram-se as coordenadas de pontos da superfície terrestre do município, com a finalidade de localizar no mapa os pontos com maior interesse ecoturístico do município como as principais cachoeiras próximas da cidade, e suas respectivas estradas e trilhas de acesso.

Após a coleta dos dados, estes foram transferidos para um computador e plotados.

Esse sistema de identificação de coordenadas foi útil também para a orientação na classificação das imagens de satélites, a fim de determinar a área contendo a mancha urbana do município de Cavalcante.

A utilização do Sensoriamento Remoto permitiu também, analisar a evolução do uso da ocupação da terra através de imagens de satélites (Landsat TM-5,1990 e Landsat TM-7,1999), juntamente com saídas de campo para a verificação de dados obtidos.

Essas imagens foram exportadas em formato vetorial, e analisado o grau de variação da ocupação antrópica na área no intervalo de 9 anos, permitindo assim, buscar a melhor maneira de se manter a sustentabilidade do ambiente.

Como resultados deste trabalho foram elaborados mapas do local de estudo com as áreas que possuem maior vulnerabilidade à erosão e com as distâncias entre os principais pontos de interesse ecoturístico, juntamente com suas vias de acesso.

Do mesmo modo, Barbosa *et al.* (2003) procuraram inserir técnicas de geoprocessamento no levantamento de unidades de paisagens, que apresentam valores para o ecoturismo em áreas que englobam parte dos municípios de Capitólio, São João Batista do Glória e São José da Barra, localizadas a sudoeste de Minas Gerais.

A motivação para a pesquisa, segundo os autores, foi pela peculiaridade das belezas naturais destes municípios, as quais apresentam alto potencial para exploração do ecoturismo e uma necessidade de melhorar seu aproveitamento, preservando o meio ambiente e ordenando às unidades de paisagens com as técnicas de geoprocessamento.

O estudo contou com a compilação e re-interpretação de mapas pré-existentes das áreas estudadas, mapas geológicos e de solos, os quais foram digitalizados e georreferenciados, com o objetivo de exportá-los para o programa SPRING.

As fotografias de satélites (Landsat 20/07/1990 e Landsat 07/08/2001) foram utilizadas para comparar e identificar o uso da terra, da cobertura vegetal, o traçado da malha viária, a evolução da mancha urbana, as represas, o contorno de reservatórios, as pistas de pouso, áreas de várzea, entre outros, a fim de elaborar um mapa com essas unidades que compõem a base para se desenvolver o ecoturismo de forma sustentável, e traçar cenários futuros através do cruzamento e inter-relacionamento dos dados obtidos, auxiliando assim, no processo

de tomada de decisão dos gestores que irão trabalhar o setor de turismo nestes municípios.

E, por fim, Alves *et al.* (2003), realizaram um estudo no município de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, utilizando receptores de GPS e o software SPRING visando identificar e espacializar, em uma base cartográfica, os pontos com maior potencial turístico existentes naquele município, os quais foram posteriormente representados com fotografias digitais. Como resultado deste estudo pode-se destacar a elaboração de placas explicativas e “folders” turísticos dos pontos estudados.

Diante da análise dos estudos supracitados observa-se que as técnicas do geoprocessamento são eficientes instrumentos quando utilizadas como suporte ao planejamento e a gestão da atividade turística, visto que, dentre algumas de suas aplicações está à capacidade de identificar e espacializar os elementos que compõem a oferta turística de um destino, possibilitando aos gestores públicos e privados do turismo planejar, direcionar e gerir diferentes tipologias de turismo conforme a aptidão de cada área.

A partir da identificação e espacialização dos elementos compõem a oferta turística é possível analisar a relação desses elementos com os recursos turísticos que estão ao seu entorno, em especial aqueles responsáveis por caracterizar as diferentes paisagens que compõem um destino turístico.

## **2.2 A importância da paisagem para o turismo**

Existem diferentes tipologias de paisagens (cultural, natural, urbana, entre outras), as quais variam conforme os elementos que as constituem e lhes conferem valor.

É difícil imaginar o desenvolvimento e/ou formatação de um destino turístico, sem a preexistência de alguma tipologia de paisagem, sendo que, os elementos que compõem um cenário paisagístico além de aferir valor ao mesmo, potencializam os aspectos motivacionais para o turista empreender uma viagem a um determinado destino.

A condição de interesse turístico não poderia deixar de residir nos valores da paisagem, de origem cultural e natural, considerando que o seu caráter de qualidade no primeiro caso será dado pela significância histórico-cultural na medida da originalidade ou da autenticidade que mantêm e, no segundo, pela integridade ecológica e fisionômica que caracteriza o estado de remanescimento de áreas naturais. (PIRES 2005, p. 6).

O valor paisagístico de um destino turístico poderá variar conforme as características que constituem cada tipologia de paisagem, as quais irão despertar sensações distintas de acordo com o perfil de cada turista.

### **2.2.1 Características da paisagem**

As características apresentadas por uma determinada paisagem estão atreladas não somente aos elementos visíveis da mesma, ou seja, aqueles que são perceptíveis aos olhares do observador, mas sim a uma série de componentes, capazes de ativar comportamentos e sensações que podem variar conforme a formação intelectual e a memória sensorial de cada observador.

Determinada paisagem apresenta diferentes sons, cheiros e texturas, que palavras, desenhos, pinturas, fotografias ou vídeos não podem substituir a experiência de vivenciar determinado lugar, através delas, talvez; se possa realçar a experiência do local e até mesmo inspirar a criação de outras paisagens. (SPIRN, 1995).

Assim é possível afirmar que cada tipologia de paisagem irá despertar sensações diferentes a determinado observador, tanto nos elementos que constituem sua natureza original, quanto nos aspectos relacionados à transformação histórica a qual foi submetida.

Os aspectos de cada paisagem são resultantes de sua natureza original (clima, relevo, plantas e animais) e da sua história, ou seja, da ação humana exercida sob ela ao longo dos tempos. (AZEREDO, 2005).

Qualquer tipo de paisagem pode sofrer transformações com o passar dos anos, ou seja, ela não é estática. Essas transformações podem ser atribuídas a diversos fatores (ambientais, culturais, econômicos, entre outros).

Se for possível, através do conhecimento e interpretação da paisagem, elencar elementos e até mesmo precisar suas características fundamentais, deve-se reconhecer que aqueles elementos não são duradouros, mas ao contrário, estão em contínua e incessante mutação. Da mesma forma, a experiência individual ou coletiva está também sujeita a variações contínuas, a uma dinâmica que deriva do próprio processo histórico de qualificação, sobre o qual incidem os fatores mais variados, caracterizados pela evolução das relações políticas, das artes, das religiões e da filosofia. (LEITE 1982, p. 45).

A percepção dessas transformações ocorridas na paisagem está relacionada a muitos aspectos, os quais podem variar de acordo com a

capacidade do observador ter um conhecimento prévio da mesma, e interpretar os elementos que sofreram algum tipo de transformação.

Na dinâmica que caracteriza a evolução da paisagem, o fator mais constante tem sido sem dúvida, o mecanismo humano de percepção pelos cinco sentidos, através dos quais todos os estímulos passam para despertar nossas emoções. Embora esse mecanismo seja bastante estável, a expressão das emoções despertada pela paisagem, seja através da ciência, da pintura, da literatura ou do paisagismo, varia a cada período histórico. (LEITE 1982, p. 62).

Nesta pesquisa não se pretende realizar um estudo aprofundado das características existentes em cada tipologia de paisagem, mas busca-se investigar a relação existente entre a paisagem e o fenômeno turístico.

### **2.2.2 A paisagem como recurso turístico**

Conforme destacado anteriormente, existe uma relação direta entre paisagem e o turismo, visto que, os elementos que constituem determinada tipologia de paisagem atuam como um dos fatores motivacionais para que o turista se desloque do local onde reside até um destino específico, em busca conhecer e documentar a experiência vivida.

O turismo está intimamente ligado à paisagem e ao meio ambiente. Qualquer turista ou viajante percorre os espaços e pode documentar o que viu através de relatórios científicos, fotografias, filmes, pinturas, hipertextos informatizados, textos literários ou matérias jornalísticas. Ao percorrer paisagens e os diversos ambientes o ser humano realiza um corte com a natureza em seu estado “puro” ao interpretar e relatar o que viu. (TRIGO 2001, p. 146).

A exploração dos recursos paisagísticos para incrementar a atividade turística de um destino deve estar amparada em estudos técnicos que tenham como escopo a caracterização e análise do patrimônio turístico.

Caracterizar e avaliar tais qualidades identificando os aspectos diferenciais de um dado patrimônio é potencializá-lo, enquanto recurso, para o desenvolvimento do turismo. Para tanto, o campo de conhecimento dos “estudos da paisagem” se notabiliza como uma das áreas da ciência que mais tem dado aporte metodológico à avaliação do potencial turístico de regiões, destinos e atrativos, com métodos baseados, sobretudo em juízo de valor de profissionais e especialistas, combinados ou não com outros métodos que consideram as percepções e preferências pessoais do público. (PIRES 2005, p. 6).

Estes estudos devem estar inseridos a uma política de gestão territorial, a qual estipule a capacidade de carga para cada cenário paisagístico, a fim de estabelecer limites de exploração e ocupação, preservando dessa forma, a qualidade paisagística do destino turístico.

Uma boa gestão territorial envolve o reconhecimento e o estabelecimento dos limites que não podem ser ultrapassados em nome do desenvolvimento. A nova tendência do turismo nos espaços naturais associa-se, principalmente, à rarefação dos espaços pouco poluídos e dos preservados. Inversamente, quando uma área turística natural passa a ser massivamente frequentada, ela passa a ter os equipamentos para atender a essa demanda e perde sua característica de turismo natural. O valor ecológico está associado ao valor da sua paisagem e, conseqüentemente, à sua atratividade turística. (RUSCHMANN, 1997 p.79-80).

Além da atratividade, os elementos que constituem as paisagens são indicadores que permitem avaliar a potencialidade turística de determinado destino, pois aqueles elementos podem ser indicadores do processo de formação histórica e cultural, do grau de ocupação e exploração antrópica, da marginalização social e da formação educacional do destino.

De acordo com Figueiredo & Manhi (2006, p. 155), uma das principais formas de avaliação de atrativos turísticos, principalmente os chamados atrativos naturais, é a avaliação de suas características paisagísticas, por meio de conceitos há muitos utilizados no turismo, como beleza cênica, qualidade de paisagem e entorno (valor estético).

A interpretação e preferência por um determinado tipo de paisagem, que constitui determinado atrativo turístico, possuem aspectos subjetivos, ou seja, poderá variar de acordo com o perfil de cada turista, conforme sua formação intelectual, cotidiano e memória sensorial, entre outros. Assim quando interrogado sobre suas preferências paisagísticas, poderá expressar opiniões variadas sobre um ou outro tipo de paisagem particular que mais lhe agrada ou não.

Dessa forma, é imprescindível que no processo de elaboração e formatação de destinos turísticos os gestores e planejadores deste setor façam uso de diferentes métodos e técnicas a fim de resgatar, preservar e dar funcionalidade a diferentes tipos de ambientes e elementos que constituem os diferentes tipos de paisagens.

Castrogiovanni (2000, p. 135) afirma que se devem resgatar as significações ainda marcadas no espaço natural, social, e também nos espaços das memórias, desde que elas transpirem traços, signos e sinais das diferenças, evidências importantes na formação das personalidades

da oferta turística local. Tais elementos transformam-se em possibilidades de criação de uma *grife*, uma referência para a sedução e o desejo de querer estar presente, de querer interagir, e de necessitar o consumo, ou seja, de apropriação, a necessidade cultural de fazer e manter o turismo.

Após o resgate de um determinado tipo de paisagem esta deve ser preservada e valorada, buscando conciliar seu potencial cênico, sensorial e sonoro, com a execução de atividades relacionadas ao fenômeno turismo, sempre se observando, as características desse fenômeno social, principalmente a escala a ser trabalhada e sua área de abrangência.

### **2.3 O fenômeno turístico e suas peculiaridades**

O conceito de turismo estabelecido pela Organização Mundial de Turismo – OMT, e adotado oficialmente pelo Brasil através da Lei Geral do Turismo nº. 11.771 de 18 de setembro de 2008 compreende “as atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”. (OMT, 2001).

O município de Itapema emancipou-se na mesma década em que o fenômeno turístico começou a se desenvolver em larga escala, quando este fenômeno passou a despertar grande interesse de gestores públicos em várias partes do mundo, os quais acreditavam que o turismo poderia trazer desenvolvimento econômico com baixos investimentos públicos, e sem grandes custos ambientais, culturais e sociais.

Seguindo essa tendência desenvolvimentista, ancorada no fenômeno turístico, na década de 1960 o Banco Mundial e as Nações Unidas (ONU) concentraram ações a fim de promover países que se encontravam na oportunidade em vias de desenvolvimento, sendo que a ONU declarou o ano de 1967 como “ano internacional do turismo”.

Na década de 1970, estudiosos e pesquisadores das ciências sociais iniciaram investigações a respeito dos efeitos gerados pelo fenômeno turístico, mais precisamente em áreas onde o turismo já estava consolidado como atividade socioeconômica.

Grande parte daqueles pesquisadores chegou a uma conclusão preocupante, pois o setor, que era para ser um vetor de desenvolvimento harmônico entre a comunidade, meio ambiente, cultura e economia local, mostrava-se ser um entrave ao desenvolvimento dos destinos turísticos, caso as atividades que compunham aquele setor não fossem

controladas com rigidez pelos governos das diferentes esferas administrativas.

Diante desta realidade o mesmo enfoque normativo dominou as discussões do seminário da UNESCO - Banco Mundial sobre estes temas, as quais formularam recomendações amplas e rigorosas, contendo um planejamento ativo e de intervenção das políticas relacionadas ao fenômeno turístico. (de KADT 1991, p. 10).

De fato os primeiros prognósticos elaborados pelos estudiosos na década de 1970 vieram a se concretizar na década seguinte, ou seja, apesar de toda aquela panacéia desenvolvimentista pró-turismo que as diversas esferas de instituições nacionais e internacionais vinham difundindo na década de 1960, veio a ser contestada quanto a sua sustentabilidade, na década de 1980.

O turismo está intimamente ligado às questões do desenvolvimento sustentável. Desde o final da década de 1980 tem havido uma explosão na quantidade de textos e artigos, além de cursos e consultorias, relacionados a formas sustentáveis de desenvolvimento. Entretanto, apesar do excesso de debates sobre a sustentabilidade no turismo, parece que não conseguimos nos aproximar de soluções para os problemas do desenvolvimento turístico. Para cada notícia de sucesso parece haver outras dez de fracasso ou, pelo menos, um maior reconhecimento do impacto negativo exercido pelo turismo. Mesmo assim ele continua a crescer. (HALL, 2001 p.17).

Na década de 1980 o investigador canadense Richard Butler estrutura um modelo que busca apontar a natureza evolutiva do fenômeno turístico. O modelo é intitulado *Tourist area cycle of evolution* ou *ciclo de evolução de áreas turísticas*, e identifica um ciclo de evolução dos destinos turísticos, o qual é gerado por oscilações previsíveis quanto ao número e tipo de turistas, perfil das facilidades turísticas, atuação dos atores internos e externos dos destinos, reações ao turismo e principais impactos causados pela atividade turística. **Ver gráfico 2:**

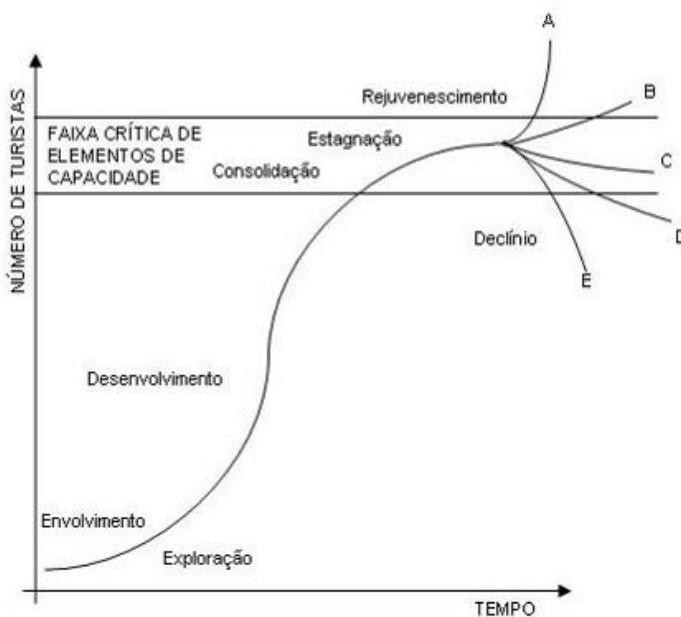


Gráfico 2: Evolução hipotética de um destino turístico.

Fonte: Butler, 1980, p.7.

Segundo Butler (1980) os destinos turísticos, enquanto produto de consumo se desenvolvem seguindo, pelo menos parcialmente, um padrão de evolução, o qual se caracteriza por sucessivos estágios assim destacados: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e declínio ou rejuvenescimento.

O fenômeno turístico, como já foi mencionado, caracteriza-se por utilizar diversos tipos de recursos a fim de se concretizar como atividade socio-econômica. Esses recursos podem ser de cunho ambiental, econômico, histórico-cultural, entre outros.

O Turismo é uma atividade que, ao alcançar um nível elevado de desenvolvimento, pode servir de base econômica para uma região ou localidade, requerendo especial atenção para os impactos ambientais que provoca, visto que é uma atividade que consome o espaço geográfico e exige a construção de equipamentos, serviços e infraestrutura de apoio ao turista. O desenvolvimento originário dos fluxos turísticos pode ser benéfico para a população e para os cofres públicos, mas também pode gerar um sem-número de problemas sérios para as comunidades afetadas. Assim o desenvolvimento turístico de determinado local,

descrito por várias fases que constituem o ciclo de vida do turismo, deve ser direcionado e controlado levando em consideração, as restrições ambientais, culturais, econômicas e sociais. (BISSOLI 2001 p.13-14).

A partir desta definição pressupõe-se que durante a formatação de produtos e serviços turísticos deva existir uma ampla discussão entre o poder público local, empresários e comunidade do destino, a fim de que haja concordância na formulação das diretrizes para o setor turístico, propiciando maior sustentabilidade ao mesmo.

Conforme Dias (2003 p. 146) “Cabe ao poder local juntamente com a comunidade, estabelecer suas prioridades, construindo uma política municipal voltada aos seus interesses, tendo como base a Política Nacional de Turismo”.

Esse processo é crucial no desenvolvimento sustentável da atividade turística, visto que a partir da massificação e a conseqüente descaracterização de um destino turístico, grandes investimentos que ali estavam estabelecidos podem ser facilmente transferidos para outros destinos turísticos com maior estabilidade ambiental, cultural, econômica, social e política.

A falta de atrações adicionais ou ausência de estratégias que promovam a diversidade de atrações tem levado à criação de produtos facilmente substituíveis, pois no caso de problemas ambientais, instabilidade política, superpopulação ou deterioração dos padrões de serviços, um destino turístico dessa modalidade pode ser rapidamente abandonado pelo mercado turístico, o qual compreende as redes de hotéis transnacionais, grandes agências de turismo entre outros. (TOFANI, 2004 p.16).

Desse modo o planejamento das áreas a serem exploradas turisticamente deve ocorrer na fase inicial da execução das atividades turísticas, independentemente da tipologia a ser desenvolvida, com o objetivo de preservar a integridade dos recursos existentes, assim como, a qualidade de vida da comunidade local em longo prazo.

As exigências de planejamento e de intervenção do governo no processo de desenvolvimento são respostas típicas aos efeitos indesejados do desenvolvimento no setor, especialmente no âmbito local. Embora o planejamento não seja uma panacéia para todos os males, quando está voltado para os processos que envolvem o turismo, ele pode minimizar impactos potencialmente negativos, maximizar retornos econômicos nos destinos e estimular uma resposta mais positiva por parte da comunidade hospedeira em relação ao turismo de longo prazo. (HALL, 2001 p. 29).

Seguindo estas premissas visando à sustentabilidade turística, o pesquisador português (LUIZ OOSTERBEEK, 2000 p.43-44) aponta alguns princípios para minimizar os impactos negativos consequentes da exploração irracional da atividade turística, e, dentre os mais pertinentes, destacam-se:

- Os limites de expansão dos projetos turísticos devem ser respeitados, para evitar sobrecarga dos recursos;
- O turismo deve ser enquadrado por uma política que promova a preservação do ambiente natural e cultural;
- O turismo cultural e natural não pode ser desenvolvido como um turismo de massas, muito embora se possam, e devam, incrementar os projetos para-culturais (parques temáticos e congêneres), que em rigor são turismo cultural, mas permitem o turismo massivo;
- Os residentes não podem viver apenas do turismo, mas sim em convivência com ele;
- O acesso aos lugares de patrimônio e cultura devem ser em princípio gratuito, não excluindo uma política de preços, por vezes elevados, destinados a reduzir fluxos turísticos e a reforçar as verbas de conservação (princípio do “poluidor pagador”);
- Promotores, agentes turísticos e turistas, todos são co-responsáveis pela preservação dos recursos, o que implica um esforço educativo massivo, e coibindo ações de prevaricadores;
- As políticas de conservação não devem ser meramente proibitivas, e sim dar lugar a uma seleção clara dos locais a valorizar;
- É fundamental definir o turismo como uma política transversal, envolvendo praticamente todas as esferas de governo com articulação entre os diversos setores da economia e da sociedade civil organizada e, por fim;
- O enquadramento dos fluxos turísticos deve ser assegurado aos profissionais (guias e outros agentes) devidamente qualificados, mas sem espírito demasiado corporativo.

A partir destes princípios é possível afirmar que o fenômeno turístico necessita de uma série de intervenções do poder público, juntamente com a sociedade civil organizada visando proteger o patrimônio turístico local, preservar os interesses e necessidades das comunidades anfitriãs e assegurar a sustentabilidade do destino turístico, em suas diversas características, para execução das diferentes segmentações de turismo.

### 2.3.1 Segmentação turística

O fenômeno turístico pode ser caracterizado por apresentar uma grande diversidade de elementos que compõem seu objetivo ou motivação de viagem, ou estada, os quais podem variar conforme as características do destino turístico, ou seja, dos bens materiais e imateriais presentes no local.

De acordo com as atividades turísticas a serem desenvolvidas no destino, existe a classificação de um tipo de turismo, dentre os quais podemos destacar o turismo no espaço rural, turismo religioso, turismo cultural, turismo sol e mar entre outros.

Quanto ao objetivo, ou motivação, Barretto (1999, p. 20) discorre que o turismo pode ter muitas classificações. As mais comuns são: descanso, lazer, cura, desportivo, gastronômico, religioso, profissional (ou de eventos). Existe atualmente o turismo de interesse específico, com ampla variedade de opções. Podem ser citadas algumas ofertas atuais, como *tours* de dez dias percorrendo vinhedos e vinícolas, para enólogos ou pessoas interessadas; viagens para assistir a uma temporada de ópera na Europa ou Estados Unidos; *tours* agrícolas na Austrália; visita a aldeia escocesa de Dryman, famosas pelos assassinatos outrora ocorridos; turismo nos cemitérios (para apreciar obras de arte).

Com esta mesma ênfase de estratificação da atividade turística o pesquisador Beni (2003, p. 153) destaca que:

A melhor maneira de estudar o mercado turístico é por meio de sua segmentação, que é a técnica estatística que permite decompor a população em grupos homogêneos, cada uma com seus próprios canais de distribuição, motivações diferentes e outros fatores, e também a política de marketing que divide o mercado do mesmo modo. Essa segmentação possibilita o conhecimento dos principais destinos geográficos e tipos de transportes, da composição demográfica dos turistas, como a faixa etária e ciclo de vida, nível econômico ou de renda. O motivo da viagem, entretanto é o principal meio disponível para se segmentar o mercado.

De acordo com os autores supracitados, pode-se afirmar que no planejamento e gestão de um destino turístico é importante conhecer as características de cada lugar, ou seja, fazer um inventário dos atrativos naturais e culturais, dos equipamentos e serviços, e também da infraestrutura de apoio oferecida ao turista de modo a identificar a tipologia de turista que se busca atingir, juntamente com as motivações e anseios para empreender uma viagem.

A classificação oficial da segmentação turística no Brasil é baseada nos cadernos de orientações básicas do Ministério do Turismo (2008), os quais são compostos por documentos técnicos que enfocam desde aspectos conceituais e legais, abordando o perfil do turista, a identificação de agentes e parceiros, até as peculiaridades relativas à promoção e comercialização.

Dentre os segmentos de turismo que constituem estes cadernos pode-se destacar o Ecoturismo, Turismo Social, Turismo Cultural, Turismo de Estudos e Intercâmbio; Turismo de Esportes, Turismo de Pesca, Turismo Náutico, Turismo de Aventura, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Sol e Praia, Turismo Rural e Turismo de Saúde, e assim são definidos:

a) Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, buscando incentivar sua conservação e a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações;

b) Turismo Social é a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão;

c) Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura;

d) Turismo de Estudos e Intercâmbio constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional;

e) Turismo de Esportes compreende as atividades turísticas decorrentes da prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas;

f) Turismo de Pesca compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora;

g) Turismo Náutico caracteriza-se pela utilização de embarcações náuticas como finalidade da movimentação turística;

h) Turismo de Aventura compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo;

i) Turismo de Sol e Praia constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor;

j) Turismo de Negócios e Eventos compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional,

associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social;

k) Turismo Rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade;

l) Turismo de Saúde constitui-se das atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos. (BRASIL- MTur – Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, 2008).

De acordo com a segmentação turística a ser implementada em determinado destino turístico, e do comprometimento do setor público e privado juntamente com a comunidade local, na condução e execução das atividades e serviços turísticos, haverá resultados diferentes, os quais poderão ser benéficos ou maléficos ao destino.

Como foi descrito, para cada caso de sucesso de políticas aplicadas ao turismo, há um número maior de ocorrências de insucesso. Neste sentido busca-se compreender algumas características dos impactos negativos provocados pela atividade turística, principalmente aqueles relacionados ao segmento turístico Sol e Mar por Itapema apresentar este segmento como sua principal vocação turística.

### **2.3.2 Turismo de Sol e Mar e suas características**

Pelo fato do município de Itapema estar localizado em uma área litorânea e apresentar uma forte vocação natural para o turismo de Sol e Mar, é pertinente investigar e conhecer as características da referida segmentação turística. A seguir são explanadas algumas características e estudos de caso dos efeitos gerados pelo mau planejamento e gestão desta segmentação turística em alguns países.

Os impactos negativos oriundos da implementação e execução da atividade turística podem variar de acordo com o grau de planejamento do destino, da escala de exploração e da tipologia, bem como, conforme seu atrativo principal como turismo no espaço rural, turismo cultural, turismo religioso, turismo sol e mar entre outros.

As experiências de desenvolvimento turístico planejado têm se pautado por paradigmas clássicos que envolvem planos de larga escala, pesados investimentos em infraestrutura e serviços em áreas turísticas e vantajosos financiamentos para corporações dispostas a construir empreendimentos-âncora. Esses equipamentos são geralmente orientados para o turismo de massa extra-regional e internacional,

possuem de alta a média densidade de ocupação, são construídos em áreas de grande relevância e fragilidade natural (geralmente áreas costeiras) e demonstram poucas considerações em relação às estruturas culturais locais e uma clara inclinação pelos padrões estéticos de mercados como o norte-americano. (TOFANI, 2004 p.15).

Essa é uma lamentável realidade de diversos países do mundo, inclusive os da América Latina, entre os quais está incluso o mercado turístico brasileiro.

A proliferação de balneários, de grandes projetos hoteleiros e de áreas de segunda residência ocorre em velocidade ascendente em todos os quadrantes da costa brasileira, representando séria ameaça à integridade dos ambientes costeiros e marinhos. A excessiva visitação em ambientes frágeis, a ocupação inadequada do solo, a desfiguração paisagística, a destruição de ecossistemas acompanham tal processo, quando o licenciamento e a fiscalização não são efetuados de forma adequada e criteriosa. Enfim, a atividade turística corre o risco de destruir os próprios atrativos que lhe deram origem. (BRASIL - Ministério de do Meio Ambiente, 2002 p. 324).

Países da Europa, entre eles Grã-Bretanha e Espanha enfrentaram, e ainda enfrentam diversos problemas associados à tipologia de turismo Sol e Mar como especulação imobiliária, degradação ambiental, crescimento urbano desordenado, descaracterização cultural, entre outros.

Na Grã-Bretanha, conforme Myerscough (1974, p.14) a população das 48 principais cidades litorâneas aumentou cerca de 100 mil habitantes, entre 1861 e 1871 e mais do que dobrou ao chegar ao fim do século. Calculava-se que pelo menos, 55% da população da Inglaterra e do País de Gales fazia pelo menos uma viagem ao litoral e que 20% dela permanecia por um período mais prolongado a cada ano.

Seguindo esta tendência, na primeira metade do século XIX, os balneários marítimos da Grã-Bretanha mostraram uma taxa mais rápida de crescimento populacional que as cidades manufatureiras: 2,56% ao ano, em comparação com 2,38% (LINCKRISH e KERSHAW 1975, p. 12).

Essas características de efeitos negativos do turismo se estendem a outros países da Europa como a Espanha.

Ao estudar o turismo no litoral mediterrâneo nos deparamos frente a um grande espaço, de território com dimensões que nos permitem analisar em detalhe o modelo turístico que hoje impera no mundo [...] na Espanha o turismo caminhou a passos largos, sem controle por parte do poder público, as terras espanholas foram postas à

venda a qualquer comprador, iniciando-se nas periferias e Ilhas, mas o trote galopante do capital financeiro internacional se estende neste momento ao interior da península. Estas Ilhas, no início da década de 1990, já estavam praticamente vendidas. (JURDÃO-ARRONES, 1992 p.11).

Dessa forma, para iniciar um processo de desenvolvimento turístico sustentável é indispensável manter nas mãos dos Autóctones o controle do solo.

Um dos elementos essenciais na busca do desenvolvimento harmônico reside na reivindicação segundo a qual uma comunidade turística deve conservar o poder sobre o solo e, portanto, a decisão soberana sobre a utilização do mesmo. Em nenhuma hipótese deve despojar-se de seu principal instrumento de orientação, sendo que a política e o planejamento do solo são indiscutivelmente os instrumentos-chave, que proporcionam às regiões turísticas o controle sobre o desenvolvimento turístico. (KRIPPENDORF, 1989 p. 150).

Conforme foi verificado nos levantamentos bibliográficos (TOFANI, 2004) e (JURDÃO-ARRONES, 1992) a tipologia de turismo Sol e Mar pode trazer diversos problemas aos destinos turísticos receptores quando há omissão do poder público, tanto na esfera federal (global) quanto na municipal (local).

Desse modo, é imprescindível que haja naqueles destinos uma gestão pública moderna e eficiente que ao mesmo tempo em que elabore e fiscalize as políticas públicas, seja um meio de inclusão e apresente uma administração descentralizada, a partir de uma gestão participativa, de modo a propiciar as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável da atividade turística.

## **2.4 Gestão Pública no Turismo**

Nas últimas décadas a sociedade pós-moderna vem presenciando uma série de modificações que estão afetando diretamente a administração e os serviços públicos. São transformações ambientais, culturais, econômicas, políticas e sociais do mundo contemporâneo que aliadas às críticas recorrentes de ineficiência da gestão pública, acentuaram as pressões para uma maior eficácia do setor público.

A diretriz mestra da nova administração pública é desenvolver nos servidores públicos um compromisso com a construção de uma sociedade mais preparada para enfrentar as novas demandas contextualizadas em uma era de mudanças. A grande tarefa a ser

realizada compreende, entre outros aspectos, a revisão dos serviços de atendimento ao público com vistas a sua maior eficiência e humanização. Isso implica repensar profundamente os modelos organizacionais vigentes. (LINO, 2009 pag. 29)

Essa maior eficiência e humanização no atendimento ao público têm como objetivo a inclusão de pessoas nos campos econômico, social e político, a qual trará consequências a diversos segmentos de atividades como o setor turístico.

A inclusão no setor turístico se dá tanto por aqueles que passaram a ter condições de viajar, de fazer turismo, quanto pelas pessoas que se capacitam e se inserem no mercado de trabalho, aumentando, assim, o seu conhecimento, a sua renda e a participação na sociedade como cidadão livre e produtivo. (BRASIL – MTur, 2009 p.83-84).

Para que essa inclusão seja efetivada é necessário que a gestão da política nacional de turismo seja muito bem articulada com as políticas regionais e municipais. Por isso, pressupõe um modelo de gestão pública descentralizada e participativa.

A gestão participativa deve partir de um processo educativo onde o poder público mostre ao cidadão e as comunidades toda realidade do município, dando-lhes condições de avaliar ou, no mínimo, verificar o que acontece nos diferentes bairros e zonas homogêneas. (LOCH & ERBA, 2007 pag. 131).

Desse modo, é imprescindível que o poder público local identifique, classifique e espacialize áreas turísticas, com a finalidade de melhor conhecer, planejar e gerir os elementos turísticos que dispõe, e que ainda defina Zonas Especiais de Interesse Turístico de modo a amparar e normatizar o planejamento, gestão e execução da atividade turística.

### **2.4.1 Zoneamento Turístico – determinação de Zonas Especiais de Interesse Turístico**

O zoneamento turístico é um importante instrumento para identificação e planejamento de áreas de interesse turístico em municípios ou regiões que apresentam atrativos, equipamentos, serviços e/ou recursos turísticos em potencial, assim como, infraestrutura de apoio ao turismo visando organizar e desenvolver diferentes tipologias de turismo de forma sustentável.

Os zoneamentos constituem uma divisão do espaço sob jurisdição de um governo local em zonas que serão objeto de diferentes

regulações no que concerne ao uso da terra e a altura e ao tamanho permitido para as construções (SOUZA, 2001).

No Brasil são poucos os destinos turísticos que se utilizam do zoneamento, a fim de diagnosticar e desenvolver ordenadamente as diferentes segmentações de turismo, conforme as vocações e capacidade de uso das áreas contidas em seu limite territorial.

Diante desta realidade é imperiosa a necessidade da elaboração de um zoneamento que estabeleça normatizações de uso e ocupação do espaço a ser explorado turisticamente, visando desenvolver destinos turísticos com maior sustentabilidade.

Dentre as normatizações que regulamentam o uso e ocupação do espaço, está o Plano Diretor (PD), o qual é regulamentado pela Lei nº 10.257, denominada Estatuto das Cidades, de 10 de junho de 2001.

O Estatuto das Cidades – Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 – regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal – dispõe sobre os instrumentos para a implementação da política de desenvolvimento urbano pelo poder público municipal. Destaca-se a elaboração do Plano Diretor, que engloba o território do município como um todo, sendo o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana e imprescindível para o desenvolvimento ordenado da atividade turística. (BRASIL - MTur - Cadernos de Turismo de Negócios e Eventos, 2008 p. 22).

A elaboração de um Plano Diretor é obrigatória para municípios que se enquadrem em características peculiares, as quais podem variar desde o número de habitantes de um município até seu grau de interesse turístico e demais especificidade que são elencadas a seguir.

O Plano Diretor é obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes; integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; com áreas de especial interesse turístico; situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país (BRASIL - Plano Diretor Participativo, 2004 p. 14).

Sendo assim, pode-se atribuir ao PD, que além de ser um instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e ordenamento da expansão urbana dos municípios, é também um instrumento que auxilia os gestores públicos a desenvolver um ordenamento territorial visando à preservação dos recursos turísticos a partir da realização de um zoneamento a fim de identificar e espacializar áreas especiais de interesse turístico, as quais poderão ser classificadas de acordo com seu potencial e/ou estágio de desenvolvimento turístico.

Desse modo, ressalta-se a necessidade da elaboração de políticas públicas de turismo mais eficientes por parte dos gestores públicos, as quais não somente normatizem o mercado turístico, mas que contenham normas e regulamentos que atuem sinergicamente com o propósito de atender, na medida do possível, de forma clara e precisa tanto os interesses dos turistas e dos grupos econômicos, quanto os anseios da comunidade receptora possibilitando o desenvolvimento econômico harmônico, preservando o meio ambiente e a cultura local.

## **2.5 Políticas públicas de turismo no Brasil**

Itapema está localizada em uma enseada com águas calmas e temperaturas agradáveis, as quais principalmente entre os meses de novembro e fevereiro de cada ano atraem turistas em busca de Sol e Mar, e consequentemente a execução, no município, da segmentação do Turismo Sol e Mar.

Dessa forma é pertinente analisar o histórico das políticas públicas de turismo no Brasil a fim de entender e direcionar as legislações que possam dar amparo ao planejamento e gestão dos recursos turísticos existentes no município de Itapema, visto que como foi observada, aquela segmentação turística pode acarretar sérios transtornos ao destino receptor.

As políticas públicas de turismo no Brasil podem ser divididas em dois grandes períodos, um que compreende a década de 1930 até a década de 1990, o qual é caracterizado por uma intervenção estatal centralizada pela União e enfoque puramente mercadológico (com raras exceções), e o outro, que se inicia a partir da década de 1990, e que se estende até os dias atuais, caracterizado por uma administração descentralizada entre União, Estados e Municípios, e uma sinergia entre a economia, comunidade local, cultura, entre outros.

A função das políticas públicas no turismo é o de proporcionar o desenvolvimento harmônico entre as variáveis envolvidas na elaboração e implementação da atividade turística, cabendo ao Estado a criação das mesmas.

No turismo, o papel das políticas públicas deveria ser o de propiciar o desenvolvimento harmônico desta atividade, cabendo ao Estado construir a infraestrutura de acesso e urbana básica, que atenda também a população local, provendo uma superestrutura jurídico administrativa (secretarias e similares) cujo papel é planejar e controlar os investimentos que o poder público realiza, favorecendo o desenvolvimento da iniciativa privada, encarregada de construir os

equipamentos e prestar os serviços que retornem na forma de benefícios para toda a sociedade (BARRETTO, BURGOS & FRENKEL, 2003 p. 25).

Neste sentido é exposto, a seguir, o histórico das políticas públicas de turismo no Brasil, as quais podem ser divididas em 2 grandes períodos:

### **2.5.1 Década de 1930 até a década de 1990**

As políticas públicas de turismo no Brasil conforme os primeiros registros de intervenção estatal no setor, teve início no final da década de 1930, através do Decreto-Lei nº 406 de 4 de maio de 1938, que em seu Art. 59 dispunha sobre “A venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou terrestres só poderá ser efetuada pelas respectivas companhias, armadores, agentes, consignatários, e pelas agências autorizadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, na forma desta lei”.

Como se pode constatar esta ação normatizava apenas a venda de passagens para viagens aéreas, marítima e terrestre no território brasileiro, não trazendo nenhuma norma que direcionasse ao desenvolvimento turístico nacional.

Nesta mesma década foi criado um órgão público vinculado à Presidência da República, o qual tinha como atribuição fiscalizar as agências de viagens. Segundo Carvalho (2000, p. 100) “Na década de 1930 foi criada a Divisão de Turismo, setor do Departamento de Imprensa e Propaganda, vinculado à Presidência da República, cuja principal atribuição era a fiscalização das atividades relativas às agências de viagens.”

Na década de 1950, mais precisamente no ano de 1958 foi criada Comissão Brasileira de Turismo (COBRATUR), através do Decreto-Lei nº 44.863 de 21 de novembro de 1958, caberia a esta comissão coordenar, planejar e supervisionar a execução da política nacional de turismo (FERRAZ, 1992).

Somente em 1966 o governo criava condições para regulamentação das atividades turísticas no país, através da edição do Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966.

Segundo esse Decreto a atividade turística era aquela decorrente de todas as iniciativas ligadas ao setor de turismo, sejam originárias da iniciativa pública ou privada, isoladas ou coordenadas entre si, desde que fosse reconhecido seu interesse para o desenvolvimento econômico

do país, sendo que o Governo Federal atuaria como coordenador e dinamizador da atividade.

Também previa nesse Decreto a criação de órgãos oficiais de Turismo, os quais coordenariam todos os programas oficiais com os da iniciativa privada, garantindo um desenvolvimento uniforme e harmônico à atividade turística nacional, sendo que o Poder Público atuaria através de financiamentos e incentivos fiscais, no sentido de canalizar, para as diferentes regiões turísticas do País, iniciativas que trouxessem condições favoráveis ao desenvolvimento dos empreendimentos turísticos.

O capítulo II do mesmo Decreto, criava o Conselho Nacional de Turismo (CNTur), o qual tinha como atribuição formular, coordenar e dirigir a política nacional de turismo, e no capítulo III criava a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), a qual era atribuída a função de fomentar e financiar diretamente as iniciativas, planos, programas e projetos que visassem o desenvolvimento do setor de turismo, na forma que fosse estabelecida a regulamentação deste Decreto-Lei ou com resoluções do Conselho Nacional do Turismo. Também era atribuída a execução de todas as decisões, atos, instruções e resoluções expedidas pelo Conselho, assim como, celebrar contratos, estudos e convênios, autorizados pelo CNTur com entidades públicas e privadas, no interesse da política nacional de turismo e da coordenação de suas atividades.

A EMBRATUR era incumbida de estudar de forma sistemática e permanente o mercado turístico, a fim de contar com os dados necessários para um adequado controle técnico, assim como, organizar, promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo e fazer o registro e fiscalização das empresas dedicadas à indústria de turismo, satisfeitas as condições fixadas em normas próprias, estudando e propondo ao Conselho Nacional de Turismo os atos normativos necessários ao seu funcionamento.

Posterior a este Decreto, na década de 1970 sucederam outras normatizações, as quais dispunham sobre a atividade turística no Brasil como o Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971 que dispôs sobre os incentivos fiscais ao turismo, dando outras providências. Neste Decreto destaca-se o Art.11, o qual criava o Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), destinado a fomentar e prover recursos para o financiamento de obras, serviços e atividades turísticas consideradas de interesse para o desenvolvimento do turismo nacional, de acordo com o parágrafo único do artigo 19 do Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966.

Neste mesmo período foi criada a Lei 6.505, de 13 de dezembro de 1977 que normatizava as atividades e serviços turísticos no país, e o Decreto-Lei nº 6513, de 20 de dezembro de 1977, o qual dispunha sobre a criação de áreas e locais de interesse turístico que estariam vinculados a diferentes órgãos federais como EMBRATUR, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) entre outros.

Como observado anteriormente, as legislações da década de 1960 e 1970 direcionam as ações do turismo para o desenvolvimento econômico da atividade, fomentando as atividades turísticas através de recursos públicos e da iniciativa privada. A exceção é o Decreto-Lei nº 6513, o qual previa a criação de áreas de interesse turístico, o que se pode pressupor o início de uma conscientização ambiental, cultural e social nas políticas públicas do setor, essa que volta a ser debatida no setor a partir do ano 2000.

Na década de 1980 há destaque pela edição de Decretos-Lei, os quais regulamentaram os dispositivos da Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977 como o Decreto-Lei nº 84.910, de 15 de julho de 1980 que regulamentou as atividades referentes aos meios de hospedagem de turismo, restaurantes de turismo e acampamentos turísticos (Campings), e o Decreto-Lei nº 84934, de 21 de julho de 1980 que regulamentou as atividades e serviços das agências de turismo, o registro e o funcionamento das mesmas.

O Decreto-Lei nº 87.348 de 29 de junho de 1982 normatizava a atividade das empresas que prestavam transporte turístico de superfície, dividindo essas empresas em três grupos: exclusivas, mistas e eventuais, o Decreto-Lei nº 89.707, de 25 de maio de 1984 dispunha sobre empresas prestadoras de serviços para a organização de congressos/convenções/seminários ou eventos congêneres; e, por fim o Decreto-Lei 2294, de 24 de novembro de 1986, o qual extinguiu o registro e tornou livre o exercício da atividade turística no Brasil, baseando-se nos princípios da livre-iniciativa e da livre-concorrência, princípios que seriam inseridos dois anos mais tarde na Carta magna de 1988.

O Art. 180 da Constituição Federal, a qual foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988, dispõe: “A União, os Estados, o Distrito-Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”, inserindo assim, a atividade turística num plano maior.

O período descrito anteriormente pode ser avaliado como uma continuação das políticas públicas elaboradas na década anterior, visto

que na década de 1980 são editados Decretos que regulamentam dispositivos de legislações elaboradas na década de 1970. As inovações seriam o Decreto-Lei 2.294, o qual possuía características de uma política neoliberal<sup>1</sup>, a qual dominou o cenário político mundial na década de 1990, e o Art. 180 da Constituição Federal, o qual propiciou as condições para a descentralização das políticas públicas no setor que começam a se consolidar nas décadas seguintes.

### **2.5.2 Década de 1990 até o início do século XXI**

No início da década de 1990, foi publicado o Decreto-Lei nº 8181, de 28 de março de 1991, regulamentado pelo Decreto-Lei nº 448, de 14 de fevereiro de 1992, o qual extinguiu o CNTur e dava nova nomenclatura à EMBRATUR, a qual na ocasião passou a ser denominada Instituto Brasileiro de Turismo, estando vinculada a então Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República.

Esse Decreto Lei concedia a EMBRATUR algumas competências, dentre as quais se destacam a de propor ao Governo Federal normas e medidas necessárias à execução da Política Nacional de Turismo; estimular as iniciativas públicas e privadas, tendentes a desenvolver o turismo interno e externo no Brasil; promover e divulgar o turismo nacional, no País e no Exterior; analisar o mercado turístico e planejar o seu desenvolvimento, definindo as áreas, empreendimentos e ações prioritárias a serem estimuladas e incentivadas; fomentar e financiar, direta ou indiretamente, as iniciativas, planos, programas e projetos que visem o desenvolvimento do turismo, controlando e coordenando a execução de projetos de interesse turístico e cadastrar, classificar e fiscalizar, nos termos da Legislação vigente, empresas e empreendimentos dedicados às atividades turísticas e realizar serviços de consultoria e de promoções destinados ao fomento do turismo.

No ano de 1994, a EMBRATUR, que naquele ano estava vinculada ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, através da portaria ministerial nº130, de 30 de março de 1994, criava o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), com a tentativa de tornar o processo decisório no setor de turismo mais participativo, através da descentralização do desenvolvimento turístico,

---

<sup>1</sup> **Política Neoliberal:** caracterizada pela mínima participação estatal nos rumos da economia de um país- pouca intervenção do governo no mercado de trabalho; política de privatização de empresas estatais; livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização - abertura da economia para a entrada de multinacionais, defesa dos princípios econômicos do capitalismo entre outros.

e da oferta de orientação técnica para que a própria comunidade gerisse seus recursos. Segundo a EMBRATUR (1999, p. 11) o objetivo geral do PNMT era “fomentar o desenvolvimento turístico sustentável nos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social ambiental, cultural e política”.

Em 1998 foi criado o Ministério do Esporte e Turismo, através da Medida Provisória n.º 1.795, de 31 de dezembro de 1998, e que tinha como atribuição a continuidade do PNMT iniciada no ano de 1994. O PNMT, e a estrutura do Ministério do Esporte e Turismo tiveram vigência até o final do ano de 2002.

A descentralização da política pública no setor marcou o período descrito anteriormente, e possibilitou que os Estados e Municípios conduzissem as políticas públicas de turismo conforme suas vocações, e anseios locais.

No ano de 2003, com início do 1º mandato do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, o turismo passaria a ter destaque na administração nacional, visto que, no início do Governo Lula criou-se um Ministério específico para o estabelecimento de políticas ligadas a atividade turística no país, o qual foi regulamentado através da Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, a qual dispunha sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, dando outras providências.

Neste mesmo ano de 2003, foi implementado o Plano Nacional do Turismo intitulado Diretrizes, Metas e Programas estabelecendo os rumos para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil para o período 2003- 2007.

Esse Plano Nacional do Turismo (PNT) estava baseado nas seguintes premissas: parceria e gestão descentralizada; desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística; diversificação dos mercados, produtos e destinos; inovação na forma e no conteúdo das relações e interações dos arranjos produtivos; adoção de pensamento estratégico, exigindo planejamento, análise, pesquisa e informações consistentes; incremento do turismo interno; e, por fim, o turismo como fator de construção da cidadania e de integração social (BRASIL – MTur, 2004 p.7).

Pode-se observar neste período do PNT que há uma continuidade na descentralização das políticas públicas no setor iniciado na década de 1990, com destaque para o processo de regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística, assim como, pela adoção de pensamento estratégico com a exigência de planejamento, análise, pesquisa e informações consistentes sobre o setor.

No segundo mandato do presidente Lula, foi lançado o segundo Plano Nacional de Turismo PNT 2007/2010 – Uma Viagem de Inclusão, o qual propõe uma harmonização entre a força e o crescimento do mercado com a distribuição de renda e a redução das desigualdades, integrando soluções no campo econômico, social, político, cultural e ambiental, com expectativa de resultados que vão além do lucro e da valorização do negócio simplesmente, priorizando o bem-estar social.

Dentre os objetivos do PNT 2007/2010 pode-se destacar: Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando as diversidades regionais, culturais e naturais, promover o turismo com um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros e fomentar a competitividade do produto turístico do Brasil nos mercados nacional e internacional e atrair divisas para o País. (BRASIL - MTur 2007, p.16).

Com a finalidade de reforçar o desenvolvimento da atividade turística no Brasil, este segundo Plano de Turismo do Governo Lula criou o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, o qual vem buscando apoiar e desenvolver Instâncias de Governança Regionais, as quais se caracterizam pelos princípios da participação, sustentabilidade, integração e descentralização administrativa, e contam com o envolvimento do poder público, empresários, sociedade civil e instituições de ensino superior que compõem uma determinada região turística.

O envolvimento desses atores permite que sejam promovidas ações de mudança, com o objetivo de ampliar e incrementar a atividade turística no Brasil. A institucionalização de Instância de Governança Regional prevê o estabelecimento e/ou fortalecimento de parcerias entre os agentes envolvidos com a atividade turística, sejam eles públicos ou privados.

Essa estratégia deve-se à necessidade de se reconhecer e fortalecer organizações geridas de forma compartilhada pelo poder público, empresários, sociedade civil e instituições de ensino dos municípios componentes das Regiões Turísticas. Essas organizações são as Instâncias de Governança Regionais, e seu papel é zelar para que essa proposta seja executada. (BRASIL - MTur 2008, p. 98).

Um exemplo de uma instância de governança de sucesso no Brasil é associação de agricultores Acolhida na Colônia que abrange diversos municípios localizados em sua maioria na Região Serrana do Estado de Santa Catarina. Esta associação integra à Rede *Accueil*

*Paysan* (atuante na França desde 1987), e tem como proposta valorizar o modo de vida no campo através do Agroturismo Ecológico.

E para finalizar, ao final desta década mais precisamente no mês de setembro do ano de 2008, o Governo Federal sancionou a Lei 11.771, denominada Geral do Turismo, a qual dispôs sobre a Política Nacional de Turismo, definindo as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Esta normatização revogou a Lei 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991, dando outras providências.

A Lei Geral do Turismo caracteriza-se por unificar em uma única legislação, diretrizes para o planejamento, e normatização do mercado turístico brasileiro, que até então estavam desintegrados. Esta Lei normatiza a Política, o Plano e o Sistema Nacional de Turismo, e unifica uma série de legislações anteriores a fim de normatizar as atividades dos meios de hospedagens, das agências de turismo, das transportadoras turísticas, das organizadoras de eventos, dos parques temáticos e dos acampamentos turísticos, dispondo dos direitos e deveres para exercício das mesmas.

Segundo observado anteriormente nesta última década ocorreu significativo avanço nas políticas públicas de turismo no Brasil, visto que a atividade começa a ser direcionada para a inclusão social, tanto na distribuição mais justa de recursos oriundos da atividade turística, quanto no desenvolvimento de produtos turísticos com preços compatíveis a renda da população menos favorecida economicamente, os quais se enquadram na tipologia do turismo social.

Também há destaque para a continuidade no processo de descentralização das políticas do setor, iniciando-se um debate referente às questões pertinentes a sustentabilidade no turismo, ou seja, da conscientização da importância do planejamento e gestão da atividade turística para a preservação ambiental e cultural.

A partir da análise de bibliografias e legislações que dão amparo as temáticas que compõem esta pesquisa no próximo capítulo é apresentada a caracterização da área de estudo – município de Itapema.

### 3 ÁREA DE ESTUDO – MUNICÍPIO DE ITAPEMA

#### 3.1 Evolução Histórica e Administrativa

A área correspondente ao município de Itapema, bem como quase todo litoral de Santa Catarina, foi colonizada por imigrantes europeus, principalmente portugueses, que deram início a sua ocupação na metade do século XVIII.

Naquele século as Ilhas do Arquipélago dos Açores em Portugal, sofrendo abalos sísmicos terrestres e erupções vulcânicas, induziram a saída de parte de sua população. Aliado a este fator estaria o precário desenvolvimento econômico da região e o excesso populacional, que provocava a escassez de alimentos em determinados períodos do ano.

Devido aos conflitos existentes entre Portugal e Espanha, a partir do século XVIII a Coroa Portuguesa manifestou interesse pelo domínio da Ilha de Santa Catarina (Florianópolis). Uma das medidas para a tomada de posse efetiva foi o povoamento açoriano. Assim, no período de 1748 a 1756, os imigrantes ocuparam a Ilha e o continente próximo, estendendo-se por todo o litoral catarinense, fundando várias freguesias. (REIS, 2002)

A conquista do território catarinense limitou-se, nos primeiros tempos, ao litoral. O modelo de ocupação territorial foi definido pela Provisão Régia de 9 de agosto de 1747, destinada ao primeiro Governador da Capitania de Santa Catarina, documento que posteriormente foi chamado de Regimento Silva Paes, que estabeleceu as regras para acomodação dos imigrantes.

O regimento definia que os novos assentamentos deveriam ser localizados em sítios previamente escolhidos, com povoações de cerca de 60 casais e precisava a localização e configuração dos logradouros públicos, com regras para a configuração, de praças, ruas, moradias e a Igreja.

Na configuração dos núcleos litorâneos destaca-se a presença de amplo espaço público fronteiro à capela, iniciando-se junto ao mar até a capela edificada sobre pequena elevação. (REIS, 2002)

Desta forma, parte da população que chegou a Itapema instalou-se inicialmente no entorno da capela do atual bairro Canto da Praia, e o restante fixou-se na lavoura, espalhando-se pelo interior do território do atual município, as margens dos rios São Bento, rio da Mata, rio Itapema, rio Areal e rio Perequê, e nas encostas dos morros.

Os que moravam nas áreas de terras planas, a principal atividade era o plantio de mandioca, milho, feijão, café e arroz. Nas encostas era o cultivo da banana, abacaxi, mamoeiro e frutos cítricos. Alguns agricultores dedicaram-se também a criação de gado leiteiro, suínos e aves domésticas.

O terreno das moradias da população obedecia ao modelo açoriano do litoral, ou seja, em forma de “espinha de peixe” onde em perpendicular a uma via central, se estendiam vias secundárias, originando uma área retangular.

Essa área, com os casamentos dos filhos, ia se subdividindo e organizando a família no interior desta área estreita e comprida. Uma das consequências desta forma de organizar o espaço estava na mobilidade, a qual era dificultada pela presença seguida dos terrenos, sem vias de circulação entre eles, havendo a necessidade de um longo percurso, caso houvesse a necessidade de deslocamento para o “outro lado”.

Contam os mais velhos que o nome Itapema (gaviões ou aves das pedras ou da pedra) foi dado à grande quantidade de aves marinhas pretas, com pés de pato, que em certas épocas do ano passavam em bandos pelos costões e arvoredos que margeavam o caminho que ia do canto da Praia à Praia do Mar Grosso (FARIAS, 1999 p.23).

Segundo o mesmo autor, o nome Itapema não é o nome original do lugar. Foi instituído por Lei da Câmara de Porto Belo de 1912, para atender a sugestões de moradores da Tapera.

O município de Itapema até sua emancipação, na década de 1960, passou por diversos estágios administrativos que influenciaram em sua organização e desenvolvimento, conforme se observa na tabela.

Tabela 3: Fatos históricos que marcaram a história do município de Itapema

<b>Data</b>	<b>Fato histórico</b>
23/03/1726	Elevação de Desterro (Florianópolis) à categoria de vila (município), incluindo em seus domínios as terras de Itapema.
8/02/1752	É criada, através de alvará Régio do Rei de Portugal, a freguesia de São Miguel da Terra Firme, cujos limites envolviam as atuais terras de Itapema.
1804	Primeira referência ao nome Tapera, feita pelo

	comandante da canhoeira Araguay.
1818	Chegada a Porto Belo de um grupo de colonos de Ericeira (Portugal).
18/12/1824	Através de decreto Imperial, foi Porto Belo elevada à categoria de freguesia, incluindo as terras de Itapema.
18/02/1832	Documento aponta ser José Antônio da Silva morador da Tapera.
13/10/1832	Através da Resolução do presidente da Província, Porto Belo foi elevada à categoria de vila desmembrada que foi de Desterro.
19/01/1852	Relatório do subdelegado de Polícia de Porto Belo indica que em Itapema já existiam 79 engenhos de mandioca e de açúcar naquele ano.
4/04/1859	Tijucas é elevada à categoria de vila, incorporando as terras de Itapema que pertenciam à freguesia de Porto Belo. Porto Belo foi suprimida.
27/09/1879	Registro do casamento mais antigo, encontrado nos arquivos paroquiais de Tijucas, de moradores de Itapema, em que se casa Maria Rosa de Jesus, filha de Francisco José e Felizarda Rosa de Jesus, moradores da Tapera.
10/02/1890	Criação da primeira escola de Primeiras letras no arraial da Tapera.
29/02/1895	A freguesia de Porto Belo volta à categoria de município, incluindo as terras de Itapema.
22/07/1912	O nome de Itapema é aprovado pela Câmara de Porto Belo, em substituição ao de Tapera, por sugestão dos moradores da Tapera.
30/12/1914	Criação do Distrito Policial de Itapema.
02/01/1915	É criado o distrito de Itapema, pertencente ao município de Porto Belo, instalado em 14/03/1915 com a eleição dos juizes de paz.
1923	Itapema foi anexada ao município de Camboriú.
1925	Itapema volta a pertencer a Porto Belo.
13/01/1962	Foi criado o município de Itapema pela Resolução nº 1/62 da Câmara Municipal de Itapema.
1962	Posse do 1º prefeito eleito Sr. Olegário Bernardes.
1968	Posse do 2º prefeito eleito Sr. Nelson Santos.

### 3.2 Características Climatológicas, Vegetação e Geomorfológicas

A região em que está inserida o município de Itapema se caracteriza pela predominância do clima subtropical úmido, com a ocorrência de quatro estações climáticas bem definidas inverno, verão, outono e inverno.

O nível de precipitação anual varia em torno de 1 700 milímetros, distribuídos ao longo de todo o ano, conforme demonstrado no **gráfico 3**.

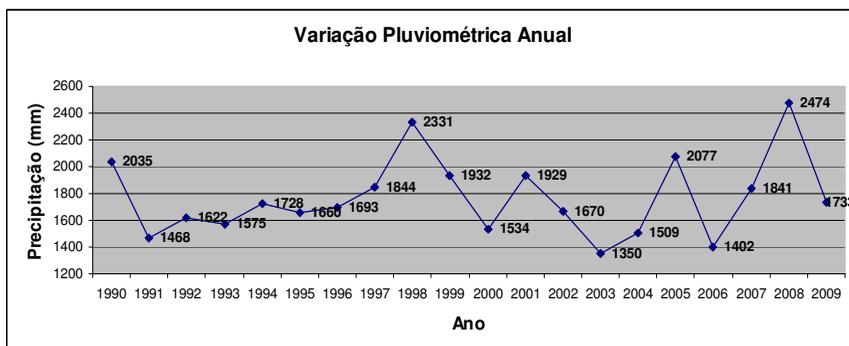


Gráfico 3: Variação da Precipitação Pluviométrica entre os anos de 1989 e 2009 na região de Itapema.

Fonte: Epagri/CIRAM.

A temperatura média anual é de 20° C, no verão é quente, com oscilações térmicas entre 17° e 35°C, já no inverno é frio, com oscilações que variam de 8° a 20°. A umidade média do ar fica em torno de 85%, favorecidas pelas correntes marinhas, que impedem a formação de massas de ar seco por muito tempo na região. (FARIAS,1999).

No tocante a cobertura vegetal, o município de Itapema apresenta um conjunto variado de ecossistemas, os quais compreendem espécies florestais típicas de encostas da Mata Atlântica, vegetação secundária, e mangues.

As áreas mais elevadas do município, as quais sofreram acentuados desmatamentos nas últimas décadas, estão sendo utilizadas para reflorestamentos, que cobrem cerca de 30% da área vegetal de Itapema. As espécies que estão sendo implantadas nestas áreas são principalmente o Pinus e o Eucalipto, destinadas a fins comerciais. (FARIAS, 1999)

Já a área de planície é caracterizada por coberturas vegetais secundárias, encontrando-se variedades de árvores frutíferas transplantadas pelo homem, além de capões de matos, com predominância de vassouras, além de grande variedade de trepadeiras, bromélias e líquens. Junto à foz dos rios, nas áreas alagadas, predominavam manguezais, os quais hoje estão praticamente extintos.

A fauna terrestre foi variada, sendo algumas espécies extintas como a onça, o veado, a capivara, a jaguatirica, o tamanduá. Ainda existem outras espécies em maior ou menor número como macacos, quati, tatu, guaxaim, gambá e lebre. Existe ainda, uma grande variedade de aves como gaviões (símbolo do município), aracuã, inhambu, macuco, jacu, jacupema, garças, tesouras, urubus, canários, papagaios, sabiás, saíras entre outros. (FARIAS, 1999).

Referente às características geomorfológicas Itapema faz parte do conjunto geomorfológico denominado regionalmente de Serra do Tabuleiro/Itajaí e Planície Costeira. Em nível microrregional esta Serra é chamada de Tijucas e recebe as denominações de Areal ou Macacos, do Cantagalo, do Encano (FARIAS, 1999).

O ponto mais elevado do relevo de Itapema chega a 660 metros e fica na Serra do Cantagalo. As terras mais baixas são integrantes das microbacias dos rios Tijucas, Perequê, São Paulino e Fabrício, que, com exceção da do rio Tijucas, são de pequenas dimensões.

O solo predominante no município de Itapema é o argilo-arenoso, onde se desenvolveram ao longo dos séculos as atividades agrícolas de subsistência cujos principais produtos cultivados foram à mandioca, milho, arroz, amendoim, banana, laranja e melancia.

### **3.3 Características Sócio-Econômicas**

Itapema está localizada no litoral centro-norte do Estado de Santa Catarina na região turística classificada pelo Ministério do Turismo como Costa Verde & Mar. Distante 60 km da capital Florianópolis, pertencente à mesorregião Vale do Itajaí, o município situa-se em uma baía cercada por ramificações da Serra do Mar, apresentando aproximadamente 14 km de orla marítima. Conforme se pode visualizar na **figura 2**:

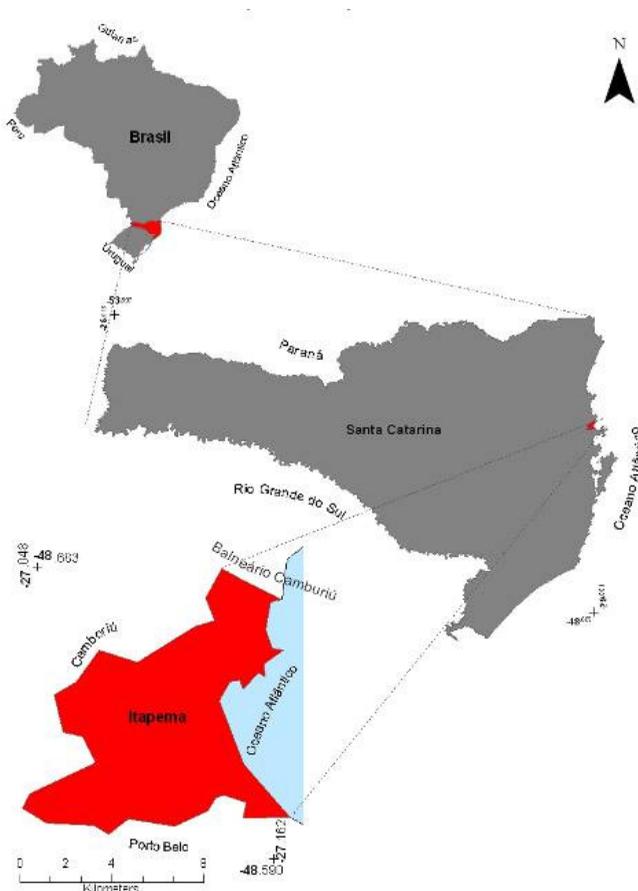


Figura 2: Localização do município de Itapema - Santa Catarina - Brasil.

Fonte: Autor, 2009.

A base econômica do município, conforme as tabelas a seguir, é o Setor Terciário, ou seja, o setor de comércio e serviços, o qual é impulsionado basicamente pela atividade turística, que entre os anos de 2005, 2006 e 2007, induziu um aumento populacional médio de aproximadamente 4 vezes a população residente de Itapema, nos meses de janeiro e fevereiro (alta temporada). Porém cabe ressaltar, que conforme bibliografias consultadas, até a década de 1970 a atividade econômica predominante era o Setor Primário.

Tabela 4: Número de Empresas e/ou estabelecimentos em Itapema por Setor Econômico – 1970, 1975, 1980 e 2009.

<b>Empresas</b>	<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>2009</b>
Agricultura	201	226	85	15
Indústria	7	4	10	114
Comércio	41	55	70	1.784
Serviços	4	42	93	1.437
<b>Obs:</b>				
1- O censo de 1960 foi referente ao município de Porto Belo, e não foram realizados estudos setorizados por distritos;				
2- A partir do censo de 1991 os setores econômicos foram desenvolvidos em nível estadual.				

Fonte: Gerado a partir de dados do Recenseamento Geral do Brasil ano de 1970, 1975 e 1980 e do Sistema de Finanças do município de Itapema –2009.

Segundo dados obtidos junto a Secretaria de Finanças de Itapema, através do Ofício/SF/886/09 (ANEXO I), os meses que apresentam maior arrecadação fiscal são dezembro, janeiro e fevereiro, e com menor arrecadação são agosto, setembro e outubro.

Esses dados, referentes à economia do município, vêm ratificar o que foi constatado nos mosaicos que serão apresentados nos resultados deste estudo, os quais são compostos pelos voos fotogramétricos dos anos de 1957 e 1978, e pela imagem de satélite *QuickBird* do ano de 2008, assim como, pelas literaturas consultadas, as quais demonstram que a ocupação no território de Itapema, ao longo dos últimos 50 anos, migrou de atividades ligadas ao Setor Primário (Agricultura), para atividades relacionadas ao Setor Terciário (Comércio e Serviços).

Tabela 5: Estimativa populacional, contagem da população e movimento estimado de turistas

<b>Oscilação Populacional</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
População Residente	*34.448	*35.990	** 33.766
***Número de turistas	171.253	114.167	132.390
* Estimativa Populacional - IBGE ** Contagem da População - IBGE *** Turistas Nacionais e Estrangeiros consultados em janeiro e fevereiro de cada ano - SANTUR			

Fonte: Gerado a partir de dados do IBGE (2005 a 2007) e SANTUR, 2007.

Cabe ainda destacar que Itapema se enquadra como um destino turístico de segunda residência, ou seja, os turistas que se deslocam para o município já possuem residências próprias, ou alugam residências de terceiros, como demonstram os dados presentes na tabela a seguir:

Tabela 6: Meios de Hospedagem Utilizados

<b>Meio e Hospedagem</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Casa ou Apt. de Aluguel	55,80%	48,87%	48,32%
Casa de Amigos ou Parentes	18,67%	20,99%	15,32%
Casa Própria	13,32%	14,70%	17,19%
Hotel	7,57%	9,05%	10,08%
Pousada	3,53%	4,12%	6,92%
Camping	1,01%	1,65%	1,48%
Hospedaria, Pensão Dormitório	0,10%	0,62%	0,69%

Fonte: SANTUR, 2007

Quanto à atividade industrial, o município não apresenta expressividade devido às incoerências da Lei 11/2002, que está anexa à lei 07/2002, que é o Plano Diretor vigente.

A Lei 11.2002 restringe a instalação de atividades ligadas ao Setor Industrial no território de Itapema, visto que, define que as empresas ligadas a este setor somente poderão instalar-se no município em uma Zona Industrial, entretanto, não especifica, define e espacializa a respectiva área a ser destinada para fins industriais.

No ano de 2004 foi publicada a Lei Complementar nº 16/2004, a partir da qual definiu-se a área destinada a Zona Industrial de Itapema, especificando suas respectivas medidas e limites de confrontação. Porém, até o momento, a Zona Industrial ainda não foi implementada, deixando o município impossibilitado de receber qualquer modalidade de indústria.

Após a caracterização da área de estudo é apresentado, a seguir, os materiais e método que foram utilizados para lograr os objetivos propostos.

#### 4 MATERIAIS E MÉTODO

Neste capítulo é apresentada a metodologia que foi utilizada para realização da presente pesquisa que se pautou pela classificação do território de Itapema em 4 Zonas Especiais de Interesse Turístico (ZEIT's), as quais foram classificadas conforme a identificação de elementos que constituem a oferta turística seguindo critérios de dados oficiais utilizados pela EMBRATUR no processo de inventariação da oferta turística de um destino, e, também, conforme a consolidação, desenvolvimento e/ou potencialidade de alguma segmentação turística enquadrada nas definições oficiais da mesma instituição.

Os dados referentes aos elementos da oferta turística e das tipologias de turismo são elencados respectivamente no quadro 1 e 2 a seguir:

Quadro 1: Elementos que constituem a oferta turística.

Atrativos turísticos	Equipamentos e serviços turísticos	Infraestrutura de apoio ao turismo	Órgãos oficiais de turismo
Recursos naturais: Cachoeiras, hidrografia, parques, reservas de flora e fauna, grutas, cavernas entre outros;	Meios de hospedagem: Estabelecimentos hoteleiros: hotéis, motéis, pousadas rurais e urbanas, pensões, camping entre outros;	Equipamento médico-hospitalar: Pronto-socorro, hospitais, clínicas e outros;	Secretaria Municipal de Turismo, Instâncias de Governança Regionais do Programa de Regionalização do Turismo, Colegiados de Turismo entre outros.
		Outros sistemas: Saneamento, água, gás, eletricidade entre outros;	
Recursos culturais: Monumentos, sítios históricos, instituições culturais de estudo e lazer (museus, bibliotecas, festas, feiras, comemorações, gastronomia, artesanato, folclore, dança e outros;	Locais de entretenimentos: Áreas de recreação e instalações desportivas (parques, praças, mirantes, marinas), estabelecimentos noturnos (casa de espetáculos, boates), cinemas e teatros e outros;	Sistemas de comunicações: Agências postais e telegráficas, postos telefônicos entre outros;	
		Sistemas de segurança: Delegacia de polícia, postos da polícia rodoviária, corpo de bombeiros, e outros;	
Eventos: Feiras e exposições, realizações diversas (desportiva, artística, cultural, social, gastronômica, científicas) e outros.	Serviços de alimentação: Restaurantes, bares, lanchonetes, cervejarias, e outros;	Sistemas de transportes: Terrestres (rodovias, terminais, estações rodoviárias e ferroviárias), hidroviários (portos, estações e serviços fluviais) e marítimos. Inclui os equipamentos de transportes: carro, ônibus, táxi, bicicletas;	
	Outros equipamentos e serviços turísticos: Agências de viagens, transportadoras turísticas, postos de informação turística, locadora de imóveis, locadora de veículos, comércio turístico (lojas de artesanato e souvenir), casas de câmbio e bancos e outros.		
		Unidades educacionais: Escolas, centros de treinamento e outros.	

Fonte: Gerado a partir de dados do MTur, 2006.

As definições das segmentações turísticas estão elencadas no quadro a seguir:

Quadro 2: Definições oficiais de tipologias de turismo EMBRATUR

<b>Tipologia</b>	<b>Definição</b>
<b>Ecoturismo</b>	Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações;
<b>Turismo de Aventura</b>	Compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo;
<b>Turismo Cultural</b>	Compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura;
<b>Turismo de Esportes</b>	Compreende as atividades turísticas decorrentes da prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas;
<b>Turismo Náutico</b>	Caracteriza-se pela utilização de embarcações náuticas como finalidade da movimentação turística;
<b>Turismo de Negócios e Eventos</b>	Compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social;
<b>Turismo de Pesca</b>	Compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora;
<b>Turismo Rural</b>	É o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade;
<b>Turismo de Saúde</b>	Constitui-se das atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos e estéticos;
<b>Turismo de Sol e Mar</b>	Constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor.

Fonte: Gerado a partir de definições presentes nos cadernos de Segmentação Turística do Programa de Regionalização do MTur, 2008.

Cabe ressaltar que no quadro 2, referente às definições de segmentações turísticas, não há referência quanto a algumas tipologias de

turismo como Turismo Gastronômico, Turismo Religioso, Turismo no Espaço Rural, Agroturismo as quais já estão consagradas no meio científico. Dessa forma, quando for identificada a consolidação, desenvolvimento e/ou potencialidade da segmentação de Turismo Gastronômico e Religioso, estas serão agregadas ao segmento de Turismo Cultural, mesmo procedimento utilizado caso seja identificada, a segmentação de Agroturismo, a qual será agregada ao segmento de Turismo Rural.

#### **4.1 Apresentação do procedimento metodológico**

A área de abrangência das ZEIT's compreendeu os 11 bairros existentes juntamente com a Zona Rural do município de Itapema, os quais foram classificados de acordo com seu grau de interesse turístico, definido a partir da identificação dos seguintes elementos: atrativos, equipamentos e serviços turísticos, infraestrutura de apoio ao turismo, assim como, a ocorrência, desenvolvimento e/ou potencialidade de tipologias de turismo enquadradas nas normas da classificação oficial da EMBRATUR.

**1) Zona Especial Turística Consolidada (ZETC):** Composta por bairros onde identifica-se atrativos, equipamentos e serviços turísticos, infraestrutura de apoio ao turismo e a ocorrência de alguma tipologia de turismo;

**2) Zona Especial Turística em Desenvolvimento (ZETD):** Composta por bairros onde identifica-se atrativos e alguma infraestrutura de apoio ao turismo, assim como, o desenvolvimento e/ou potencialidade de tipologias de turismo, porém os equipamentos e serviços turísticos ainda estão em um estágio inicial de consolidação;

**3) Zona Especial Potencialmente Turística (ZEPT):** Constituída por bairros onde são identificados atrativos e infraestrutura de apoio ao turismo, e também o desenvolvimento e/ou potencialidade de alguma tipologia de turismo, porém existem poucos equipamentos e serviços turísticos;

**4) Zona Especial a ser Trabalhada Turisticamente (ZETT):** Formada por bairros onde não se identifica atrativos turísticos nem a ocorrência, desenvolvimento e ou potencialidade de tipologias de turismo, porém pode existir equipamentos e serviços turísticos, assim como, infraestrutura de apoio ao turismo.

## **4.2 Etapas de realização do procedimento metodológico**

Para identificar e espacializar as ZEIT's, a metodologia desta pesquisa foi desenvolvida de acordo com as seguintes etapas: Realização de visitas técnicas para a coleta de dados, análise e processamento de produtos cartográficos, fotogramétricos, imagem de satélite, fotografias panorâmicas e de curta distância.

### **4.2.1 Realização de visitas técnicas para a coleta de dados**

A realização de visitas técnicas teve como finalidade coletar informações e materiais para compor o banco de dados a ser trabalhado em ambiente SIG, assim como, analisar, conhecer, e confrontar as diferentes realidades, conflitos e potencialidades existentes no município em estudo nos aspectos: ambiental, cultural, econômico e social para fins turísticos, e identificar *in loco* as diferentes tipologias de turismo que ocorrem no município de Itapema.

Foram realizadas aproximadamente 16 visitas técnicas entre os meses de setembro de 2009 e maio de 2010, e a participação em 2 eventos técnicos no município de Itapema (Conferência Nacional das Cidades e o Segundo Seminário Brasileiro de Urbanismo, Paisagismo, Arborização e Turismo Sustentável - URBVERDE 2010).

Além destas atividades, foram realizadas visitas a órgãos públicos no município de Florianópolis como IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), SPU (Secretaria do Patrimônio da União), SPG (Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina), entre outros com a finalidade de coletar dados pertinentes ao município objeto da presente pesquisa, e indisponíveis na municipalidade de Itapema na ocasião.

Após a coleta de dados, iniciou-se a segunda etapa do procedimento metodológico, a qual é detalhada no item a seguir.

### **4.2.2 Análise e processamento de produtos cartográficos, fotogramétricos, imagem de satélite, fotografias panorâmicas e de curta distância**

A análise e processamento dos produtos descritos acima tiveram como objetivo investigar a transformação ocupacional ocorrida no município de Itapema nas últimas décadas e também identificar e

espacializar os atrativos, equipamentos e serviços turísticos, infraestrutura de apoio ao turismo, assim como, espacializar as segmentações turísticas ocorrentes, em desenvolvimento e/ou potencial de Itapema.

Nesta etapa da pesquisa foram analisados e processados produtos de diferentes fontes e escalas, com a finalidade de demonstrar o impacto da transformação ocupacional ocorrida em Itapema, em especial aquelas induzidas pelo fenômeno turístico, bem como, gerar dados que possibilitassem a identificação e espacialização das ZEIT's no referido município.

Dentre o conjunto de materiais utilizados destacam-se: Limite oficial do município de Itapema em escala 1:50.000, elaborado pelo IBGE seguindo as especificações da Lei Estadual de número 13.993, de 20 de março de 2007, a qual consolida as divisas intermunicipais do Estado de Santa Catarina; Fotografias do voo fotogramétrico do ano de 1957, escala 1:20.000, contratado pelo governo do Estado SC e executado pela Marinha Norte Americana; Fotografias do voo fotogramétrico do ano de 1978, escala 1:25.000, contratado pelo governo do Estado SC e executado pela Empresa Aerofoto Cruzeiro do Sul.

Complementarmente foram utilizados vetores da restituição do voo fotogramétrico do ano de 2001, executado pela empresa Aeroimagem, e da Imagem de Satélite *QuickBird* do ano 2008 executado pela empresa Digital Globe, ambos produtos foram contratados pela Prefeitura Municipal de Itapema. Para finalizar foram utilizadas fotografias panorâmicas do arquivo fotográfico da Prefeitura Municipal de Itapema de diferentes datas, e fotografias de curta distância do acervo do autor.

Para ter uma visão global da área em estudo, e construir uma série temporal de imagem que possibilitasse a análise da transformação ocupacional do município de Itapema, foi necessário elaborar mosaicos fotogramétricos a partir das fotografias aéreas dos voos dos anos de 1957 e 1978.

Nesta etapa foram utilizadas as aplicações *ArcCatalog* e *ArcMap* da Plataforma ArcGIS. Através da aplicação *ArcCatalog*, em cada fotografia aérea dos voos de 1957 e 1978, inseriu-se o sistema de projeção UTM (Universal Transversa de Mercator) com DATUM SIRGAS (Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas) 2000, já de acordo com as orientações da resolução 01/2005 publicada pelo IBGE no ano de 2005, a qual estabelece a mudança do referencial geodésico brasileiro .

Logo após, a partir da função *Georeferencing*, da aplicação *ArcMap*, foi realizado o georreferenciamento de cada fotografia, utilizando

como base os vetores da restituição fotogramétrica do voo ano de 2001, com escala de 1:2000. Cabe ressaltar que nesta etapa também foi realizado o georreferenciamento da Imagem de Satélite *QuickBird*.

Após o georreferenciamento das fotografias aéreas de cada voo, as mesmas foram transformadas em um mosaico, constituindo-se uma única imagem, a partir da função *Projections and Transformations – Raster – Mosaic* da aplicação *ArcMap*. Na sequência os mosaicos dos voos de 1957 e 1978, assim como, a Imagem de Satélite *QuickBird* 2008 foram delimitados com o limite oficial do IBGE através da função *Spatial Analyst Tools/ Extraction/ Extract by Mask* do *ArcMap*.

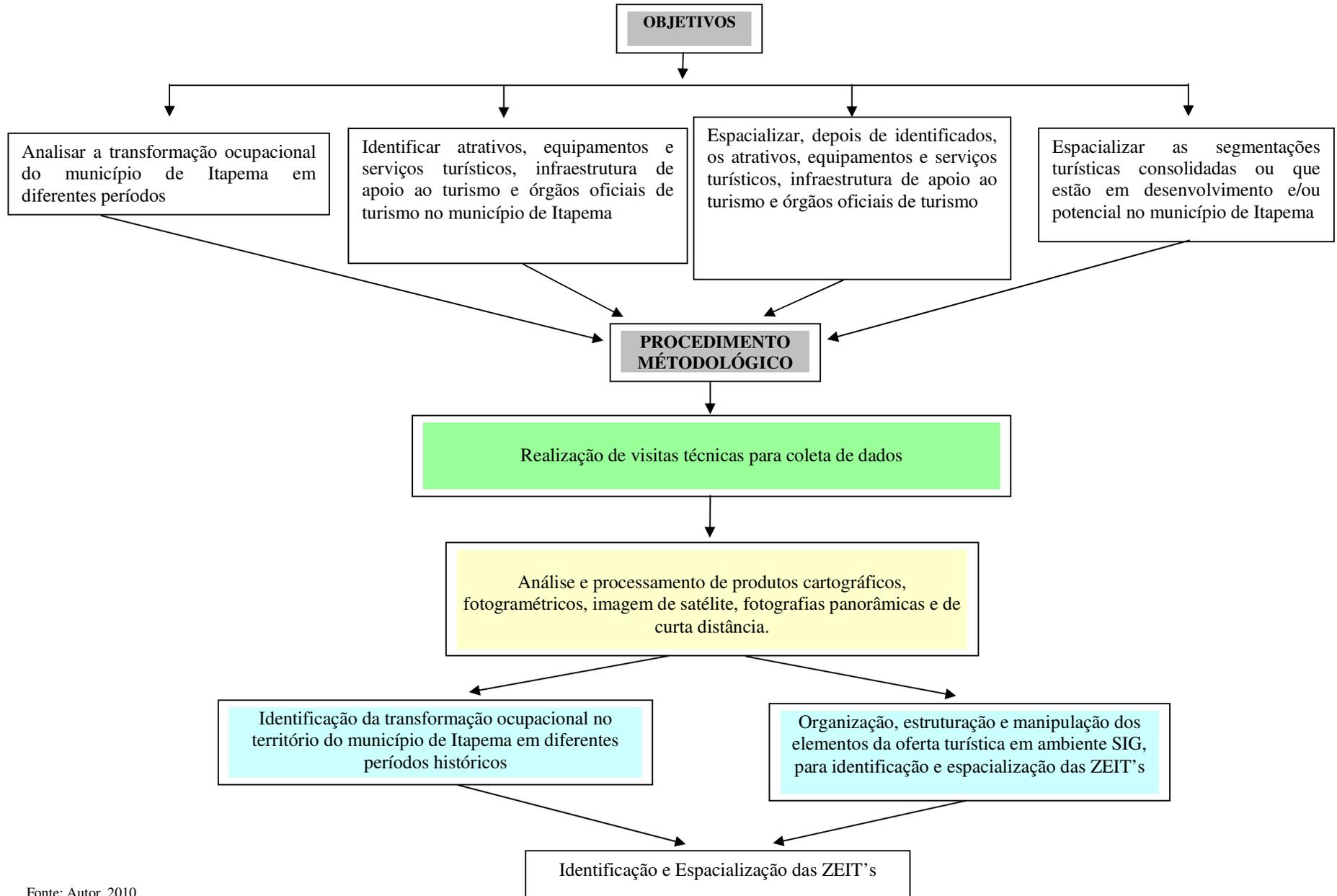
A partir da elaboração e delimitação dos mosaicos fotogramétricos, e da Imagem de Satélite *QuickBird*, iniciou-se a análise da transformação ocupacional, assim como, a identificação e espacialização dos atrativos, equipamentos e serviços turísticos, infraestrutura de apoio ao turismo e a ocorrência, desenvolvimento e/ou potencialidade de tipologias de turismo nas áreas que compreendem os 11 bairros, e a Zona Rural do município de Itapema.

No tocante a esta etapa da pesquisa, foram espacializados os elementos obtidos durante a realização das visitas técnicas, e também os dados repassados pela municipalidade de Itapema em resposta ao ofício 06/2009 (ANEXO II). A maioria dos dados repassados e coletados encontrava-se em formato numérico, de textos, extensão \*.dwg, tabelas e outros. Dessa forma tornou-se necessário fazer uma unificação da extensão destes dados para serem manipulados no ambiente SIG, neste caso, a extensão utilizada foi \*.shp (*shapefile* - ponto, multiponto, linha ou polígono).

Através da função *new – shapefile* da aplicação do *ArcCatalog* foram criados pontos, linhas e polígonos, os quais permitiram a espacialização dos elementos e das segmentações turísticas identificadas no município de Itapema. Como base para espacialização dos dados foi utilizado a Imagem de Satélite *QuickBird* do ano de 2008, a qual era o produto cartográfico mais recente que contemplava toda a área em estudo.

Assim os elementos da oferta turística do município de Itapema, que foram coletados durante as visitas técnicas, e, também os repassados pela municipalidade e outros órgãos, foram organizados e espacializados tendo como referência aquela Imagem de Satélite, e posteriormente foram estruturados e manipulados em ambiente SIG, com a finalidade de identificar e espacializar as ZEIT's. O quadro 3 na página a seguir sintetiza o procedimento metodológico desta pesquisa.

Quadro 3: Síntese da Metodologia da Pesquisa.





## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos nesta pesquisa, de acordo com cada objetivo proposto, juntamente com suas respectivas discussões.

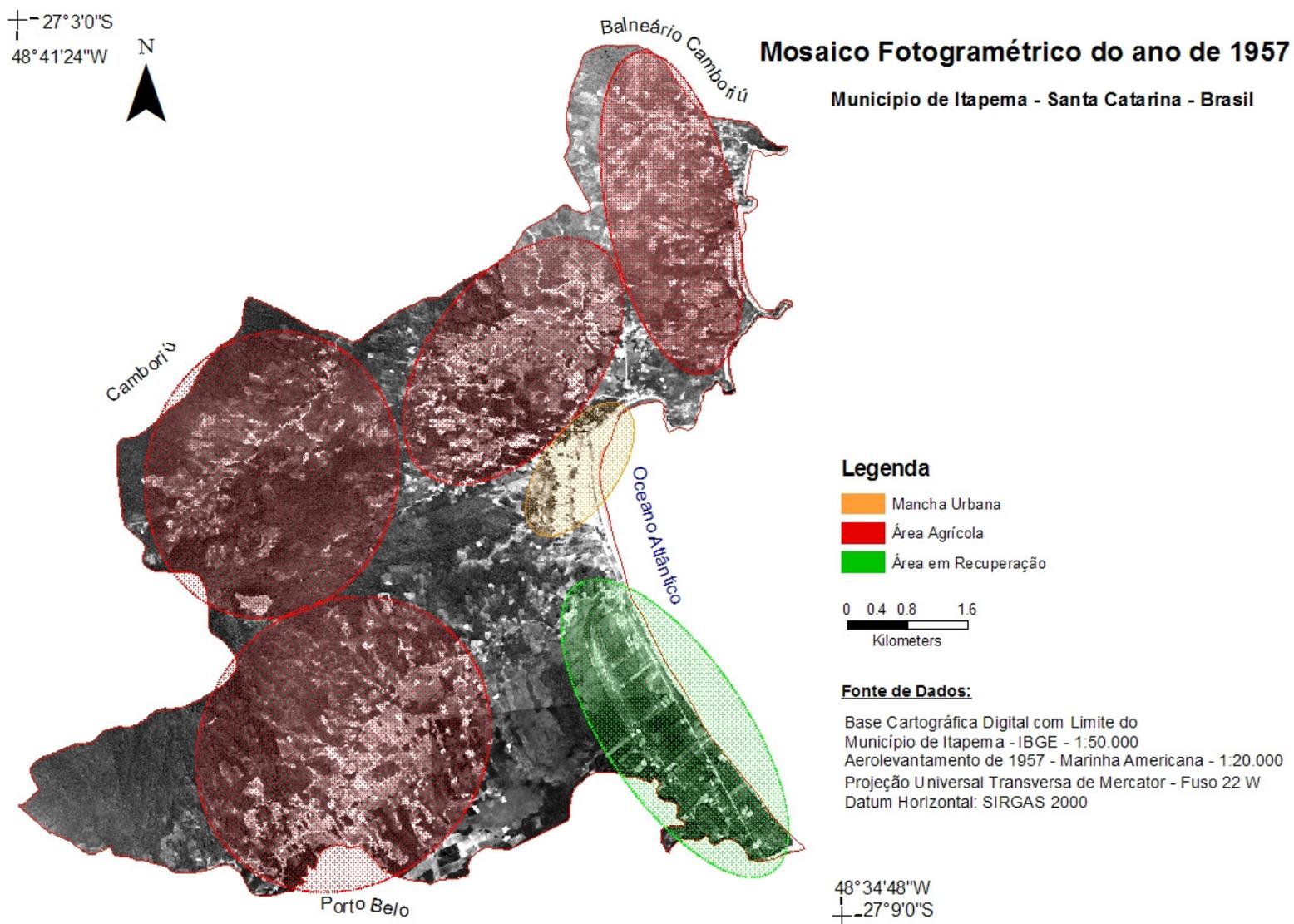
### 5.1 Análise da transformação ocupacional do município de Itapema em diferentes períodos

A vocação para atividade turística, principalmente o segmento turístico Sol e Mar, induziu uma transformação acentuada na ocupação do território de Itapema, que alterou significativamente seu território.

A partir da interpretação dos dados dos setores econômicos do IBGE e da Prefeitura Municipal de Itapema, das imagens dos mosaicos fotogramétricos, contendo a série temporal de fotografias aéreas dos anos de 1957 e 1978, da Imagem *QuickBird* do ano de 2008, de fotografias panorâmicas de diferentes datas, e fotografias de curta distância, é possível verificar que o território do município modificou-se acentuadamente num período inferior a 50 anos, passando de uma ocupação predominantemente agrícola, em meados da década de 1950, na área a oeste da atual BR-101, para uma ocupação residencial/comercial, na década atual, na área leste da mesma BR, induzida, principalmente, pela intensificação da atividade turística.

A seguir, serão apresentados os mosaicos fotogramétricos e a Imagem de Satélite *QuickBird*, descritos na metodologia do presente estudo, e fotografias panorâmicas de diferentes datas, os quais possibilitaram a visualização da transformação ocupacional que ocorreu em Itapema no decorrer das últimas décadas, e que por consequência, trouxeram expressivas transformações na paisagem natural e cultural do município, tanto na porção Oeste, com a recuperação de áreas ocupadas no ano de 1957 para uso agrícola, quanto a Leste, que teve uma intensificação na ocupação para uso residencial/comercial com fins turísticos, principalmente a partir da década de 1980.

Também são elencadas fotografias a curta distância, demonstrando a interferência da ocupação antrópica na paisagem, como a construção de empreendimentos imobiliários para uso turístico e residencial, rede de drenagem urbana, pontos de captação de água e exploração de minério, atividades que interferem significativamente na paisagem do município de Itapema, depreciando os atrativos turísticos naturais como cachoeiras, morros e a orla marítima.



Mapa 1: Mosaico do voo fotogramétrico do ano de 1957.  
Fonte: Gerado a partir de dados oriundos do projeto 159/2009 entre UFSC/FAPEU e Prefeitura Municipal de Itapema.

No mosaico fotogramétrico referente ao ano de 1957, é possível constatar que as porções Oeste e Nordeste da área que compreende o atual município de Itapema apresentavam de médio a alto índice de devastação florestal.

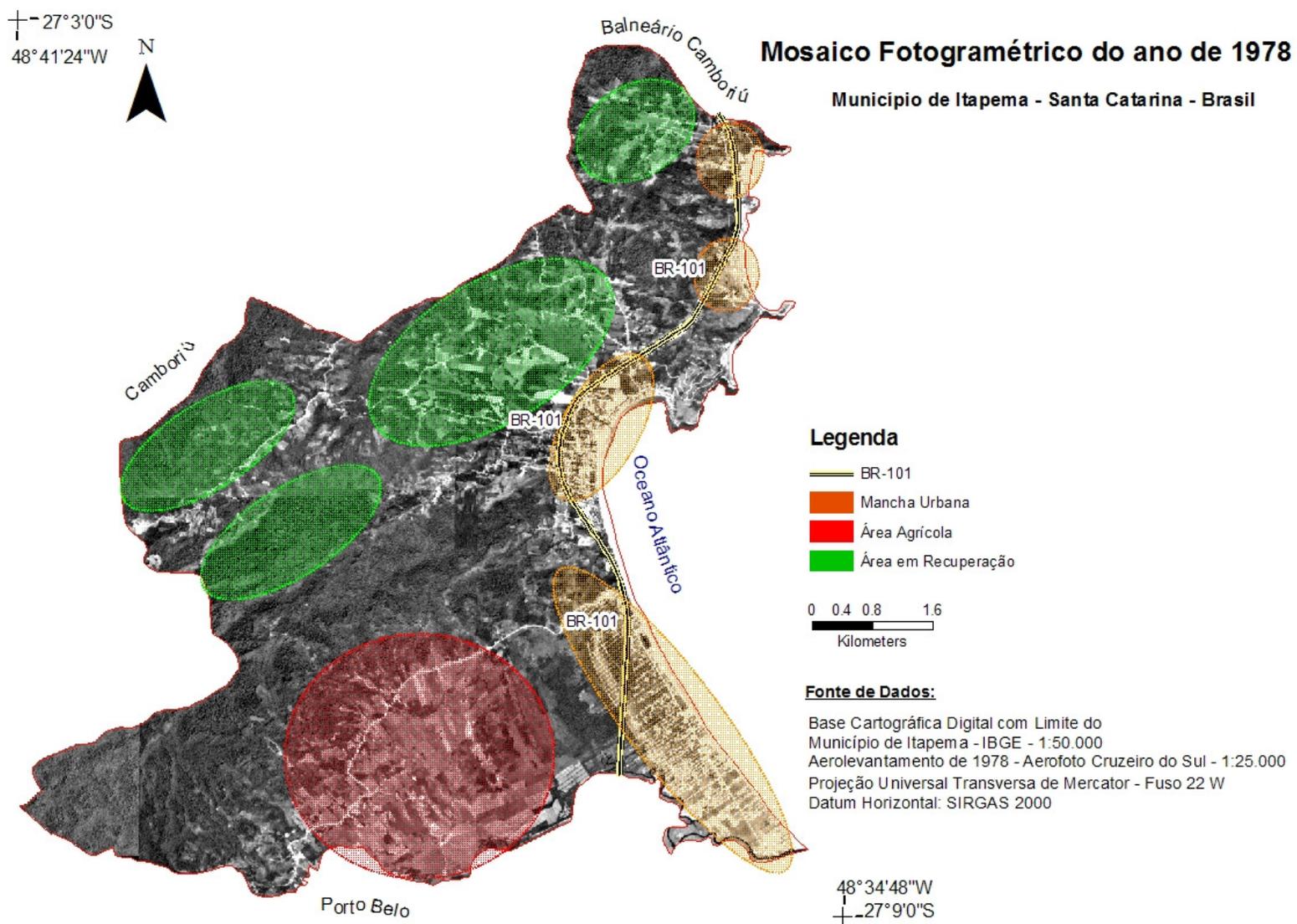
Os locais que estão destacados com círculos em vermelho representam as áreas que eram utilizadas para o cultivo agrícola. Tanto a área montanhosa quanto a planície de Itapema eram ocupadas por atividades relacionadas à agricultura, indo ao encontro dos dados contidos nas bibliografias consultadas, sendo que os produtos cultivados estavam relacionados à agricultura de subsistência.

Já na porção Sudeste, nos locais indicados em verde, é possível constatar que o índice de devastação não era representativo, porém, percebe-se a existência de alguns fragmentos de áreas destinados ao cultivo agrícola e a existência de equipamentos viários como estradas que permitiam o acesso ao núcleo urbano existente.

A área destacada em laranja, onde, é possível verificar sinais de ocupação antrópica, compreende um dos locais onde se fixaram os primeiros moradores de Itapema, e que atualmente é conhecido como bairro Canto da Praia e Centro.

Verifica que a mancha urbana era pouco expressiva no ano de 1957 ressaltando-se que as edificações nela existentes não foram preservadas para as gerações atuais e futuras, prejudicando a manutenção da memória e cultura do município, e conseqüentemente empobrecendo o potencial turístico.

A mancha urbana começa ter maior significância a partir da década de 1980, expandindo-se para o Sudeste e Nordeste do município, respectivamente nos atuais bairros Meia Praia e Ilhota, como é evidenciado no mapa a seguir.



Mapa 2: Mosaico do voo fotogramétrico do ano de 1978

Fonte: Gerado a partir de dados oriundos do projeto 159/2009 entre UFSC/FAPEU e Prefeitura Municipal de Itapema.

Ao examinar as feições apresentadas pelo município de Itapema, a partir das informações contidas no mosaico fotogramétrico do mapa 2 verifica-se que a área destinada ao cultivo agrícola sofreu uma expressiva redução no período entre os anos de 1957 e 1978, diminuindo a exploração nas áreas montanhosas, ficando restrita em grande parte aos locais de planície, mais precisamente na atual área do Sertão do Trombudo circundada em vermelho.

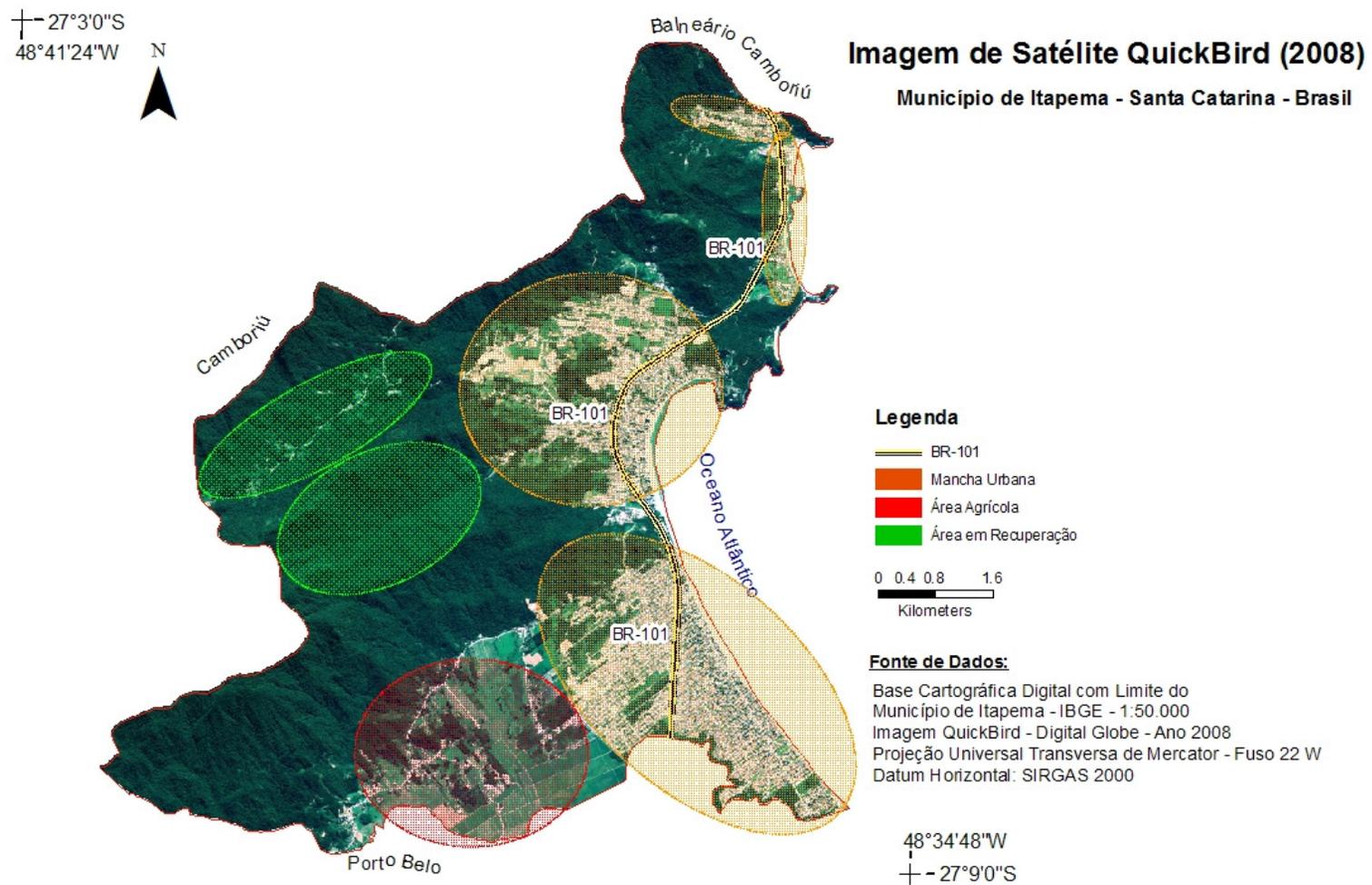
Nas áreas montanhosas, que apresentavam uma ocupação agrícola na década de 1950, observa-se uma lenta recuperação da vegetação, que evoluiu consideravelmente nas décadas seguintes. Essas áreas, em estágio de recuperação, estão circundadas em verde.

A década de 1970 marcou significativamente a ocupação territorial em Itapema, visto que, este período foi caracterizado pela construção da Rodovia Federal BR-101 que cortou área que compreende o município.

A construção da BR-101 valorizou muitos espaços em Itapema, mas, em contrapartida, fez com que outros simplesmente se restringissem à memória dos antigos moradores, acelerando mudanças e transformações intensificadas pelas atividades ligadas ao setor turístico, ao mercado imobiliário e a construção civil.

Nas áreas circundadas em laranja é possível observar o aumento da mancha urbana no final da década de 1970, concentradas a leste da referida BR, ampliando-se para a área do atual bairro Meia Praia e Ilhota.

A mancha urbana se expandiu de forma desordenada nas décadas seguintes, ocupando e descaracterizando áreas naturais localizadas a Leste da BR-101, conforme é observado na Imagem de Satélite na sequência.



Mapa 3: Imagem QuickBird do ano de 2008

Fonte: Gerado a partir de dados oriundos do projeto 159/2009 entre UFSC/FAPEU e Prefeitura Municipal de Itapema.

Na imagem *QuickBird* do ano de 2008, é possível observar que o cultivo agrícola fica restrito basicamente a planície do município, e está baseada principalmente no cultivo de arroz, cultura agrícola que exige locais planos e com grande quantidade de água. Estes locais estão circundados em vermelho e compreendem a área do Sertão do Trombudo.

Cabe destacar que as áreas montanhosas, circundadas em verde, mantiveram o processo de regeneração da vegetação, o que veio a valorizar o setor turístico, visto que, se transformou em um atrativo turístico potencial para se desenvolver atividades relacionadas ao Ecoturismo, tipologia de turismo que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentivando sua conservação, e que busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

No tocante às áreas circundadas em laranja, percebe-se um expressivo aumento e adensamento na mancha urbana, que está dividida pela BR-101 a qual gera diversos problemas de segurança e mobilidade urbana à população.

Verificou-se também, com visitas técnicas e fotografias panorâmicas, um crescimento expressivo na verticalização das edificações, principalmente nas áreas próximas do mar, concentradas a Leste da referida rodovia.

Esta verticalização ocorreu sem a provisão de infraestrutura urbana como rede de drenagem, estações de tratamento de efluentes, vias urbanas entre outras, o que gerou expressiva descaracterização nos recursos turísticos.

Estas transformações são visualizadas em fotografias panorâmicas de diferentes datas, bem como, fotografias de curta distância, conforme se apresenta a seguir.



Figura 3: Fotografia panorâmica de parte do município de Itapema, sentido Norte/Sul década de 1960.  
Fonte: Cortesia Humberto Sabóia.



Figura 4: Fotografia panorâmica de parte do município de Itapema, sentido Norte/Sul ano de 2009.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Itapema.

Nas imagens panorâmicas anteriores (figuras 3 e 4), as quais estão em maior escala que os mosaicos e a Imagem de Satélite, é possível observar com maior detalhe a transformação ocupacional ocorrida no município de Itapema nas últimas décadas, principalmente com referência ao aumento expressivo da macha urbana e da verticalização das edificações na orla marítima.

Essas transformações trouxeram uma série de alterações na paisagem natural de Itapema, e a consequente degradação dos elementos que a constituem.

Estas alterações são pontuadas a partir de fotografias de curta distância, conforme se apresenta a seguir, as quais possibilitam visualizar a conjuntura destas transformações abrangendo do contexto geral ao particular.

Pousada 7 Mares

Pousada Itapema Las Brisas



Figura 5: Fotografia do Morro do Cabeço, no bairro Canto da Praia, com empreendimentos ligados ao turismo.

Fonte: Acervo autor, 2010.

Na fotografia acima é possível observar a ausência de integração entre os elementos que constituem a oferta turística de Itapema com a paisagem natural do município, tendo como consequência a descaracterização da paisagem, trazendo impactos negativos tanto ao meio ambiente quanto ao setor turístico.



Figura 6: Fotografia da Pousada Las Brisas localizada no bairro Canto da Praia.  
Fonte: Autor, 2010.

A figura 13 representa um dos empreendimentos destacados na figura 5 que está em maior escala. Neste caso é possível constatar a ausência de integração entre a construção de equipamentos turísticos e a paisagem natural, o que está contribuindo significativamente para a transformação do cenário paisagístico do município de Itapema, pois são empreendimentos turísticos de médio e grande porte, erguidos em morros próximo da orla marítima de Itapema, sem a provisão de infraestrutura, tendo como consequência a alteração dos recursos naturais. A seguir é demonstrado exemplos de impactos negativos desta ocupação desordenada.



Figura 7: Fotografia da saída da rede de drenagem urbana na Praia do Centro, no bairro Centro, com despejo do esgoto sanitário.  
Fonte: Acervo autor, 2010.

Encanamentos para  
captação de água



Figura 8: Fotografia de uma Cachoeira na Comunidade São Paulino, utilizada para captação de água.

Fonte: Acervo autor, 2010.

A imagem acima demonstra o impacto visual que as obras de infraestrutura urbana (captação de água) estão causando nos recursos naturais de Itapema, e a consequente depreciação do valor turístico.

Estes casos demonstrados anteriormente são exemplos do prejuízo que intervenções humanas mal planejadas estão causando ao patrimônio turístico de Itapema, visto que, por negligência ou desinteresse das administrações públicas, os recursos e atrativos naturais foram, e permanecem sendo, descaracterizados pela ausência de um planejamento na condução das políticas de infraestrutura para corrigir efeitos e suprir necessidades originadas pelo avanço da ocupação antrópica.

A seguir são apresentadas outras figuras que ratificam as consequências negativas da ocupação desordenada no município de Itapema e seus efeitos depreciativos a atividade turística.

Extração de argila/ Imagem menor escala

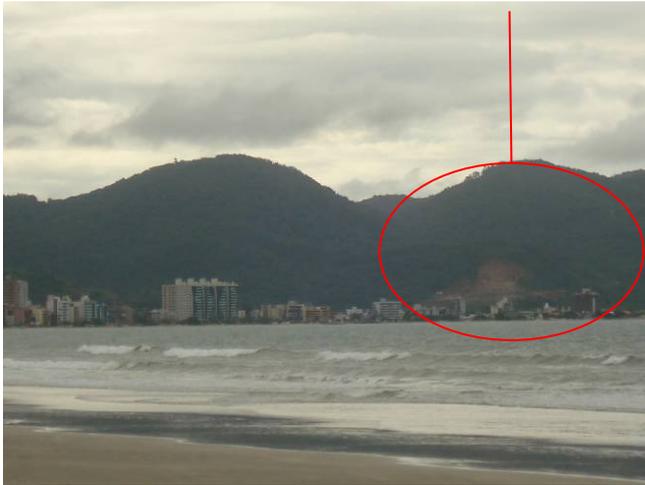


Figura 9: Fotografia da exploração de argila em Itapema, no bairro Alto São Bento, com vista do bairro Meia Praia.  
Fonte: Acervo autor, 2010.

Extração de argila / Imagem maior escala



Figura 10: Fotografia que representa a exploração de argila em Itapema, no bairro Alto São Bento.  
Fonte: Acervo autor, 2010.

A partir da interpretação das figuras anteriores, verifica-se mais um caso de degradação da paisagem natural, resultante das atividades humanas em Itapema nos últimos 50 anos, neste caso, o fator gerador é a exploração de argila, originada da intensa demanda pela construção civil de Itapema e municípios adjacentes.

Tal atividade tem gerado diversos impactos negativos para Itapema, tanto em relação ao meio ambiente, na medida em que expõe o solo a ação da intempérie, quanto ao setor turístico, causando uma acentuada poluição visual na paisagem natural.

Após a análise da transformação ocupacional do município de Itapema em diferentes períodos e sua influência na paisagem, partiu-se para a identificação dos atrativos, equipamentos e serviços turísticos, infraestrutura de apoio ao turismo e órgãos oficiais de turismo.

## **5.2 Identificação dos atrativos, equipamentos e serviços turísticos, assim como, a infraestrutura de apoio ao turismo, e órgãos oficiais de turismo presentes no município de Itapema**

Nesta etapa da pesquisa os recursos turísticos foram identificados de forma quantitativa, tendo como referência as normas oficiais do inventário de elementos da oferta turística da EMBRATUR.

Grande parte dos dados de interesse turístico foi coletada através de visitas técnicas realizadas no município, visto que, foram infrutíferas as solicitações junto a Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico, através do Ofício 06/2009. No referido documento foram solicitados os dados referentes ao inventário turístico do município de Itapema, tanto na forma de texto quanto na forma espacial.

Em resposta ao ofício supracitado, foi encaminhada apenas uma relação com os principais atrativos turísticos naturais existentes em Itapema, como praias e cachoeiras, assim como uma lista de equipamentos e serviços turísticos que possuíam alvará de funcionamento no ano de 2009.

Dessa forma, foi necessário buscar dados junto a outras Secretarias, e também a Autarquias que constituem a municipalidade de Itapema como a Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema, Secretaria de Educação, Secretaria de Esporte, Cultura, e Lazer, Secretaria de Gestão Urbana, Secretaria de Finanças, Secretaria de Saúde entre outros órgãos da administração municipal.

Após a identificação dos elementos que compõem o inventário turístico do município de Itapema, os mesmos foram agrupados em

modalidades específicas, segundo critérios utilizados pela EMBRATUR conforme são destacados a seguir:

### **5.2.1 Atrativos turísticos**

A partir das informações repassadas pela Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico e demais instituições públicas, e também de dados coletados em campo, foram identificados os atrativos turísticos, em suas respectivas categorias, as quais são elencadas a seguir juntamente com algumas imagens que ilustram parte destes atrativos identificados.

#### **a) Recursos naturais**

Localizada na área intermediária entre a planície costeira e a encosta da Serra Geral do Litoral centro-norte do Estado de Santa Catarina, Itapema apresenta diferenciados recursos naturais como praias, rios cachoeiras entre outros.

No tocante a esta categoria de recursos turísticos foram identificados os seguintes atrativos: 3 trilhas ecológicas, sendo que uma ainda não está consolidada para o turismo, 3 cachoeiras, entretanto 2 estão descaracterizadas pois foram modificadas para de captação de água e por este motivo foram enquadradas junto a modalidade de infraestrutura de apoio ao turismo.

Cabe ainda ressaltar que as imagens destas cachoeiras estão presentes no Guia Turístico elaborado pela Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico mesmo apresentando uma acentuada descaracterização de sua morfologia.



Figura 11: Imagem utilizada no Guia Turístico Municipal de Itapema.

Fonte: Prefeitura Municipal de Itapema.

A figura 11 ilustra alguns equívocos cometidos durante o planejamento e gestão da atividade turística no município de Itapema referentes a divulgação e comercialização de seus atrativos turísticos, pois além de não resguardar as características originais de um recurso turístico natural, conforme ilustrado na figura 8 do item 5.1 desta pesquisa, desconhece-se a existência de estudos técnicos que objetivem localizar áreas adequadas para instalação de estruturas de captação de água sem interferir e/ou descaracterizar o referido potencial turístico.

Verificou-se ainda que a municipalidade de Itapema desenvolve um *marketing* turístico omitindo a descaracterização e o contexto dos produtos comercializados, confundido o turista, que adquire um pacote de produtos e serviços baseado em expectativa criada a partir das características das imagens que lhe são apresentadas, e, que neste caso, estão distorcidas.

Ainda em relação a esta categoria foram identificados 7 dos principais rios existentes no município, porém constatou-se o interesse turístico apenas nas frações localizadas na Zona Rural, visto que, os fragmentos localizados na área urbana, estão descaracterizados para fins turísticos devido a ausência de tratamento dos efluentes domésticos gerados no município, despejados, em grande parte, nestes rios.

Também identificou-se 3 atrativos naturais representados por formações rochosas que apresentam características especiais. Duas delas estão localizadas na Zona Rural de Itapema, uma é a parte de relevo mais elevada do município, denominada de Pedra da Gurita, e a outra é uma gruta que recebe o nome de Pedra da Cadeia.

A formação restante está localizada na orla marítima, e destaca-se por suas características especiais, pois quando a maré está alta, o conjunto de pedras que a sustenta movimentam-se, tornando-a instável, gerando ruídos ocasionados pelo atrito entre as partes que a compõem. Devido a estas características é chamada pela comunidade local de “*Pedra que Bole*” (figura 12), pois fica movimentando-se ao sabor das ondas.

Este atrativo turístico natural, também é utilizado pela comunidade local como um ponto de pesca de lazer.

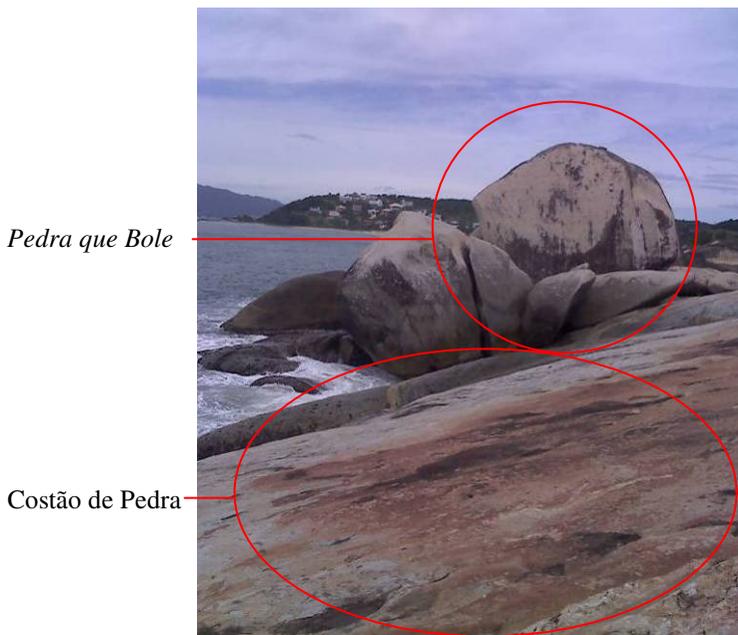


Figura 12: Visão da formação rochosa litorânea “Pedra que Bole” no bairro Ilhota  
Fonte: Acervo autor, 2010.

Com localização acessível, sobre um grande Costão de Pedras, este atrativo, permite a frequente visita de turistas, pescadores e vândalos, que estão alterando suas características naturais com dejetos de lixo, abertura de

orifícios no costão para fixação de varas de pesca, e pichações nas rochas que formam a cadeia de pedras.

Na figura 13 é possível visualizar as consequências da ação humana neste recurso natural, com destaque para o lixo deixado por turistas e pescadores que frequentam o local.



Figura 13: Vestígios da ação antrópica em atrativos turísticos no bairro Ilhota.

Fonte: Acervo autor, 2010.

Dentre os resíduos deixados foram constatadas cadeiras de praia, recipientes e sacolas plásticas, entre outros.

Finalizando esta categoria de atrativos foi identificado o principal recurso turístico existente em Itapema, que é constituído pelo conjunto de 6 praias que banham o município.

A seguir são apresentadas duas figuras (14 e 15) representando duas dessas praias em diferentes estágios de ocupação antrópica.

A primeira praia (figura 14) recebe a denominação de Meia Praia e apresenta um avançado estágio de urbanização, em contraste a segunda (figura 15), denominada Praia Grossa, apresenta uma baixa interferência de ocupação.



Figura 14: Vista geral da praia Meia Praia, localizada no bairro homônimo.  
Fonte: Acervo autor, 2010.

Na figura 14 percebe-se um acentuado grau de ocupação humana nas imediações da orla marítima, visto que, é possível observar a construção de equipamentos públicos como o parque calçadão e edificações residenciais e comerciais de médio e grande porte. Essa ocupação, representada no Mapa 2 da presente pesquisa, teve início no final da década de 1970, e princípio da década de 1980 e se intensificou na década atual não considerando a capacidade da infraestrutura urbana local existente como Sistema Viário, Rede de Coletora de Esgoto, entre outros.

A figura 15 a seguir representa a Praia Grossa, onde constata-se uma baixa ocupação, visto que, em suas imediações há poucas edificações residenciais, e não há ocorrência de edificações comerciais e/ou equipamentos públicos, porém a vegetação ocorrente foi severamente alterada nas imediações da orla marítima.



Figura 15: Detalhe da Praia Grossa localizada no bairro Ilhota.  
Fonte: Acervo autor, 2010.

Após a identificação dos recursos turísticos naturais presentes no território de Itapema direcionou-se a pesquisa para o apontamento dos recursos culturais localizados no município.

### **b) Recursos culturais**

A área que compreende o município de Itapema, apesar de ter sido colonizada em meados do século XVIII, não apresenta uma expressiva diversidade de recursos culturais, visto que, tanto os gestores públicos quanto parte da comunidade local, não resguardou estes recursos durante o processo de evolução histórica do município.

Um exemplo deste descaso com o patrimônio cultural foi um episódio envolvendo a doação de um terreno, situado no bairro Canto da Praia, pela municipalidade de Itapema a um munícipe que em contrapartida deveria construir um museu no local. Após finalizar a construção da estrutura física, da futura instituição cultural, o munícipe fez dessa estrutura sua residência e até o momento Itapema não dispõe de um museu.

Este comportamento de parte da população, e do próprio poder público, no trato com questões relacionadas ao patrimônio cultural de

Itapema ao longo dos anos, impossibilitou a identificação de uma grande variedade de atrativos turísticos de cunho cultural.

Dentre os recursos culturais identificados destacam-se 6 edificações históricas, dentre elas, está a edificação que deu origem ao nome do bairro Casa Branca onde está localizada. Outra a ser evidenciada é a edificação que abriga a Capela São João Batista, construída no início da década de 1930, e que é ilustrada pela figura 16 a seguir.



Figura 16: Vista geral da Capela São João Batista, localizada na Zona Rural de Itapema.  
Fonte: Acervo autor, 2010.

Na imagem acima é possível verificar que a estrutura da edificação histórica está em boas condições de conservação, podendo ser inserida em roteiros turísticos direcionados ao segmento de turismo cultural (histórico e/ou religioso).

Também foi identificado 1 centro de tradições gaúchas (CTG), 1 engenho onde se produz farinha de mandioca, e 1 biblioteca pública municipal que é ilustrada pela figura 17.



Figura 17: Fotografia que representa a Biblioteca Pública Municipal, localizada no Centro de Itapema.

Fonte: Acervo autor, 2010.

A figura acima representa a edificação que abriga a única biblioteca pública existente no município de Itapema, estrutura que também é utilizada como um Centro de Inclusão Digital.

Ao finalizar a etapa da pesquisa relacionada à modalidade de recursos turísticos, partiu-se para identificação das principais estruturas que sediam eventos, assim como, os principais eventos que ocorrem no território de Itapema.

### c) Eventos

Nesta categoria foram identificados 6 principais eventos realizados no município de Itapema, dentre eles destacam-se a festa de Nossa Senhora dos Navegantes, o aniversário de emancipação político-administrativa do município, o dia do padroeiro de Itapema, Santo Antônio, o encontro de amigos, a encenação da paixão de Cristo e o rodeio crioulo interestadual

A seguir são apresentadas imagens da Praça da Paz (figura 18) e do Parque Municipal de Eventos (figura 19), os quais sediam a maioria dos eventos realizados em Itapema.



Figura 18: Vista geral da Praça da Paz, localizada no Centro de Itapema.  
Fonte: Acervo autor, 2010.

Conforme se observa na figura 18, a estrutura que sedia grande parte dos eventos realizados no município apresenta infraestrutura limitada e, conseqüentemente, baixa capacidade para comportar grandes certames. Para tentar suprir esta demanda, foi criado o Parque Municipal de Eventos, ilustrado pela figura 19.



Figura 19: Vista geral do Parque Municipal de Eventos, localizado no bairro Casa Branca.  
Fonte: Acervo autor, 2010.

Mesmo criado com a finalidade de sediar os principais eventos que ocorrem no município de Itapema, o Parque Municipal não apresenta capacidade para receber eventos de grande porte, e, além disso, ainda está em fase de acabamento.

Ainda com referência a esta categoria de atrativos é importante ressaltar que o município de Itapema é conhecido regionalmente como a Capital Nacional do Ultraleve, ocorrendo anualmente na micro-região que o município está inserido o Encontro Nacional de Ultraleves, porém, a estrutura onde o evento é realizado localiza-se no município de Porto Belo, na Fazenda Meia Lua (Sítio de Voo) fora do território de Itapema.

Após a identificação dos atrativos turísticos partiu-se para o apontamento da modalidade de equipamentos e serviços turísticos.

## **5.2.2 Equipamentos e serviços turísticos**

Nesta modalidade obteve-se a maior quantidade elementos identificados, os quais foram agrupados em 4 categorias: Meios de hospedagem, Serviços de alimentação, Locais de entretenimentos e Outros equipamentos e serviços turísticos.

Ressalta-se que, para facilitar a identificação e interpretação das informações espacializadas no mapa 5 desta pesquisa, apresentado no item 5.3.2, optou-se por não discriminar os tipos de meios de hospedagens de turismo (hotel, pousada, albergue e outros). Este mesmo procedimento utilizado nas demais categorias e suas respectivas subdivisões.

### **a) Meios de hospedagem**

Dentre os meios de hospedagem identificados compreende um universo de hotéis, motéis e pousadas, porém cabe ressaltar que no município de Itapema há ocorrência de outra tipologia de meios de hospedagens, a qual recebe a denominação de “Casas de Excursões”.

Segundo a relação de empresas ligadas ao turismo em Itapema, obtida através da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico, existem no município 50 registros deste tipo de empreendimentos, porém, os mesmos não foram incluídos na pesquisa pelo seu caráter sazonal, pois grande parte deles só presta serviços na alta temporada quando chega ao município um grande fluxo de turistas, ou seja, no período que compreende os meses de novembro a fevereiro.

Assim, foram identificados os meios de hospedagem que possuem um funcionamento ininterrupto dentre os quais se destacam hotéis, motéis e pousadas.

Foi identificado um total de 11 hotéis localizados, em sua grande maioria, no bairro Meia Praia e no Centro de Itapema. A seguir é apresentada a figura 20 que ilustra um empreendimento hoteleiro.



Figura 20: Exemplo de um empreendimento hoteleiro no Centro de Itapema.  
Fonte: Acervo autor, 2010.

A maioria dos empreendimentos de hospedagem enquadrados na tipologia de hotéis localiza-se nas imediações da orla marítima, com parte de suas Unidades Habitacionais (UA) com vista para o Mar. Também foram identificados 2 campings, 2 motéis e 13 pousadas.

No tocante a tipologia pousada, é pertinente destacar uma peculiaridade identificada no município. Alguns empreendimentos que estão cadastrados junto a EMBRATUR como pousadas, buscando se diferenciar das “Casas de Excursões”, inserem nas fachadas de suas edificações letreiros intitulado-se “hotéis” conforme demonstra a figura 21.

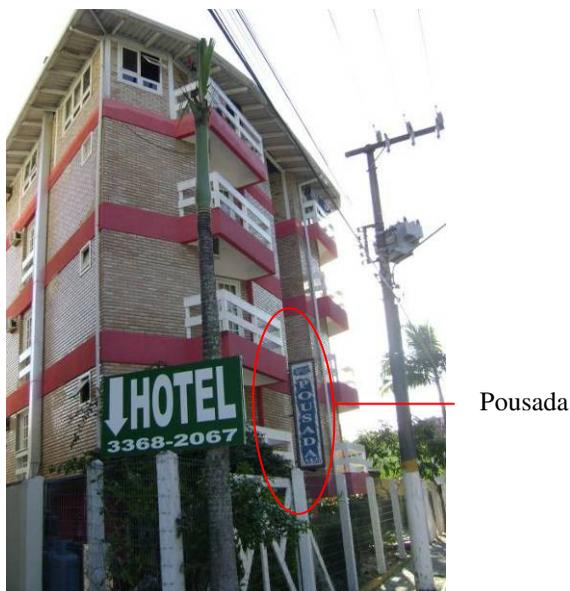


Figura 21: Detalhe de uma pousada no Centro de Itapema, utilizando-se da nomenclatura “hotel” em sua fachada.

Fonte: Acervo autor, 2010.

Este procedimento é adotado para não ter seus serviços associados aos das “Casas de Excursões”, as quais se utilizam da nomenclatura “pousada” como *marketing* para atrair turistas. A ausência de fiscalização, pelos órgãos competentes, possibilita que as “Casas de Excursões” ofereçam serviços de hospedagem com baixa qualidade relativo à alimentação, produtos e acessórios de higiene pessoal, entre outros, ocasionando depreciação e massificação dos empreendimentos enquadrados na categoria pousada.

Finalizado a identificação dos meios de hospedagem iniciou-se o apontamento dos elementos que compõem a categoria dos Serviços de alimentação que compreende o conjunto de restaurantes, bares e lanchonetes, supermercados e mercados, sorveterias, lojas de conveniência e panificadoras existentes em Itapema.

## b) Serviços de alimentação

Nesta categoria foram identificados um total de 65 restaurantes, dentre os quais, se constatou uma diversificada variedade de cardápios que variam desde a gastronomia típica local, constituída por elementos presentes no município, como frutos do mar e produtos derivados de animais e vegetais, até culinária tradicional de outros Estados do Brasil e de outros Países como respectivamente Churrasco e o *Sushi*.

A figura 22 a seguir ilustra um empreendimento que presta serviços de alimentação, com cardápio especializado em frutos do mar.



Figura 22: Visão interna de um restaurante que trabalha com cardápios a base de frutos de mar.  
Fonte: Acervo autor, 2010.

O empreendimento representado pela imagem acima possui como cardápio principal pratos elaborados a base de camarão, lagosta e *paella*, este último composto pela composição de ingredientes que inclui arroz, camarão, mariscos, moluscos, legumes e condimentos.

Ainda referente a este categoria de estabelecimentos que atuam no setor alimentício foram identificados 13 supermercados, 12 mercados, 2 sorveterias, 35 bares e lanchonetes, 7 lojas de conveniência e 10 panificadoras, os quais se localizam predominantemente no Centro e bairro Meia Praia.

Após a identificação dos elementos elencados na anteriormente, iniciou-se o apontamento da categoria dos locais de entretenimentos existentes em Itapema.

### c) Locais de entretenimento

Referente a esta categoria de elementos da oferta turística foram identificados 7 “academias” da terceira idade (ATI) em diferentes bairros do município destinadas a atividades físicas para a comunidade local e turistas.

Na figura 23 é possível visualizar idosos, adultos e mesmo crianças usufruindo deste equipamento turístico.



Figura 23: Visão das “Academias” da Terceira Idade localizada no Centro de Itapema.  
Fonte: Acervo autor, 2010.

Também foi identificado 5 shopping centers, 1 parque calçadão, 7 instalações esportivas, 1 marina pública, 3 cinemas, 3 mirantes, 1 campo de golfe, 3 pontos de pesca, 1 pista de motocross, 3 canchas de bocha, 1 empreendimento de boliche, 4 pontos de *Surf*, 2 pontos de mergulho e 4 praças.

Nesta categoria é importante destacar a construção de um equipamento turístico denominado parque calçadão que está revitalizando

parte da orla marítima de Itapema conforme se pode visualizar na figura 24 a seguir.



Figura 24: Vista do Parque Calçadão no bairro Meia Praia  
Fonte: Acervo autor, 2010.

Na figura acima se observa a integração do parque calçadão com outros equipamentos turísticos como as ATI, acessórios de limpeza e sinalização, os quais estão valorizando turisticamente a orla de Itapema.

No tocante ao último elemento desta categoria cabe ressaltar que o número de praças existentes em Itapema é muito pequeno em proporção ao número de habitantes, e a área do município.

Entre as 4 praças identificadas apenas 1 apresenta boas condições de conservação, conforme se pode visualizar na figura 18, na categoria de eventos, descrita anteriormente na qual é realizado a maioria de eventos de Itapema.

A figura 25 a seguir ilustra uma praça que apresenta precárias condições de conservação e uso.



Figura 25: Visão de uma das 4 praças do município, localizada no bairro Meia Praia.  
Fonte: Acervo autor, 2010.

Na figura anterior, observar-se que a área correspondente à praça não dispõe de espécies arbóreas nem de estruturas para uso da comunidade, apresenta, apenas, uma quadra de *Skate* que esta em precárias condições de uso.

Para finalizar esta modalidade de elementos que compõem a oferta turística de Itapema, são elencadas na categoria a seguir estruturas que compõem outros equipamentos e serviços turísticos.

#### **d) Outros equipamentos e serviços turísticos**

Dentre os elementos identificados nesta categoria estão: 5 espaços para convenções e eventos, 5 agências de viagens, 3 postos de informações turísticas, 7 bancos, 2 lotéricas e 1 cooperativa de crédito, 3 locadoras de veículos e 2 locadoras de bicicletas e 1 pórtico.

A figura 26 ilustra o pórtico municipal de Itapema, onde se encontra em anexo um dos postos de informações turísticas presentes no município.



Figura 26: Visão geral do Pórtico Municipal e do Posto de Informação Turística localizados no bairro Tabuleiro das Oliveiras.  
Fonte: Acervo autor, 2010.

Na parte superior da figura acima se observa o pórtico municipal, o qual apresenta a forma de um Ultraleve, visto que o município é conhecido regionalmente como Capital Nacional de Ultraleve, conforme já foi destacado na categoria c da modalidade 5.2.1.

Encerrada a identificação desta categoria de elementos iniciou-se o apontamento dos itens que constituem a modalidade da infraestrutura de apoio ao turismo os quais são apresentados a seguir.

### 5.2.3 Infraestrutura de apoio ao turismo

Esta modalidade foi subdivida em 6 categorias: Sistemas de transportes, Sistemas de comunicações, Outros sistemas, Sistemas de segurança, Equipamento médico-hospitalar e Unidades educacionais, seguindo a metodologia oficial da EMBRATUR.

### a) Sistemas de transportes

Nesta categoria foram identificados: 10 postos de combustíveis, 1 posto de fiscalização Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), 13 pontos de táxi, 1 estação rodoviária, 2 heliporto, 33 pontos de ônibus, e 1 rodovia federal.

É importante destacar que foi constatada disparidade entre os acessórios que constituem elementos desta categoria. Na sequência são apresentadas imagens cuja associação demonstra a ausência de integração das políticas públicas, no tocante, a sinalização das vias que compõem o município.



Figura 27: Ilustração de uma placa de sinalização no bairro Meia Praia.  
Fonte: Acervo autor, 2010.

Na figura 27 acima é possível observar que a sinalização viária do bairro Meia Praia apresenta-se em boas condições de manutenção, bem diferente da realidade identificada em outros bairros, principalmente aqueles localizados a Oeste da BR-101, nos quais foi constatado que as placas de sinalização encontravam-se em avançado estágio avançado de corrosão, ou até mesmo inexistiam.

A figura 28 a seguir ilustra uma placa de sinalização em estágio de corrosão localizada no bairro Casa Branca.



Figura 28: Ilustração de uma placa de sinalização no bairro Casa Branca.  
Fonte: Acervo autor, 2010.

Nas figuras 27 e 28 é possível observar que a municipalidade de Itapema apresenta deficiências no tocante à integração de ações que tenham como objetivo mitigar as distorções existentes entre os bairros do município, distorções estas que podem trazer consequências negativas para o turismo, visto que, as comunidades ao perceberem que as ações municipais não são integrativas, e que as políticas públicas priorizam locais onde já possuem infraestrutura consolidada para o turismo, poderão desenvolver uma postura de repúdio ao turismo e ao turista, e desencadear ações de xenofobia, violência, entre outras.

Após o apontamento dos elementos que constituem o Sistemas de transportes, foi iniciada a identificação dos elementos que constituem os Sistemas de comunicações que são apresentados a seguir:

## **b) Sistemas de comunicações**

Referente a esta categoria de elementos foram identificados elementos como 1 agência, e um 1 ponto de atendimento da empresa brasileira de correios e telégrafos, 3 postos telefônicos, 13 *lan houses* e 1 estação de Rádio FM.

Na figura 29 a seguir é apresentada uma fotografia que ilustra a agência de correios e telégrafos do município de Itapema.



Figura 29: Fotografia que ilustra a estrutura da única agência de Correios localizada no Centro de Itapema.

Fonte: Acervo autor, 2010.

No tocante a imagem acima se pode constatar que a estrutura da agência de correios é pequena para atender a demanda do município, principalmente no período entre os meses de novembro e fevereiro que apresentam um expressivo aumento populacional em Itapema.

Após a finalização do apontamento dos elementos desta categoria, partiu-se para identificação dos elementos que constituem os Outros sistemas, os quais são compostos por entidades públicas e privadas que prestam serviços em diferentes áreas como saneamento, energia elétrica e outros.

### **c) Outros sistemas**

Nesta categoria foram identificados 1 sede da concessionária Águas de Itapema, 1 caixa d'água, 3 pontos de captação de água, 3 estações receptoras de esgoto, 3 estações de tratamento de água, 1 estação para o tratamento de esgoto, todas, pertencentes a concessionária Águas de Itapema.

No tocante a esta categoria é importante destacar que o município de Itapema não possui estrutura para a captação e tratamento de esgoto em

todos os bairros. O único bairro que possui o sistema para coleta de resíduos, e posterior tratamento é o bairro Meia Praia, porém ainda com uma série de deficiência. A figura 30 a seguir ilustra uma estação receptora de esgoto (estações de recalque) localizada próximo a orla marítima.



Figura 30: Fotografia que ilustra a estrutura de uma estação receptora de esgoto localizada no bairro Meia Praia.

Fonte: Acervo autor, 2010.

Durante as visitas técnicas foi observado que parte do sistema para recepção de esgoto se localiza nas imediações do principal atrativo turístico natural de Itapema que são praias.

Estas instalações geram uma série de problemas como poluição visual, sonora e mau cheiro, além da localização inadequada sob o ponto de vista turístico e urbano, visto que, que deprecia e afasta os turistas dos locais onde estão localizadas e causam transtornos aos moradores dos arredores.

Um dos sérios problemas apresentado por estas estações é o “mau cheiro” exalado pelas aberturas na estrutura, o qual se acentuada nos períodos em que a temperatura ambiente está elevada, e a praia encontra-se com grande número de turistas, denegrindo dessa forma a atratividade turística do local.

Está rede de recepção de esgoto encontra-se em processo de ampliação, sendo que parte da mesma, já está estendendo-se para o Centro,

porém ainda sem um planejamento adequado conforme é destacado na figura 31 a seguir.

Estação de recepção de  
esgoto



Figura 31: Fotografia que ilustra a construção de uma estação receptora de esgoto no Centro de Itapema.

Fonte: Acervo autor, 2010.

Na fotografia acima é possível verificar a construção de uma estação de recepção de esgoto instalada nas proximidades de um conjunto residencial e que poderá trazer transtornos aos moradores dos edifícios das proximidades como poluição do ar e sonora.

Ainda referente a esta categoria foram identificado 1 unidade da Companhia Nacional de Saneamento (CONASA) e 1 unidade de distribuição de energia elétrica pertencente as Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC).

Depois de identificados os elementos da categoria acima foram apontados os elementos do Sistema de segurança existentes em Itapema.

#### **d) Sistemas de segurança**

Dentre as entidades que compõem esta categoria destacam-se 1 posto de fiscalização da polícia rodoviária federal, 1 unidade do corpo de

bombeiros, 1 delegacia da polícia civil, 1 quartel da polícia militar e 1 unidade da defesa civil .

A seguir é apresentada uma fotografia que representa um dos elementos que constituem o sistema de segurança presente em Itapema.



Figura 32: Visão geral da estrutura do Quartel da Polícia Militar localizado no bairro Várzea.  
Fonte: Acervo autor, 2010.

A estrutura física do quartel da polícia militar que existe em Itapema é relativamente grande, porém não foi possível obter informações junto ao comando desta unidade, quanto ao efetivo existente, devido a questões de segurança.

Na sequência são apresentados os elementos integrantes da categoria médico-hospitalar.

### **e) Equipamento médico-hospitalar**

No tocante a esta categoria de elementos foram identificados 7 unidades de atendimento da rede pública municipal, clínicas médicas especializadas, 4 laboratórios de análises clínicas e 1 centro de recuperação de dependentes químicos, o qual é ilustrado pela figura 33 a seguir.



Figura 33: Visão geral do Centro de recuperação de dependentes químicos PROVITA.  
Fonte: Acervo autor, 2010.

O cento de recuperação de dependentes químicos PROVITA é uma unidade particular, e está localizado na Zona Rural de Itapema, na comunidade rural do Areal. Apresenta capacidade para atender aproximadamente 20 pessoas.

Sua estrutura conta com uma variedade de equipamentos que se destinam a diversas funções como alimentação (leitaria e hortas), lazer (campo de futebol e lago), entretenimento (cerraria) e outros.

Ainda referente a está categoria de equipamentos médico-hospitalar cabe ressaltar que o único Hospital que prestava atendimento no município foi interditado por questões financeiras, e hoje sua estrutura está desativada como se pode visualizar na figura 34 seguir.



Figura 34: Ilustração da estrutura desativada do Hospital que existia em Itapema, localizado no bairro Várzea.

Fonte: Acervo autor, 2010.

Os casos de emergência médica que ocorrem no município estão sendo encaminhados a uma unidade de pronto-atendimento localizada no bairro Várzea, sendo que, os casos que exigem maiores cuidados médicos são encaminhados a Hospitais localizados em municípios da região.

A inexistência de uma unidade que ofereça atendimento de emergência em Itapema gera insegurança a comunidade local, e, é um fator negativo para o setor de turismo, na medida em que o turista ao empreender uma viagem para o município de Itapema busca além do lazer e entretenimento, estruturas que lhe ofereçam segurança para sanar qualquer imprevisto que venha a ocorrer durante sua estadia no destino.

E para finalizar esta modalidade, foram identificados os elementos enquadrados na categoria de unidades educacionais que são apresentados a seguir:

#### **f) Unidades educacionais**

Em relação a esta categoria de elementos foi identificado na área em estudo um total de 37 unidades educacionais sendo que 16 unidades de educação infantil, 5 de educação infantil e ensino fundamental, 6 de ensino fundamental, 3 de ensino fundamental e médio, 2 de ensino infantil, fundamental e médio, 2 de ensino superior (Universidade Aberta do Brasil), 2 de ensino profissionalizante e 2 escolas de línguas.

E finalizado esta etapa da pesquisa foi identificado à última modalidade dos elementos que compõem a oferta turística de Itapema que é apresentada a seguir.

#### **5.2.4 Órgãos oficiais de turismo**

No território de Itapema existe apenas um órgão oficial de turismo que é a Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico, localizada no Centro do município, a qual se encontra dividida em 3 departamentos: Turismo, Indústria e Comércio e Agricultura e Pesca.

Cabe ressaltar que Itapema é integrante de uma instância de governança regional formada por um Consórcio Intermunicipal de Turismo da Costa Ver e Mar (CITMAR) o qual é composto pelos municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luís Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo. Esta instância de governança encontra-se sediada no município de Itajaí.

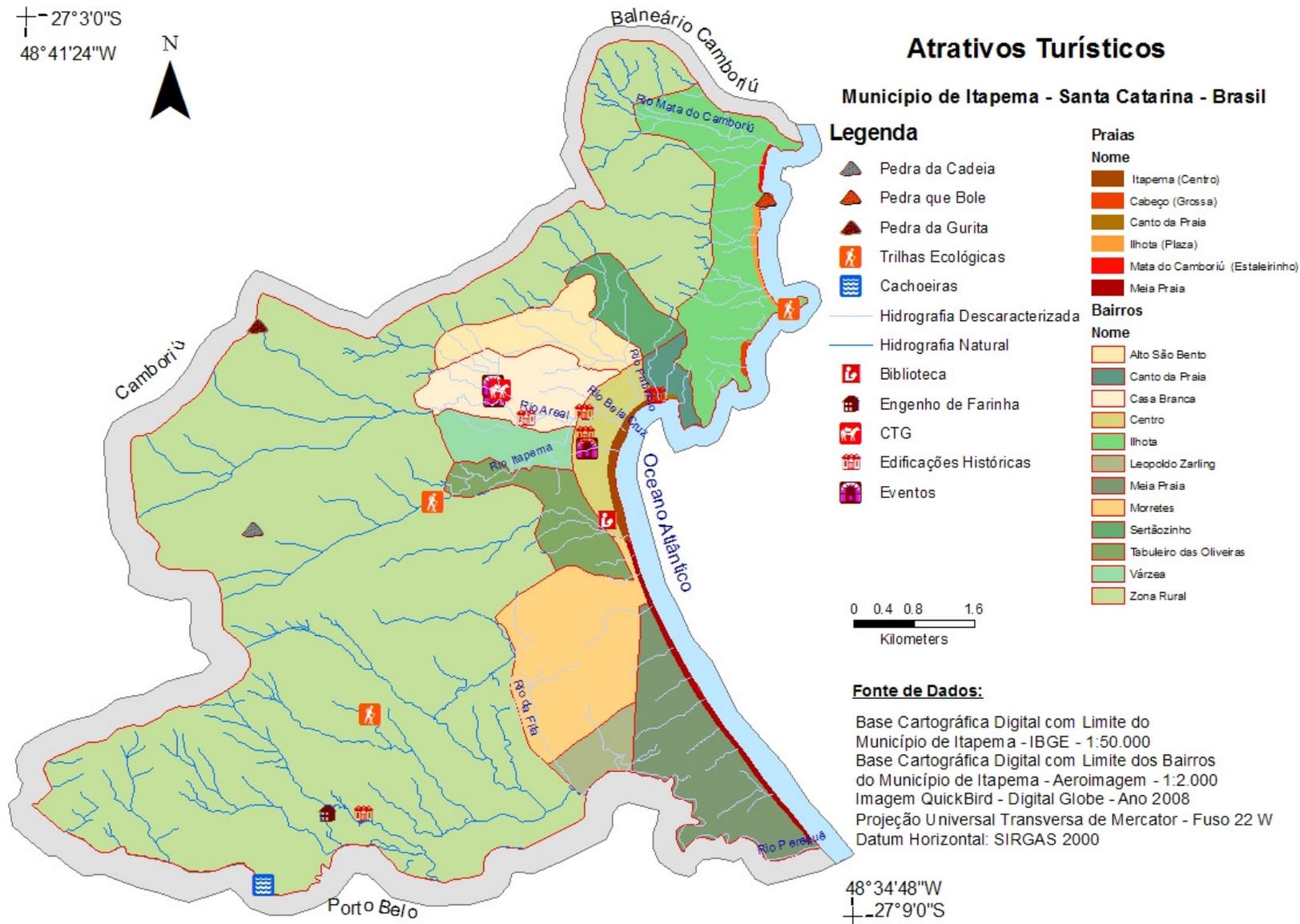
Ao finalizar a etapa de identificação dos elementos que constituem a oferta turística do município de Itapema, iniciou-se a fase de espacialização dos mesmos conforme na foi descrito no item 3.2.2 do procedimento metodológico desta pesquisa.

#### **5.3 Espacialização dos atrativos, equipamentos e serviços turísticos, juntamente com a infraestrutura de apoio ao turismo e órgãos oficiais de turismo presentes no município de Itapema**

Esta etapa teve início com a espacialização dos elementos que constituem a modalidade de atrativos turísticos identificados em Itapema compreendendo os recursos naturais e culturais e os principais eventos realizados no município.

Com relação a esta modalidade constatou-se que Itapema não apresenta uma expressiva diversidade de atrativos turísticos, visto que, como já foi descrito anteriormente muitos dos atrativos turísticos potenciais foram descaracterizados e/ou não preservados, sendo que atualmente o principal atrativo turístico do município é constituído pelo conjunto de suas 6 praias.

No mapa 4 a seguir é possível verificar alguns dos atrativos turísticos que foram identificados no território de Itapema.



Mapa 4: Atrativos Turísticos

Fonte: Gerado a partir de dados oriundos do projeto 159/2009 entre UFSC/FAPEU e Prefeitura Municipal de Itapema.

Na representação cartográfica anterior se observa que o município de Itapema apresenta a maior parte de seu território classificado como Zona Rural, entretanto nesta área não foi possível mapear uma grande quantidade de elementos enquadrados na categoria de atrativos naturais devido à ausência de inventário turístico atualizado disponível na municipalidade de Itapema, a carência de infraestrutura de acesso a estes elementos e a descaracterização de alguns destes atrativos resultante da ação antrópica.

O grande potencial turístico existente na Zona Rural está na diversidade de espécies da fauna e flora e na concentração de recursos hídricos, que é constituído pelo conjunto de nascentes e mananciais, os quais são imprescindíveis, não somente, para incremento das atividades turísticas consolidadas em Itapema, mas também para o desenvolvimento sustentável do município.

Também se observa que os atrativos naturais mapeados na Zona Rural encontram-se dispersos, sendo que em alguns casos, foi constatada uma precária infraestrutura de acesso, como exemplo, cita-se o caso da pedra da Gurita e da Cadeia. Realidade bem diferente dos atrativos mapeados na área urbana, mais precisamente os atrativos formados pelo conjunto de praias que apresentam maior proximidade entre si, e já dispondo de alguma infraestrutura de acesso, o que facilita o desenvolvimento de roteiros turísticos integrados entre os demais elementos da oferta turística de Itapema.

Ainda referente aos atrativos naturais observa-se que a espacialização das estruturas que formam os rios de Itapema foram diferenciadas de acordo com sua localização, ou seja, Zona Rural e área urbana, visto que as estruturas hidrográficas da área urbana estão descaracterizadas para o turismo devido ao lançamento de dejetos químicos e orgânicos nos mesmos.

No tocante aos atrativos de cunho cultural percebe-se pouca expressividade de edificações históricas, visto que as mesmas não foram preservadas durante a evolução histórica da área que compreende o município. Apenas foi possível identificar e mapear apenas 6 exemplares localizados no Centro, bairro Canto da Praia, Casa Branca e Zona, este último, abriga a Capela Igreja São João Batista, localizada na Zona Rural na porção Sul do município.

Também foi especializado um engenho de produção de farinha de mandioca, que representa uma das únicas atividades produtivas tradicionais remanescentes no município.

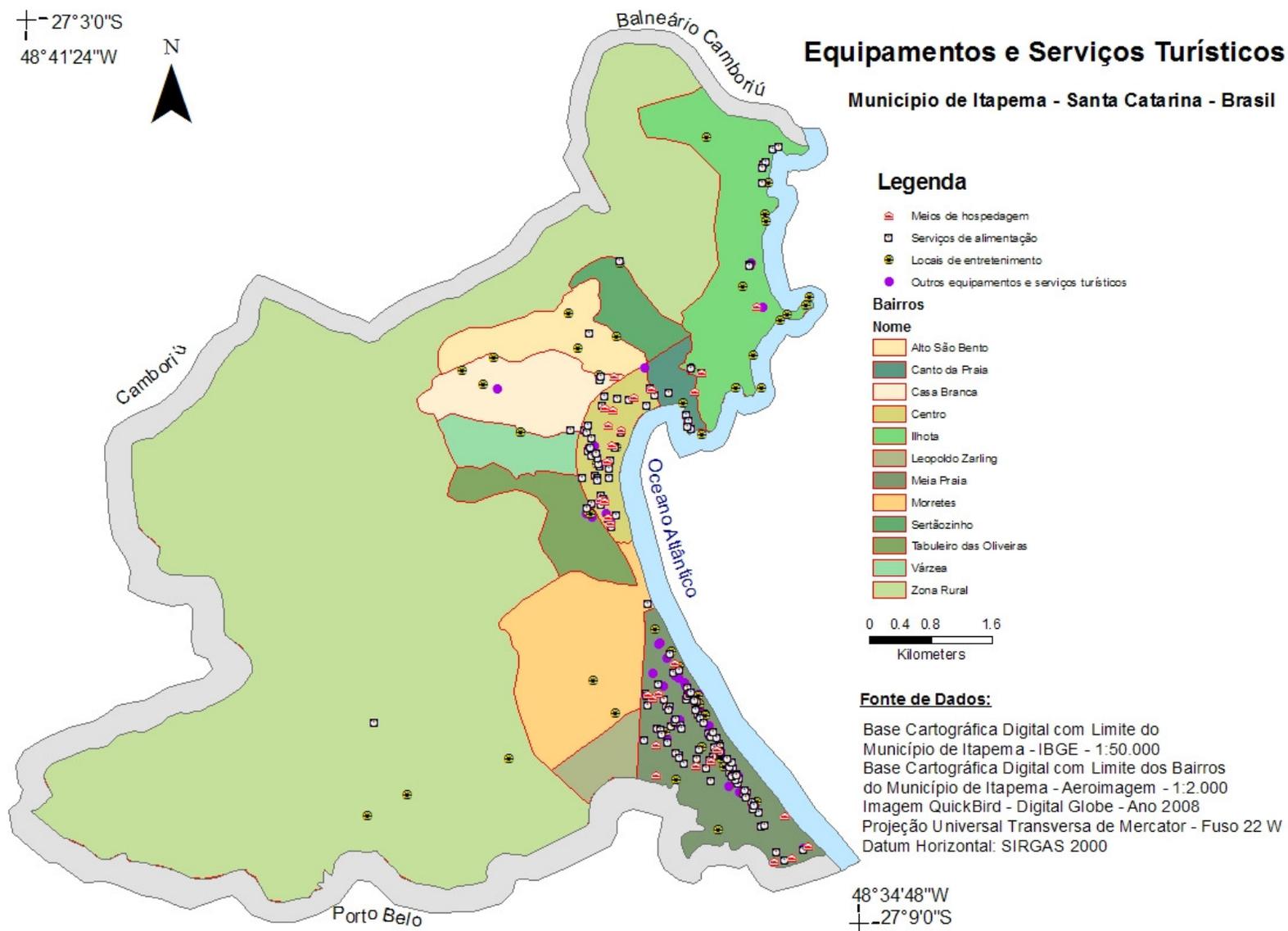
Ainda referente a esta categoria é importante ressaltar que não foi identificada nenhuma Lei Municipal que faça alguma menção a proteção do patrimônio material e imaterial em Itapema, inclusive a Lei 07/2002 que é Plano Diretor vigente.

Observa-se que Itapema está se descaracterizando culturalmente, pois além dos problemas elencados anteriormente, o município apresenta apenas uma biblioteca pública localizada no Centro. Ressalta-se ainda a inexistência de espaços de preservação e resgate da cultura local, visto que, somente foi identificada a ocorrência de uma unidade destes elementos, que é o Centro de Tradição Gaúcha, o qual não apresenta características que se identifiquem com a cultura tradicional do local. Este Centro de Tradições está localizado no bairro Casa Branca.

Também foram espacializados os principais eventos realizados no município que ocorrem em sua maioria na Praça da Paz, no Parque Municipal de Eventos e Centro de Tradições Gaúchas.

Finalizado a espacialização dos atrativos iniciou-se o mapeamento dos equipamentos e serviços turísticos. Conforme destacado anteriormente, devido à grande quantidade de elementos identificados, que integram cada categoria, optou-se por não realizar o detalhamento dos dados.

Cabe ressaltar que este procedimento de generalização foi utilizado na espacialização dos elementos presentes na modalidade de infraestrutura de apoio ao turismo e também na espacialização das Zonas Especiais de Interesse Turístico.



Mapa 5: Equipamentos e Serviços Turísticos

Fonte: Gerado a partir de dados oriundos do projeto 159/2009 entre UFSC/FAPEU e Prefeitura Municipal de Itapema.

Com relação ao mapa acima é possível verificar que a maioria dos equipamentos e serviços turísticos especializados são relacionados aos meios de hospedagens, alimentação e locais de entretenimento com peculiaridades inerente a localização de cada categoria, as quais serão detalhadas na sequência.

No tocante aos meios de hospedagens observa-se que os mesmos estão concentrados nos bairros localizados a Leste da BR-101, tendo maior expressividade no Centro e no bairro Meia Praia.

Característica similar apresentada na localização dos serviços de alimentação, os quais estão predominantemente concentrados a Leste da referida BR, porém com maior distributividade entre os bairros, pois além dos bairros Centro e Meia Praia, podem ser encontrados nos bairros Canto da Praia e Ilhota.

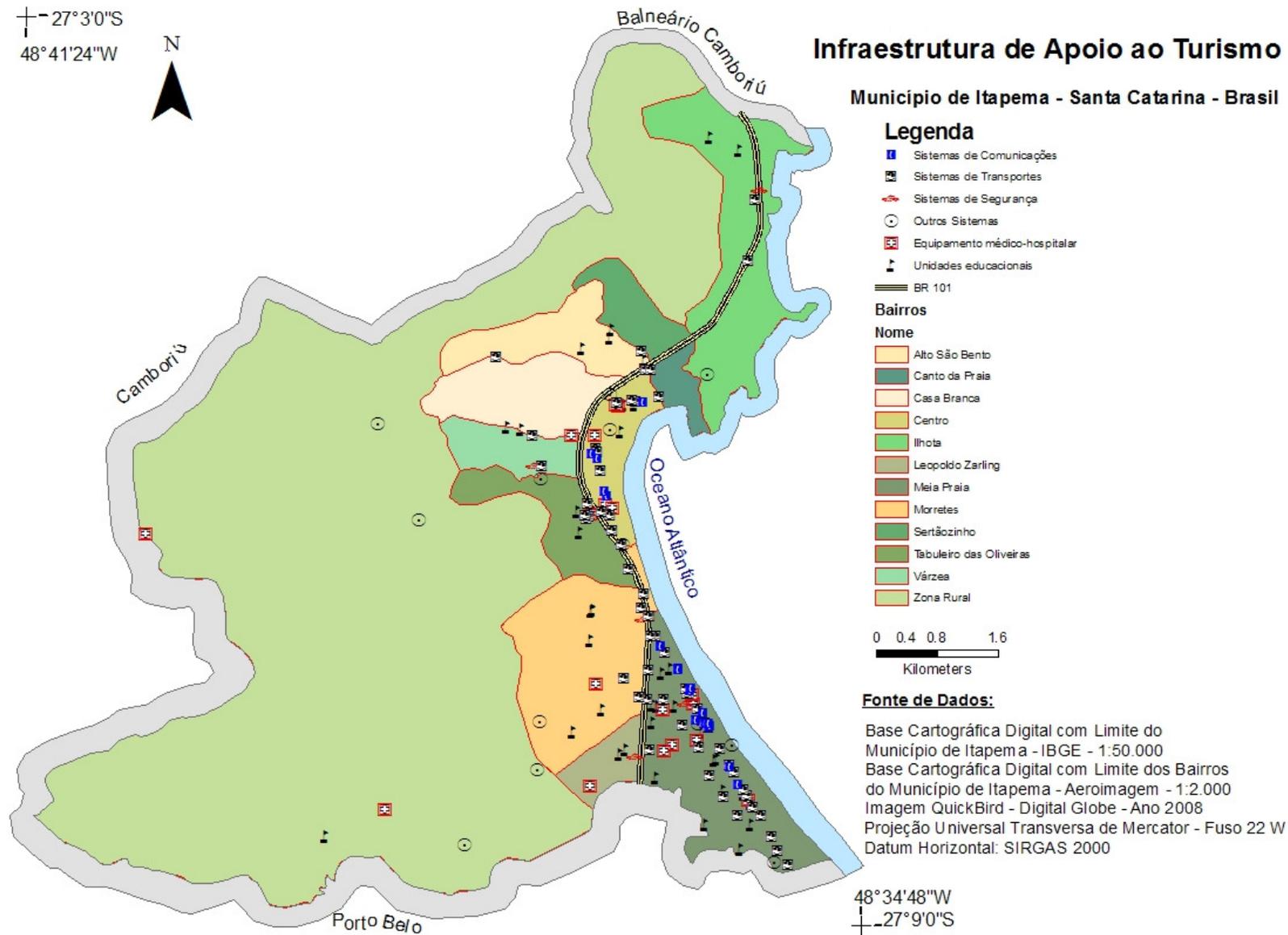
Com relação aos locais de entretenimento percebe-se maior distributividade entre os diferentes bairros de Itapema, entretanto com maior concentração nos bairros a Leste da BR.

Reitera-se a pouca quantidade de praças existentes no município, sendo que foram espacializadas apenas 4 praças 1 situada no bairro Tabuleiro das Oliveiras, 1 no bairro Alto São Bento, 1 no bairro Centro e 1 localizada no bairro Meia Praia, sendo que, esta última, apresenta-se em precárias condições de conservação, conforme ilustrado na figura 23 desta pesquisa.

Finalizando a descrição da espacialização desta modalidade de elementos, observa-se que a categoria de outros equipamentos e serviços turísticos a exemplo da categoria meios de hospedagem, está concentrada a Leste da BR-101, mais precisamente no Centro e bairro Meia Praia.

Diante desta leitura, de espacialização dos equipamentos e serviços turísticos existentes em Itapema, constatou-se que mesmos estão direcionados ao perfil de turistas enquadrados na segmentação de Turismo Sol e Mar, visto que, estão predominantemente concentrados nos bairros localizados a Leste da BR-101, nas imediações da orla marítima, constatação que vem ao encontro das informações repassadas pela Secretaria de Finanças de Itapema, através do Ofício/SF/886/09, a qual informou que os meses que apresentam maior arrecadação fiscal são dezembro, janeiro e fevereiro, período que município recebe um grande fluxo de turistas em busca das praias e do clima local.

A seguir são espacializados, no mapa 6, os elementos que compõem a infraestrutura de apoio ao turismo.



Mapa 6: Infraestrutura de Apoio ao Turismo

Fonte: Gerado a partir de dados oriundos do projeto 159/2009 entre UFSC/FAPEU e Prefeitura Municipal de Itapema.

Referente ao mapa da infraestrutura de apoio ao turismo apresentado na página anterior observa-se que as porções Sudeste e Central do município de Itapema apresentam uma maior concentração de elementos que compõem os sistemas de comunicação, transportes e segurança, equipamento médico-hospitalar e unidades educacionais.

Este agrupamento de elementos é resultante da acentuada ocupação antrópica presente nestas áreas, que conforme já foi demonstrado no mapa 3 desta pesquisa, apresentam a maior concentração da malha urbana do município.

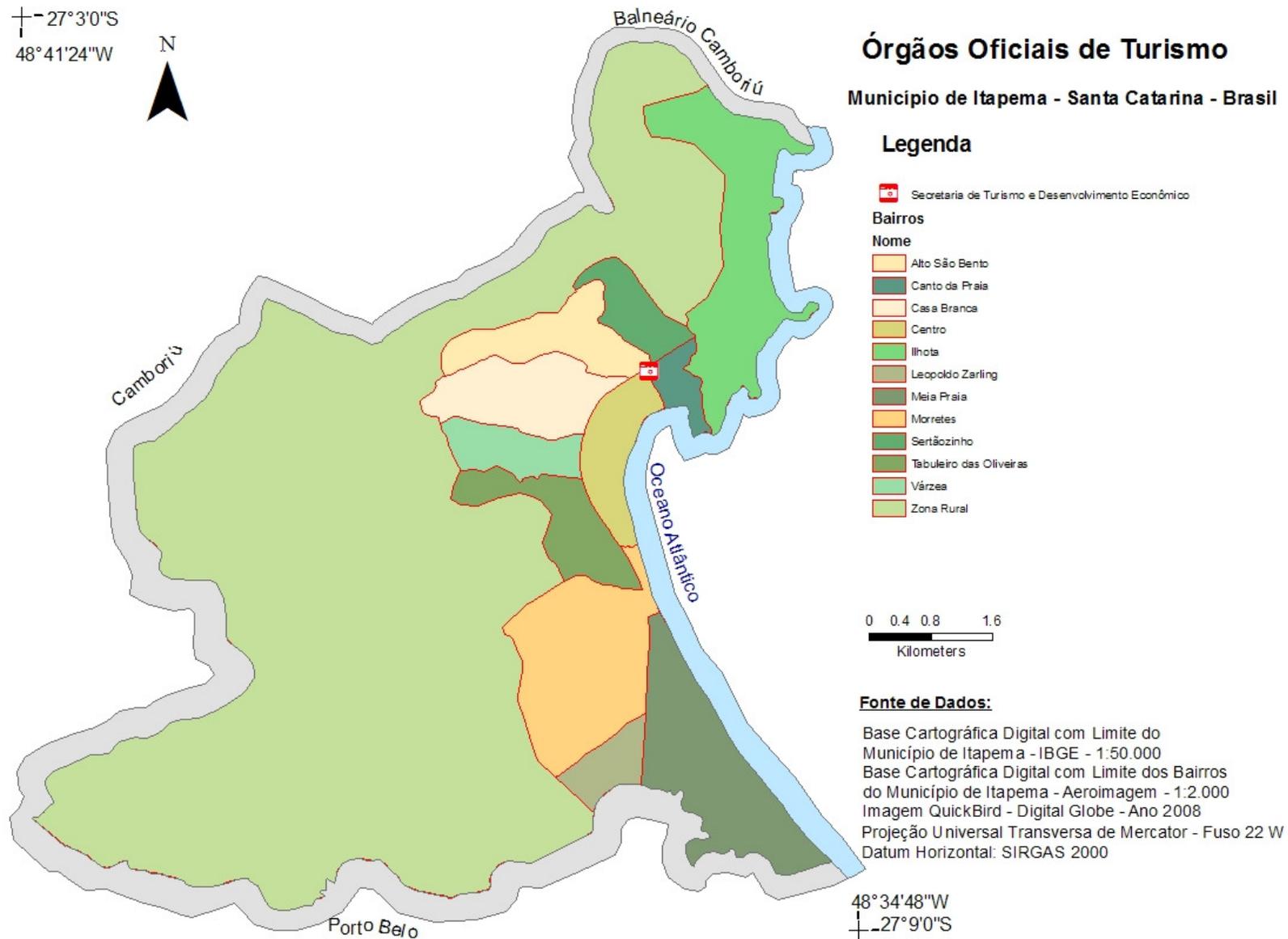
No tocante a categoria de outros sistemas percebe-se uma maior concentração na porção a Sudoeste da BR-101 em decorrência da instalação de estruturas para a captação e tratamento de água, visto que, como já foi destacado anteriormente, esta área apresenta um acentuado potencial hídrico.

Na categoria de sistema de transporte é pertinente ressaltar a existência da diretriz da BR-101 no território de Itapema, e sua relação com o bem estar da comunidade e o desenvolvimento turístico local.

Está rodovia federal que foi um dos fatores responsáveis pelo crescimento populacional e turístico de Itapema, atraindo pessoas provenientes de vários municípios de Santa Catarina e Estados brasileiros em busca de novas oportunidades, lazer e entretenimento, atualmente é foco de debate entre os gestores públicos e comunidade local sobre sua permanência no local.

O debate é referente aos transtornos que esta rodovia vem ocasionando tanto para população local quanto ao setor turístico, perturbações causadas pelo aumento da insegurança (acidentes e violência urbana), mobilidade urbana (deslocamento entre os bairros) e poluição sonora causada principalmente pelo tráfego de carros pesados.

Finalizando a espacialização de elementos que compõem a oferta turística de Itapema, foram mapeados os itens que compreendem a categoria dos órgãos oficiais de turismo identificados em Itapema. Ver mapa 7 a seguir.



Mapa 7: Órgãos Oficiais de Turismo

Fonte: Gerado a partir de dados oriundos do projeto 159/2009 entre UFSC/FAPEU e Prefeitura Municipal de Itapema.

Nesta última modalidade foi espacializado apenas a sede da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico, visto que, não foi identificado nenhum outro órgão oficial de turismo localizado no município Itapema.

Conforme foi destacado no item 5.2.4 desta pesquisa Itapema é integrante de um consórcio intermunicipal de turismo (CITMAR), porém sua sede está localizada no município de Itajaí.

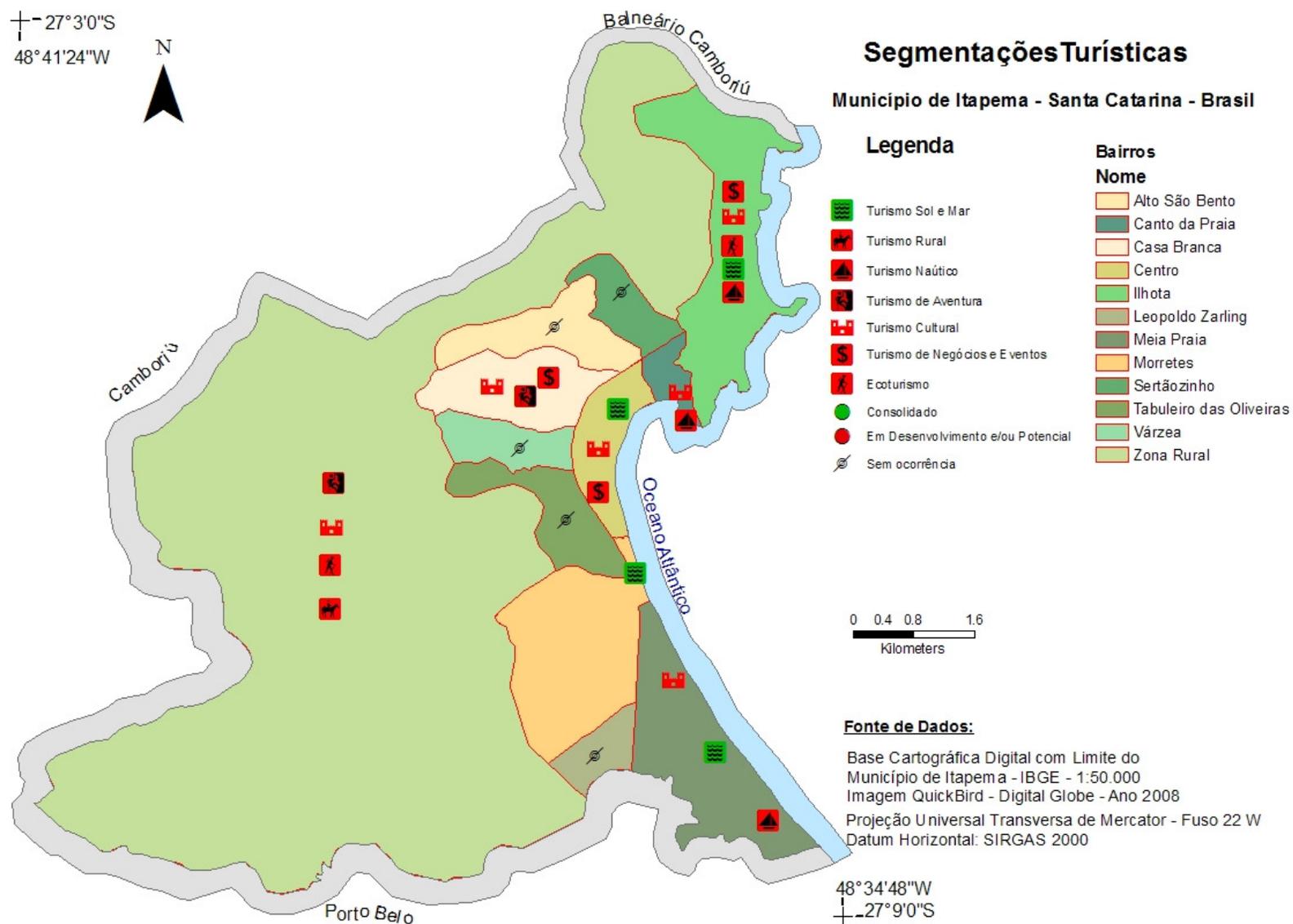
Concluindo a etapa dos objetivos específicos foi iniciada a espacialização das tipologias de turismo relacionadas a cada bairro de Itapema.

#### **5.4 Espacialização das segmentações turísticas consolidadas ou que estão em desenvolvimento e/ou potencial no município de Itapema**

Durante a realização das visitas técnicas, e análise dos dados obtidos junto a SANTUR, Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico e Secretaria de Finanças de Itapema constatou-se que a única segmentação de turismo que está consolidada no município é a de Sol e Mar, a qual está concentrada nos bairros a Leste da BR-101, tendo ocorrência predominante entre os meses de novembro a fevereiro de cada ano.

As demais tipologias identificadas ainda estão em estágio inicial de desenvolvimento e/ou são segmentações em potencial, não apresentando expressividade para motivar turistas a empreender uma viagem a Itapema para usufruir dos elementos que as constituem.

A seguir é apresentado o mapa 8, o qual contém os bairros de Itapema onde há ocorrência de segmentos turísticos consolidados, e segmentos que estão em desenvolvimento e/ou são potenciais.



Mapa 8: Segmentações Turísticas

Fonte: Gerado a partir de dados oriundos do projeto 159/2009 entre UFSC/FAPEU e Prefeitura Municipal de Itapema.

No mapa 8 é possível observar a existência de 7 segmentações turísticas no município de Itapema, entre as quais já estão consolidadas, ou que apresentam-se em desenvolvimento e/ou potencial.

A segmentação turística Sol e Mar encontra-se consolidada nos bairros localizados a Leste do município, com exceção do bairro Canto da Praia, no qual este segmento não ocorre devido alteração da faixa de areia (engordamento da praia) para evitar o avanço do mar sobre os residências, e também porque nesta área há realização de atividades ligadas a Pesca e a Maricultura, existindo no local uma Colônia de Pescadores denominada Z-19 e fazendas marinhas de exploração de Marisco.

No tocante ao segmento de Turismo Rural, constatou-se potencialidade na Zona Rural, mais precisamente na área do Sertão do Trombudo e comunidade do Areal devido as condições naturais dessas áreas, e também pela existência de 1 restaurante especializado na culinária típica rural, e sítios rurais, estes que poderão ser formatados para prestarem serviços turísticos de alimentação, hospedagem e entretenimento com ênfase nas características do espaço rural.

Com relação ao Turismo Náutico constatou-se potencialidade no bairro Meia Praia, mais precisamente nas proximidades do rio Perequê tanto pelas características naturais do local quanto pelo fluxo de veleiros e lanchas, características similares as apresentadas pelo bairro Canto da Praia onde identificou-se a existência de um *piér*, o qual serve de ancoradouro para escunas que realizam passeios turísticos. E por fim identificou-se potencialidade no bairro Ilhota onde se localiza uma marina particular, mais precisamente na área Hotel Plaza.

Quanto à segmentação de Turismo de Aventura verificou potencialidade na Zona Rural devido às características de seu relevo, que é adequado para prática de esportes radicais como *mountain bike*, montanhismo, *trekking*, e outros. Também se identificou potencialidade no bairro Casa Branca no qual existe uma pista de motocross.

Referente ao Turismo Cultural verificou-se a ocorrência de atividades relacionadas à Gastronomia no Centro, Zona Rural e bairros Meia Praia, Canto da Praia, Casa Branca e Ilhota, sendo que neste último há intenção pela municipalidade de Itapema em criar uma Via Gastronômica.

Com relação ao segmento de Turismo de Negócios e Eventos há um desenvolvimento pouco expressivo em alguns bairros do município, visto que, verificou-se a ocorrência esporádica de certames no Centro da Cidade, mais precisamente na Praça da Cidade (Praça da Paz) e no bairro Casa Branca nas estruturas do Parque Municipal de Eventos e do Centro de

Tradições Gaúchas. Constatou também a ocorrência de eventos no bairro Ilhota na estrutura do Centro de Convenções do Hotel Plaza.

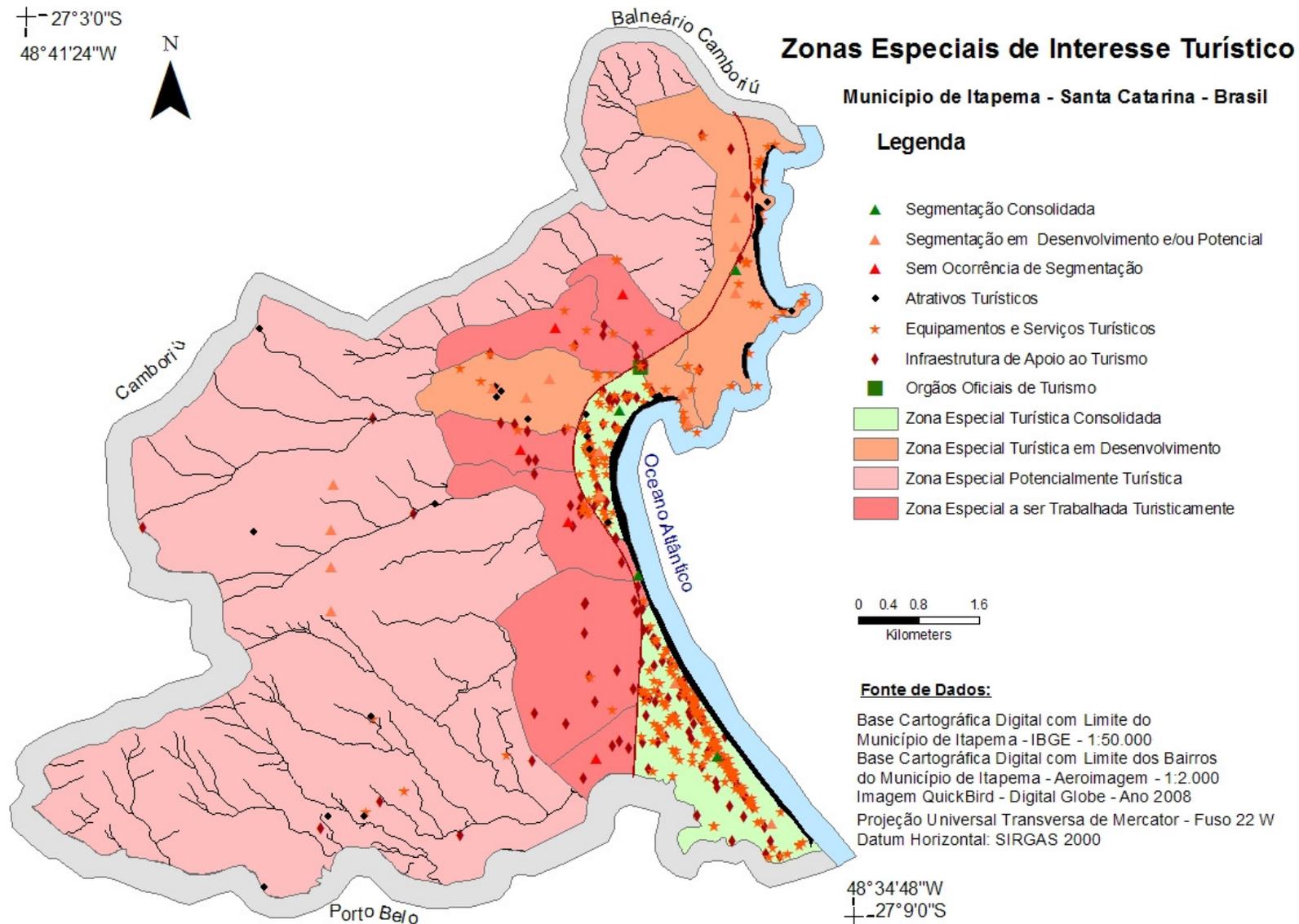
Quanto ao segmento de Ecoturismo, constatou-se que mesmo o território de Itapema tendo sua maior porção territorial composta por áreas verdes, não foi identificado à formatação de roteiros e produtos turísticos que trabalhe com esta segmentação.

Apenas foram identificadas algumas trilhas ecológicas localizadas no bairro Ilhota e na Zona Rural, as quais são utilizadas esporadicamente pela comunidade local e por turistas.

Para finalizar esta etapa da pesquisa ressalta-se que não foi identificada nenhuma ocorrência, desenvolvimento e/ou potencialidade de tipologias de turismo nos bairros Leopoldo Zarling, Tabuleiro das Oliveiras, Várzea, Alto São Bento e Sertãozinho por não ter sido constatado elementos expressivos, relacionados ao patrimônio natural e cultural, de interesse turístico, assim como, por existir pouca quantidade de equipamentos e serviços turísticos.

Após a identificação e espacialização dos elementos que compõem a oferta turística do município de Itapema, e da espacialização das tipologias de turismo que estão consolidadas, em desenvolvimento e/ou potencial, essas informações foram organizadas e estruturadas em uma única base de dados com a finalidade de identificar e espacializar as ZEIT's.

A seguir é apresentado o mapa final desta pesquisa, no qual estão identificadas e espacializadas as Zonas Especiais de Interesse Turístico de Itapema, juntamente com os elementos que compõem sua oferta turística, assim como, os locais de ocorrência, desenvolvimento e/ou potencialidade de segmentações turísticas.



Mapa 9: Zonas Especiais de Interesse Turístico

Fonte: Gerado a partir de dados oriundos do projeto 159/2009 entre UFSC/FAPEU e Prefeitura Municipal de Itapema.

No tocante as Zonas Especiais de Interesse Turístico representadas pelo mapa anterior, e cujas definições estão elencadas no item 4.1 da página 74 desta pesquisa, observa-se na coloração verde claro à Zona Especial de Interesse Turístico Consolidada (ZETC), a qual está concentrada a Leste do município de Itapema, abrangendo os bairros Meia Praia e Centro, nos quais foram identificados atrativos, equipamentos e serviços turísticos, infraestrutura de apoio ao turismo, e onde há consolidação da tipologia de turismo Sol e Mar.

Apesar do bairro Ilhota apresentar uma área turística consolidada a Leste da BR-101, na qual encontram-se restaurantes que são reconhecidos regionalmente por sua alta gastronomia, este bairro foi enquadrado na Zona Turística que é detalhada a seguir, pois o restante de sua área não é homogênea a que foi descrita anteriormente.

A cor laranja representa à Zona Especial Turística em Desenvolvimento (ZETD), e é constituída pelos bairros Canto da Praia, Casa Branca e Ilhota onde identificou-se atrativos turísticos e alguma infraestrutura de apoio ao turismo, assim como, o desenvolvimento e/ou potencialidade de tipologias de turismo, porém os equipamentos e serviços turísticos como restaurantes, parque de eventos, *pier*, mirante, marina e outros, ainda estão em um estágio inicial de consolidação.

A coloração em vermelho claro mostra a Zona Especial Potencialmente Turística (ZEPT), que é formada pela Zona Rural de Itapema, onde foram identificados atrativos turísticos, infraestrutura de apoio ao turismo, e o desenvolvimento e/ou potencialidade de alguma tipologia de turismo, entretanto, dispõem de poucos equipamentos e serviços turísticos como pousadas, restaurantes e locais de entretenimento.

Encerrando a identificação das ZEIT's no município de Itapema, observa-se na coloração salmão do mapa a Zona Especial a ser Trabalhada Turisticamente (ZETT), que é constituída pelos bairros Leopoldo Zarling, Tabuleiros das Oliveiras, Várzea, Alto São Bento, Sertãozinho e Morretes.

Nestes bairros não foram identificados atrativos turísticos nem a consolidação, desenvolvimento e/ou potencialidade de tipologias de turismo, com exceção de Morretes, porém foi constatada a existência de alguns equipamentos e serviços turísticos como restaurantes, espaços de lazer e entretenimento, mercados, entre outros.

Foram identificados nesta Zona Turística elementos que compõem a infraestrutura de apoio ao turismo como quartel da polícia militar, escolas, estação de tratamento de água, rodoviária, unidades de saúde, entre outros.

No tocante as Zonas Especiais de Interesse Turístico representadas pelo mapa anterior, e cujas definições estão elencadas no item 4.1 da página 74 desta pesquisa, observa-se na coloração verde claro à Zona Especial de Interesse Turístico Consolidada (ZETC), a qual está concentrada a Leste do município de Itapema, abrangendo os bairros Meia Praia e Centro, nos quais foram identificados atrativos, equipamentos e serviços turísticos, infraestrutura de apoio ao turismo, e onde há consolidação da tipologia de turismo Sol e Mar.

Apesar do bairro Ilhota apresentar uma área turística consolidada a Leste da BR-101, na qual encontram-se restaurantes que são reconhecidos regionalmente por sua alta gastronomia, este bairro foi enquadrado na Zona Turística que é detalhada a seguir, pois o restante de sua área não é homogênea a que foi descrita anteriormente.

A cor laranja representa à Zona Especial Turística em Desenvolvimento (ZETD), e é constituída pelos bairros Canto da Praia, Casa Branca e Ilhota onde identificou-se atrativos turísticos e alguma infraestrutura de apoio ao turismo, assim como, o desenvolvimento e/ou potencialidade de tipologias de turismo, porém os equipamentos e serviços turísticos como restaurantes, parque de eventos, *pier*, mirante, marina e outros, ainda estão em um estágio inicial de consolidação.

A coloração em vermelho claro mostra a Zona Especial Potencialmente Turística (ZEPT), que é formada pela Zona Rural de Itapema, onde foram identificados atrativos turísticos, infraestrutura de apoio ao turismo, e o desenvolvimento e/ou potencialidade de alguma tipologia de turismo, entretanto, dispõem de poucos equipamentos e serviços turísticos como pousadas, restaurantes e locais de entretenimento.

Encerrando a identificação das ZEIT's no município de Itapema, observa-se na coloração salmão do mapa a Zona Especial a ser Trabalhada Turisticamente (ZETT), que é constituída pelos bairros Leopoldo Zarling, Tabuleiros das Oliveiras, Várzea, Alto São Bento, Sertãozinho e Morretes.

Nestes bairros não foram identificados atrativos turísticos nem a consolidação, desenvolvimento e/ou potencialidade de tipologias de turismo, com exceção de Morretes, porém foi constatada a existência de alguns equipamentos e serviços turísticos como restaurantes, espaços de lazer e entretenimento, mercados, entre outros.

Foram identificados nesta Zona Turística elementos que compõem a infraestrutura de apoio ao turismo como quartel da polícia militar, escolas, estação de tratamento de água, rodoviária, unidades de saúde, entre outros.

Como descrito anteriormente o bairro Morretes apresenta algumas peculiaridades em relação aos outros bairros enquadrados na ZETT, visto que, parte de sua área, mais precisamente aquela localizada a Leste da BR-101, apresenta atrativo turístico natural (praia) e a consolidação da segmentação turística Sol e Mar, porém esta fração territorial não condiz à realidade restante do bairro, ou seja, apresenta uma acentuada heterogeneidade no tocante a atrativos, equipamentos e serviços turísticos, assim como, a consolidação, desenvolvimento e/ou potencialidade de tipologias de turismo, dessa forma, optou-se em enquadrar o bairro Morretes a ZETT.

Assim com a apresentação do mapa 9, onde estão identificadas e espacializadas as Zonas Especiais de Interesse Turístico do município de Itapema, as quais são capazes de auxiliar gestores públicos e privados no processo de tomada de decisão referente ao direcionamento de políticas públicas e a alocação de recursos escassos, de modo a promover o desenvolvimento harmônico e sustentável do setor turístico em Itapema, alcança-se o objetivo principal desta pesquisa, e finaliza-se este capítulo.

## 6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo são apresentadas as conclusões e recomendações referentes a esta pesquisa.

### 6.1 Conclusões quanto à transformação ocupacional do município de Itapema em diferentes períodos

A partir da utilização de técnicas do geoprocessamento foi possível produzir e sistematizar informações referentes à transformação na ocupação da área correspondente ao município de Itapema nas últimas décadas, as quais possibilitaram a reconstituição de cenários territoriais do passado, permitindo a confrontação com cenários territoriais do presente, gerando subsídios para formatação de políticas públicas, principalmente no tocante ao setor turístico.

Através da análise das informações extraídas das imagens dos mosaicos fotogramétricos dos anos de 1957 e 1978, da Imagem *QuickBird* do ano de 2008, contrastando-as com dados dos setores censitários do IBGE referente aos anos de 1970, 1975 e 1978, paralelamente a análise das informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Finanças de Itapema, conclui-se que este município migrou, nos últimos 50 anos, de uma economia de base agrícola para uma econômica embasada em atividades relativas ao Setor Terciário, mais precisamente aquelas relacionadas ao turismo.

Essa transformação, consequência do fenômeno turístico, é citada em diversas regiões do globo, principalmente naquelas localizadas próximas a balneários (Jurdão Arrones, 1992) e (Myerscough, 1974). Estas regiões litorâneas sofreram expressivas alterações na sua ocupação em decorrência do turismo e da especulação imobiliária, ocasionando efeitos diversos, com destaque para os impactos negativos.

Neste sentido cabe ressaltar a temeridade de uma determinada região ou município expor seu território, mas especificamente seus recursos naturais, e concentrar suas atividades econômicas e sociais apenas neste segmento econômico.

Tais riscos ficam claros pela acentuada descaracterização que o turismo mal planejado e gerido pode trazer aos recursos ambientais, além da sazonalidade inerente a este segmento econômico. Esta observação foi evidenciada no estudo referente à demanda turística em Itapema realizada pela SANTUR nos anos de 2005, 2006 e 2007.

Esses dados também demonstraram expressivas variações, quanto ao número de turistas no município de Itapema, ocorridas naquele período, pois além da sazonalidade, o turismo é uma atividade influenciada por diversas variáveis externas tais como estabilidade financeira e cambial, catástrofes e desastres ambientais, terrorismo, epidemias entre outros.

Dessa forma, é extremamente importante que a municipalidade de Itapema, juntamente com a comunidade local, reflitam sobre a diversificação da economia no município, e que busquem novas alternativas de desenvolvimento econômico, os quais possam vir a se desenvolver sinergicamente à atividade turística.

### **6.1.1 Recomendações quanto à transformação ocupacional do município de Itapema em diferentes períodos**

Para manter e fortalecer as áreas remanescentes de atividades relacionadas à agricultura no município de Itapema, principalmente em locais que não agriçam o meio ambiente, recomenda-se que sejam criados programas permanentes de incentivos agrícolas, tanto ao nível municipal quanto estadual, que estimulem a produção de alimentos, com destaque para os produtos orgânicos, assim como, a disponibilização de espaços específicos para sua comercialização.

Conforme mencionado anteriormente, a Lei 16/2004 estabelece a criação de uma Zona Industrial no município de Itapema e define a área para sua instalação, porém a mesma ainda não foi implantada.

Dessa forma, recomenda-se que aquela Zona Industrial seja instituída o mais breve possível, objetivando mitigar a dependência econômica do Setor Terciário (turismo), e que tenha como uma de suas prerrogativas a instalação de Indústrias limpas, ou seja, aquelas que tenham baixo índice de poluição, e que estejam regularmente licenciadas de acordo com a legislação ambiental vigente.

Como exemplo deste tipo de empreendimento destaca-se a Indústria de montagem de peças de equipamentos eletrônicos e automotivos, Indústria da tecnologia da informação e telecomunicações, entre outras.

Paralelamente as atividades agrícolas e industriais, a municipalidade de Itapema, juntamente com agricultores e empresários, poderão desenvolver roteiros turísticos educativos em conjunto multi-temáticos, acrescentando maior funcionalidade a essas atividades

econômicas, e contribuindo para a diversificação da atividade de turística em Itapema.

Por fim, a presente pesquisa recomenda a realização de um inventário ambiental e cultural nas áreas montanhosas do município, principalmente nos espaços que já foram ocupados por culturas agrícolas, e que hoje se encontram em estágio avançado de regeneração, com a finalidade de criar um Parque Turístico Municipal que tenha como escopo a preservação da área a partir do desenvolvimento de atividades ligadas à educação ambiental e ao ecoturismo.

## **6.2 Conclusões quanto à identificação dos elementos que compõem a oferta turística do município de Itapema**

Para realizar uma análise referente à identificação dos elementos enquadrados na oferta turística, além de um inventário turístico atualizado e completo, é necessário dispor de ferramentas que tenham capacidade de oferecer ao usuário opções de visualização dos objetos em estudo em diferentes escalas, englobando o contexto do geral ao particular.

Uma das conclusões desta pesquisa é a constatação do grande potencial das técnicas do geoprocessamento na gestão do Turismo, visto que foram identificados e contextualizados os impactos oriundos da ocupação antrópica, e suas consequências aos elementos que constituem a oferta turística de Itapema.

Ainda em relação à identificação dos elementos da oferta turística de Itapema, verificou-se que a municipalidade não dispunha de um inventário turístico atualizado e completo, desse modo, foi necessário realizar diversas visitas técnicas em todo município. Este procedimento possibilitou a constatação de que muitos dos elementos da oferta turística apresentavam sérios problemas causados pela ausência de conscientização da população (comunidade local e turistas), precariedade na fiscalização daqueles elementos e falta de planejamento na alocação da infraestrutura urbana.

Com referência aos atrativos turísticos, principalmente aos enquadrados nas categorias natural e cultural, percebe-se uma acentuada destruição e descaracterização destes patrimônios, devido à ausência de conscientização ambiental e cultural de parte da comunidade local e turistas, assim como, a aplicação de legislações que valorizem e protejam aqueles elementos.

Cabe ressaltar que a municipalidade de Itapema incluiu em seu material de divulgação turística imagens de atrativos naturais descaracterizados, as quais foram maquiadas com finalidade de atrair novos turistas.

Com relação aos equipamentos e serviços turísticos, conclui-se que, devido à ausência de fiscalização pelos órgãos competentes no controle da padronização e execução dos serviços prestados por empreendimentos turísticos, há uma depreciação na sua qualidade e geração de conflitos entre alguns prestadores, mais precisamente aos pertencente a categoria de Meios de hospedagens.

Em decorrência da ausência de planejamento na alocação da infraestrutura de apoio ao turismo, principalmente aos relacionados à categoria de Outros sistemas (captação de água e tratamento de esgoto), os atrativos turísticos naturais de Itapema foram, e estão, sendo descaracterizados pela intrusão de estruturas físicas e despejo resíduo orgânico e químico nos mesmos.

### **6.2.1 Recomendações à quanto à identificação dos elementos que compõem a oferta turística do município de Itapema**

Para haver um maior controle e gestão sobre os elementos que compõem a oferta turística do município de Itapema, recomenda-se que municipalidade realize um inventário turístico global e permanente em seu território com a finalidade de gerar informações que permitam regatar, preservar, revitalizar e fiscalizar àqueles elementos.

Com relação à conscientização da comunidade local e dos turistas, aconselha-se a criação de políticas públicas que instituam planos, programas e projetos direcionados a educação ambiental e valoração da cultura local, inclusive, que seja inserido na grade curricular das escolas municipais, conteúdos que venham esclarecer e alertar a comunidade escolar sobre as características inerentes ao fenômeno turístico.

Sugere-se ainda a criação de uma Lei Cultural que resgate e proteja o patrimônio material e imaterial de Itapema, e que também a municipalidade crie e/ou incentive a implantação de espaços de preservação e divulgação deste patrimônio como casas de memória, museus entre, outros.

Com referência a fiscalização da prestação de serviços turísticos é públicos recomenda-se aumentar o efetivo de servidores da Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico, e dotar tal instituição de recursos

logísticos para efetuar as fiscalizações que hoje são deficitárias. Sugere-se também a organização de curso de capacitação de mão-de-obra e gestão de empreendimentos turísticos permanentes direcionados a funcionários e empresários atrelados a entidades envolvidas no *trade* turístico.

Recomenda-se ainda a realização de estudos técnicos para aperfeiçoar a alocação dos equipamentos que compõem a infraestrutura urbana e turística sem comprometer os recursos turísticos de Itapema. Além disto, aconselha-se que a municipalidade de Itapema exija da concessionária prestadora de serviços de saneamento básico (Águas de Itapema) a ampliação do sistema de coleta e tratamento de esgoto para toda a área urbana, e não somente aos bairros de Meia Praia e Centro.

E por fim, a partir das análises supramencionadas, sugere-se que a municipalidade de Itapema que adote as seguintes ações:

- a) Promova o resgate e preservação de seus atrativos turísticos;
- b) Realize a fiscalização da execução e prestação de serviços turísticos e públicos;
- c) Execute estudos buscando alternativas para a instalação da infraestrutura urbana, sem descaracterizar os elementos turísticos;
- d) Elabore estudos visando estabelecer a capacidade de carga de áreas a serem trabalhadas turisticamente.

### **6.3 Conclusões quanto à espacialização dos elementos que compõem a oferta turística do município de Itapema**

As ferramentas do geoprocessamento, em especial os Sistemas de Informações Geográficas, permitem, depois de identificados, estruturar, organizar e manipular os elementos que constituem a oferta turística de um destino, oferecendo aos gestores públicos e privados informações que servirão de subsídio para a elaboração e aprimoramento de políticas públicas para o turismo.

A partir da espacialização dos elementos da oferta turística de Itapema, conclui-se que existe uma acentuada disparidade entre os investimentos públicos e privados no referido município, com grande concentração dos equipamentos e serviços turísticos, bem como, infraestrutura de apoio ao turismo nos bairros localizados a Oeste da BR-101.

No tocante aos elementos que constituem a infraestrutura de apoio ao turismo constata-se que a alocação dos mesmos está depreciando a potencialidade turística do município, visto que, seus elementos estão

descaracterizando parte dos recursos naturais (cachoeiras, morros, entre outros), e também afetando a segurança e mobilidade urbana (BR-101) de Itapema.

Conforme diagnosticado no referencial bibliográfico desta pesquisa (EMBRATUR - PNMT, 1999) e (MTur - PNT, 2004), verifica-se que as políticas públicas de turismo no Brasil descentralizaram-se nos últimos anos, oportunizando uma maior autonomia aos Estados e Municípios para melhor planejar e gerir políticas que se adequem a realidade de seu território e de seus recursos turísticos. Porém é essencial que estas esferas de governo tenham mapeados os elementos que constituem sua oferta turística, assim como, definidas suas Zonas Especiais de Interesse Turístico.

Para finalizar esta etapa, conclui-se que a identificação e espacialização das ZEIT's possibilitam, aos gestores públicos e privados de Itapema, uma visualização global da consolidação, desenvolvimento e/ou potencialidade da atividade turística no município, auxiliando-os na alocação e gestão dos recursos turísticos com maior precisão e equidade territorial, possibilitando assim, o desenvolvimento harmônico e sustentável da atividade turística local, e conseqüentemente estendendo-se ao nível regional.

### **6.3.1 Recomendações quanto à espacialização dos elementos que compõem a oferta turística do município de Itapema**

Devido a acentuada disparidade existente entre os investimentos públicos e privados no território de Itapema, recomenda-se que sua municipalidade, juntamente com o empresariado local, utilizando como base as ZEIT's, direcione parte de seus recursos para estruturar, formatar e desenvolver áreas que, *a priori*, apresentam baixo potencial turístico com a finalidade de posteriormente incluí-las, como opção, entre o conjunto de atividades turísticas atualmente desenvolvidas no município.

Para proporcionar maior segurança, mobilidade urbana e qualidade da oferta turística no município, aconselha-se o deslocamento da diretriz da BR-101 do território de Itapema, visto que, além de mitigar os problemas já elencados, poderá ter sua diretriz atual utilizada como uma via turística intermunicipal integrando de maneira harmônica os elementos da oferta turística dos municípios que compõem a Região turística onde Itapema está inserida, denominada Costa Verde e Mar, avançando dessa forma, na consolidação da Regionalização do Turismo.

Finalizando este item, recomenda-se que a municipalidade de Itapema, após realização de debates junto à comunidade local quanto as Zonas Especiais de Interesse Turístico, identificadas e espacializadas nesta pesquisa, incluam-nas no Plano Diretor do município, aproveitando seu processo de revisão e sua relevância como Lei de competência municipal, visto que, conforme observado na revisão bibliográfica (MTur, 2008), o Plano Diretor ao englobar o território do município como um todo, servirá de instrumento tanto para o desenvolvimento da política de expansão urbana, quanto para o desenvolvimento ordenado da atividade turística.

#### **6.4 Conclusões quanto à espacialização das segmentações turísticas consolidadas ou que estão em desenvolvimento e/ou potencial em Itapema**

A partir do cruzamento de informações, interpretadas no mapa 8, com os dados obtidos junto ao IBGE e a SANTUR, conclui-se a baixa diversificação de tipologias de turismo consolidadas em Itapema, considerando-se que foi identificado apenas a consolidação da tipologia Sol e Mar.

Verificou-se que, mesmo o município apresentando a maior área de seu território classificada como Zona Rural, e estando localizado junto a uma orla marítima, não se identificou a consolidação de segmentações turísticas relacionadas ao meio ambiente como Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo no Espaço Rural, tão pouco aquelas relacionadas ao setor náutico como Turismo Náutico. Somente foram identificados locais em que essas tipologias estão em desenvolvimento e/ou são potenciais. Esta mesma característica é apresentada pelo Turismo Cultural, pois, apesar da área que pertence a Itapema ter sido colonizada no XVIII o patrimônio cultural e imaterial não foi preservado.

Finalizando esta etapa da pesquisa, constatou-se que em algumas áreas do município há potencialidade para desenvolvimento de determinadas tipologias de turismo, porém em alguns espaços há ausência de integração entre os elementos da oferta turística, o que dificulta sua acessibilidade.

##### **6.4.1 Recomendações quanto à espacialização das segmentações turísticas consolidadas ou que estão em desenvolvimento e/ou potencial em Itapema**

Como foi identificado que apenas à tipologia de turismo Sol e Mar está consolidada em Itapema, segmentação, que segundo referências bibliográficas pode trazer sérios problemas e transformações aos recursos turísticos que compõem os destinos receptores, em especial os recursos ambientais.

Recomenda-se que a municipalidade de Itapema atue com seu corpo técnico na elaboração de políticas que impeçam a ocupação de áreas ambientalmente frágeis com a finalidade de evitar a desfiguração paisagística e a destruição de ecossistemas. Paralelamente a elaboração destas políticas deve haver um investimento na ampliação e formação de um corpo técnico multidisciplinar que exerça fiscalização efetiva para assegurar o cumprimento da legislação vigente.

Com a finalidade de proteger o patrimônio natural e evitar que economia de Itapema fique dependente dos recursos advindos da segmentação turística Sol e Mar, aconselha-se a municipalidade que realize investimentos em parceria com a iniciativa privada, buscando integrar os elementos da oferta turística que hoje se encontram dispersos e ociosos.

Concomitantamente a estas ações sugere-se que sejam seguidas as recomendações da Política Nacional de Turismo, descritas no referencial teórico desta pesquisa, realizando e/ou incentivando iniciativas que tenham como escopo consolidar as segmentações turísticas que hoje se apresentam em desenvolvimento e/ou potencial.

Ao concluir esta pesquisa, recomenda-se a realização de novos estudos para complementar a base de dados existentes, assim como, fazer outras análises, de cunho qualitativo, no tocante aos elementos que compõem a oferta turística do município de Itapema.

## **6.5 Limitações da pesquisa**

As limitações encontradas durante a realização desta pesquisa estão enquadradas na obtenção de dados espaciais, numéricos e textuais relacionados com a área e os elementos em estudo, visto que o município de Itapema não dispõe de inventário turístico atualizado que contemple todas as categorias recomendadas pela EMBRATUR, tão pouco, possui uma base cartográfica atualizada e de qualidade que permita ter maior precisão na identificação dos dados.

Em face da inexistência de dados, tornou-se necessária a realização de visitas técnicas, porém não foi possível identificar e espacializar a

totalidade dos elementos da oferta turística presente no município, em função de tempo disponível para coleta, análise e processamento dos dados.

Para um resultado mais específico em relação a uma determinada categoria de elementos é necessária a realização de uma análise mais detalhada, visto que, na elaboração dos mapas temáticos as categorias foram generalizadas dentro das principais modalidades de elementos da oferta turística presente em Itapema, com a finalidade de facilitar sua identificação e localização na base cartográfica.

Apesar dessas limitações, pretende-se mostrar nesta pesquisa que as técnicas contidas no geoprocessamento são amplas e possuem múltiplas finalidades, entre elas, a identificação e espacialização dos elementos que compõem as Zonas Especiais de Interesse Turístico, auxiliando os gestores públicos e privados na gestão territorial de Itapema.



## 7. REFERÊNCIAS

ALVES, Maria da Glória, BARROSO, Josué Alves, RAMOS, Izabel de Souza & PACHECO, Liege Almeida. Espacialização dos principais pontos para o desenvolvimento do Turismo Geológico-Ecológico do município de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. In: SIMPOSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 11., 2003, Belo Horizonte. **Anais** Belo Horizonte: INPE, 2003. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/sbsr2007/biblioteca/>. Acesso em: 28 ago. 2009.

ANDRADE, Esdras de Lima e CALHEIROS, Silvana Quintana Cavalcanti. Áreas potenciais para o Turismo no Litoral Sul Alagoano: Uma análise preliminar por Geoprocessamento. In: SIMPOSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 11., 2003, Belo Horizonte. **Anais** Belo Horizonte: INPE, 2003. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/sbsr2007/biblioteca/>. Acesso em: 28 ago. 2009.

ARRONES, Francisco Jurdao. **Los mitos del turismo**. Madrid: Ediciones Endymion, 1992. 403 p.

AZEREDO, João. **Princípios de Arquitectura paisagista e de ordenamento do território**. Macau: Topografia Guerra, Viseu, 2005. 594 p.

BARBOSA, Alda Monteiro, SOARES, João Vianei & MEDEIROS, José Simeão. Utilização se Sistemas de Informação Geográfica e produtos de Sensoriamento Remoto como subsidio para planejamento em ecoturismo no município de Capitólio, Minas Gerais. In: SIMPOSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 11., 2003, Belo Horizonte. **Anais** Belo Horizonte: INPE, 2003. Disponível em: <<http://www.itid.inpe.br/sbsr2005>. Acesso em : 28 ago.2009.

BÄHR, H.P. & VÖGTLE, T. **GIS for Environmental Monitoring**. Stuttgart: Scweizerbart, 1999. 360 p.

BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Margarita Barretto; -Campinas, SP-papirus, 1995 (Coleção Turismo), 7ª edição. 1999.

BARRETTO, Margarita, BURGOS, Raul & FRENKEL, David. **Turismo, Políticas Públicas e Relações Internacionais**. Editora Papirus, 1ª edição, 2003. **Capítulo II**

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**/ Mário Carlos Beni. – 9ª Ed. – São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2003.

BISSOLI, Maria Ângela Marques Ambrizi. **Planejamento Turístico Municipal com suporte em sistemas de informações**. São Paul: Editora Futura, 2001.

BUTLER, Richard W. **The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources**. *Canadian Geographer*, v. 14, n.1, p.5-12, 1980.

BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo – MICT. Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. **Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para as organizações locais**. [Brasília], 1994.

BRASIL. Ministério das Cidades. **PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. Plano Diretor 040608.indd, 2004. 160p

Brasil. Ministério do Turismo. **Secretaria de Políticas de Turismo Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo: formação de gestores das políticas públicas do turismo /** autoria do conteúdo técnico-científico Alexandre Panosso Netto, Francisco José Pereira da Silva, Luiz Gonzaga Godoi Trigo. – Florianópolis : SEAD/FAPEU/UFSC, 2009. 312 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Secretaria de Políticas de Turismo Programa de Qualificação a Distância para o desenvolvimento do Turismo: sensibilização, mobilização, institucionalização da instância de governança regional /** Ministério do Turismo, coordenação Tânia Brizolla, Ana Clévia Guerreiro Lima. – [Brasília]: o Ministério: Florianópolis: SEAD/UFSC, 2008. 136 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de sol e praia: orientações básicas.** / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008. 40 p. : il. ; 24 cm.

Brasil. Ministério do Turismo. **Turismo de negócios e eventos: orientações básicas.** / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.44 p. ; 24 cm.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas/** Ministério do Turismo. Brasília, 2003.48 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo - uma Viagem de Inclusão/** Ministério do Turismo. Brasília, 2007.83 p.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil /** Ministério do Turismo. Brasília, 2004.32 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente **Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros.** Brasília: MMA/SBF, 2002.404 p.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 448, de 14 de fevereiro de 1992.** Regulamenta dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências. Brasília: DOU, 1992.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991.** Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), e dá outras providências. Brasília: DOU, 1991.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986.** Dispõe sobre o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos e dá outras providências. Brasília: DOU, 1986.

**BRASIL. Decreto-Lei nº 1.191, de 27 de outubro de 1971.** Dispõe sobre os incentivos fiscais ao turismo e dá outras providências Brasília: DOU, 1971.

**BRASIL. Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966.** Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. Brasília: DOU, 1966.

**BRASIL. Lei nº. 6.505, de 13 de dezembro de 1977.** Dispõe sobre as atividades e serviços turísticos; estabelece condições para o seu funcionamento e fiscalização; altera a redação do artigo 18, do Decreto- lei nº. 1.439, de 30 de dezembro de 1975; e dá outras providências. Brasília: DOU, 1977.

**BRASIL. Lei nº. 6.513, de 20 de dezembro de 1977.** Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.. Brasília: DOU, 1977.

**BRASIL. Lei nº. 8.623, de 28 de janeiro de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências. Brasília: DOU, 1993.

**BRASIL. Lei nº. 10.683, de 30 de maio de 2003.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília: DOU, 2003.

**BRASIL. Lei nº. 11.771, de 18 de setembro de 2008.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília: DOU, 2008.

**BRASIL. Resolução 01/2005, de 25 de fevereiro de 2005.** Altera a caracterização do Sistema Geodésico Brasileiro. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística Resolução do Presidente. Brasília, 2008.

CARVALHO, Alan Francisco de. **Políticas públicas em turismo no Brasil. Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1 e 2, jan/dez. 2000, p. 97-109

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. **Por que geografia no turismo? Um exemplo de caso: Porto Alegre**. In Turismo: 9 propostas para um saber-fazer/organizado por Susana Gastal.-Porto Alegre:EDIPUCRS, 2000. 150p.:(coleção Comunicação, 4).

CENSO DEMOGRÁFICO SANTA CATARINA. VII RECENSEAMENTO GERAL – 1960. Série Regional. Volume I – Tomo XV – 1ª Parte.

CENSO DEMOGRÁFICO SANTA CATARINA. VIII RECENSEAMENTO GERAL – 1970. Série Regional. Volume I – Tomo XX.

CENSO AGRAPECUÁRIO SANTA CATARINA. VIII RECENSEAMENTO GERAL – 1970. Série Regional. Volume III – Tomo XX.

CENSO AGRAPECUÁRIO SANTA CATARINA. Série Regional - 1975. Volume 1 – Tomo 19

CENSO AGRAPECUÁRIO SANTA CATARINA. IX RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL – 1980. Volume 2 – Tomo 21 – 1ª Parte.

CENSO COMERCIAL SANTA CATARINA. VIII RECENSEAMENTO GERAL – 1970. Série Regional. Volume VI – Tomo XX.

CENSO COMERCIAL SANTA CATARINA. Série Regional - 1975. Volume 3 – Tomo 19

CENSO COMERCIAL SANTA CATARINA. IX RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL – 1980. Volume 4 – Tomo 21.

CENSO INDUSTRIAL SANTA CATARINA. VIII RECENSEAMENTO GERAL – 1970. Série Regional. Volume IV – Tomo XX.

CENSO INDUSTRIAL SANTA CATARINA. Série Regional - 1975. Volume 2 – Tomo 19

CENSO INDUSTRIAL SANTA CATARINA DADOS GERAIS. IX RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL – 1980. Volume 3 – Tomo 21.

CENSO DOS SERVIÇOS SANTA CATARINA. VIII Recenseamento Geral – 1970. Série Regional. Volume VII – Tomo XX.

CENSO DOS SERVIÇOS SANTA CATARINA. Série Regional - 1975. Volume 4 – Tomo 19

CENSO DOS SERVIÇOS SANTA CATARINA. IX RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL – 1980. Volume 5 – Tomo 21.

COSTA, Lizit Alencar; SOARES, Vicente Paulo; RIBEIRO, Carlos Antonio Álvares Soares; SILVA, Carlos Artur Barbosa. O uso de Sistema de Informação Geográfica na determinação da aptidão de áreas rurais para a Recreação e Turismo: o caso da microbacia de São Bartolomeu, Viçosa, Minas Gerais. In: SIMPOSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 10., 2001, Foz do Iguaçu. **Anais** Foz do Iguaçu: INPE, 2001. Disponível em: < <http://www.dsr.inpe.br/sbsr2007/biblioteca/>. Acesso em: 28 ago. 2009.

De Kadt, Emanuel. **Turismo: ¿pasaporte al desarrollo?** Madrid: Ediciones Endymion, 1991. 495 p.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2003.

EMBRATUR. **Diretrizes do programa nacional de municipalização do turismo.** Brasília, EMBRATUR, 1999.

ERBA, Diego Afonso, OLIVEIRA, Fabrício Leal & LIMA, Pedro de Novais Junior. **O Cadastro Territorial presente, passado e futuro.** In cadastro multifinalitário como instrumento de política fiscal e urbana / Organizadores: Diogo Afonso Erba [et all] – Rio de Janeiro, 2005. 144 p. :Il, 21 cm.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. C. Michael Hall: tradução de Edite Sciulli-São Paulo: contexto, 2001. - (Coleção Turismo Contexto).

FARIAS, V.F. **Itapema: Natureza, História e Cultura: para o ensino fundamental** / Vilson Francisco de Farias. – Itapema: Ed. do autor, 1999.

FERRAZ, J. A. **Regime jurídico do turismo**. Campinas: Papyrus, 1992.

FORTES, Paulo de Tarso Oliveira, GONÇALVES, Luciano Costa, LAZARIN, Fausto de Almeida & NASCIMENTO, Rogério da Silva. Aplicação e Integração de Geotecnologias no apoio ao Geocoturismo e Educação Ambiental no município de Cavalcante, Chapada dos Veadeiros, Goiás. In: SIMPOSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 11., 2003, Belo Horizonte. **Anais** Belo Horizonte: INPE, 2003. Disponível em: < <http://www.dsr.inpe.br/sbsr2007/biblioteca/>. Acesso em: 28 ago. 2009.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp?t=3&z=t&o=23&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1>. Acessado em 20/02/2010.

FIGUEIREDO, Sílvia Lima & MANHI, Carlos Alberto. **ANÁLISE COMPARATIVA DE PAISAGEM EM TURISMO: SISTEMAS DE REFERÊNCIA**. In Planejamento Turístico/ Dóris van de Meene Ruschmann, Karina Toledo Solha (organizadoras). Barueri, SP: Manole, 2006.

JENSEN, JOHN R. **Sensoriamento Remoto do Ambiente – Uma Perspectiva em Recursos Terrestres**. Editora Parênteses, SP – Brasil, 2009.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 1989.

LINCKRISH, L. J e KERSHAW, A. G. **Tourism between 1840 and 1940**. In A. J. Burkat e S. Medlik(org). The Management of Tourism. London, Heinemann, 1975, p. 11-26.

LINO, Sônia Regina Lamego. **Novos paradigmas na gestão pública**. Florianópolis: IF-SC, 2009. 122 p. :il.

LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. **A paisagem, a natureza e a natureza das atitudes do homem.** Paisagem e ambiente. – São Paulo, FAUUSP, 1982. 195p. : Il.;21cm.-(Ensaio; 4).

LOCH, Carlos. **A interpretação de imagens aéreas: noções básicas e algumas aplicações nos campos profissionais/** Carlos Loch. – 5.ed.rev. atual. – Florianópolis: Ed da UFSC, 2008.

LOCH, Carlos. **Cadastro como instrumento de política pública.** Apresentação de trabalho em audiência pública no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Brasil. Julho de 2009.

LOCH,C. & ERBA, D.A. (2007). **Cadastro Técnico Multifinalitário rural e urbano.** Cambridge, MA, Lincoln Instituto f Land Policy, 142 p.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional do Turismo 2003-2007:** diretrizes, metas e programas. Brasília, 2003.

MYERSCOUGH, J. **The recent history of the leisure time.** In I. Appleton (org). Leisure Research and Policy. Edinburgh, Scctish Academec Press, 1974, p. 3-16.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao Turismo.** São Paulo: Roca, 2001.

OOSTERBEEK, Luiz. **Fundamentos de Turismo.** Universidade Federal de Pelotas. Projeto Editora e Gráfica - UFPel, 2000. p.45.

PIRES, Paulo dos Santos. **Paisagem e Turismo: Marco Conceitual e Amplitude Metodológica.** In: III SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL.. 08, 2005. **Anais** ISBN 85-7061-347-4 Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul-RS.

REIS, Almir F. **Permanências e Transformações no Espaço Costeiro: formas e processos de crescimento urbano-turístico na Ilha de Santa Catarina.** Brasília: UNB-DF, 2002. Tese de Doutorado.

ROLIM, Flávio Augusto & RIBEIRO, Guido Assunção. Levantamento do Potencial Turístico do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, (PESB),

com suporte em Geoprocessamento, Viçosa, Minas Gerais. In: SIMPOSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO.. 10, 2001, Foz do Iguaçu. **Anais** Foz do Iguaçu: INPE, 2001. Disponível em:< <http://www.dsr.inpe.br/sbsr2007/biblioteca/>. Acesso em: 28 ago. 2009.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável – a proteção do meio ambiente**, Papirus Editora, São Paulo, 1997.

SANTUR, 2007. **Pesquisa Mercadológica Estudo da Demanda Turística Município de Itapema**. Sinopse Comparativa 2005, 2006 e 2007 janeiro/fevereiro Convênio: Santur/Prefeitura Municipal Execução: Gerência de Planejamento/SANTUR.MARÇO/2007.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

SPIRN, Anne Whiston. **O Jardim de Granito**. EDUSP, São Paulo, 1995.

TOFANI, Frederico de Paula. **Os desafios do desenvolvimento turístico sustentável em comunidades tradicionais frágeis**. Topos\_Rev.Arq.Urb., Belo Horizonte, v.1 n.2, p.13-25, jan/jun.2004.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godói. **Bahia Análise & Dados**. Salvador - BASEI v.11 n.2 p.146-152 Setembro 2001.

TOMERIN, Carlos Alberto. **Mercado de agências de viagens e turismo**. Editora Aleph, 2000.

TURNER, Louis e ASH, John. **La horda dorada: El turismo internacional y la periferia del placer ?** Madrid: Ediciones Endymion, 1991. 461 p.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**/John Urry; tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura, 2ª Ed. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1999. (Coleção megalópolis).



## ANEXO I – OFÍCIO/SF/866/09. INFORMAÇÕES PARA O PLANO DIRETOR



### PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

---

Itapema, 24 de novembro de 2009.

OFÍCIO/SF/866/09

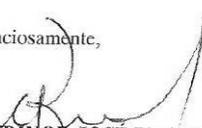
**ASSUNTO:** Informações para o Plano Diretor.

Prezado Senhor,

Em anexo, encaminhamos as respostas solicitadas através do Ofício nº 17/2009, datado de 13 de novembro do corrente, direcionadas para conclusão do projeto de revisão do Plano Diretor de Itapema.

Sendo o que nos apresentava para o momento, reiteramos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

  
**CLAUDINOR JOSÉ BUCCO**  
Secretário Municipal de Finanças

Ilmo. Senhor  
**Prof. Dr. Carlos Loch**  
A/C da Secretaria de Governo  
Itapema – SC.

**1 – Insumos Necessários**

1.1 –

**A - ARRECADAÇÃO MUNICIPAL**

- Meses c/ maior volume de arrecadação: JANEIRO, FEVEREIRO E DEZEMBRO.
- Meses c/ menor volume de arrecadação: AGOSTO, SETEMBRO E OUTUBRO.

**B - PRINCIPAL OBSTACULO DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL**

- INADIMPLENCIA, PLANTA GERICICA DE VALORES, RECADASTRAMENTO IMOBILIARIO INCOMPLETO E ISS AQUEM DO POTENCIAL DE MERCADO.

**C - MAIOR GARGALO DE GASTOS DO MUNICIPIO EM 2008, COMPARADO A RECEITA ARRECADA.**

- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.....30,06 %.
- SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA .....26,83 %
- FUNDO MUN DE SAUDE .....14,78 %

**D - QUAL O SETOR DA ECONOMIA – RESPONSÁVEL P/ MAIOR ARRECADAÇÃO DO MUNICIPIO.**

- COMERCIO E SERVIÇOS. .... 50 %
- INDUSTRIA/CONSTRUÇÃO CIVIL ..... 40 %
- AGRICULTURA E PESCA..... 1 %
- OUTROS ..... 9 %



Claudinor José Bucco  
Secretário de Finanças

**ANEXO II – OFÍCIO/06/2009**

Ofício nº 06/09  
2009.

Florianópolis/SC, 21 de setembro de

Prezado Secretário,

Prezado Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos por meio deste encaminhar (em anexo) o respectivo requerimento referente aos produtos que necessitamos que sejam fornecidos por esta municipalidade, no tocante a parte de interesse turístico; levantamento arqueológico e patrimônio histórico; bem como em relação ao abastecimento elétrico do Município de Itapema.

Aproveitamos o ensejo, para renovar nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Carlos Loch  
Coordenador da Equipe Técnica da UFSC

Ilmo. Sr.  
Secretário de Governo e Planejamento Estratégico  
Ailton Eccel Maçaneiro  
Prefeitura Municipal de Itapema

### **a) Atrativos turísticos**

1- Recursos naturais: cachoeiras, hidrografia, parques, reservas de flora e fauna, grutas, cavernas entre outros;

2- Recursos culturais: monumentos, sítios históricos, instituições culturais de estudo, pesquisa e lazer (museus, bibliotecas, festas, comemorações, gastronomia, artesanato, folclore, musica, dança, feiras, compras) entre outros;

3- Eventos: feiras e exposições, realizações diversas (desportiva, artística, cultural, social, gastronômica, científica e outras).

### **b) Equipamentos e serviços turísticos**

1 - Meios de hospedagem: estabelecimentos hoteleiros: hotéis, motéis, pousadas rurais e urbanas, pensões, camping entre outros;

2 - Serviços de alimentação: restaurantes, bares, lanchonetes, cervejarias, e outros;

3 - Locais de entretenimentos: áreas de recreação e instalações desportivas (parques, praças, clubes, mirantes, marinas), estabelecimentos noturnos (boates, casa de espetáculos), cinemas, teatros e outros;

4 - Outros equipamentos e serviços turísticos: agências de viagens, transportadoras turísticas, postos de informação turística, locadora de imóveis, locadora de veículos, comércio turístico (lojas de artesanato e souvenir), casas de câmbio e bancos, locais de convenções e exposições, cultos e outros.

### **c) Infraestrutura de apoio turístico**

1 – Sistemas de transportes: terrestres (rodovias, terminais, estações rodoviárias e ferroviárias), aéreos (aeroportos, e serviços aéreos), hidroviários (portos, estações e serviços fluviais) e marítimos. Inclui os equipamentos de transportes: carro, ônibus, táxi, trem, navios, avião, bicicletas e outros veículos;

2 - Sistemas de comunicações: agências postais e telegráficas, postos telefônicos entre outros;

3 – Outros sistemas: saneamento, água, gás, eletricidade entre outros;

4 - Sistemas de segurança: delegacia de polícia, postos da policia rodoviária, corpo de bombeiros, e outros;

5 - Equipamento médico-hospitalar: pronto-socorro, hospitais, clínicas e outros;

6- unidades educacionais: escolas, creches, centros de treinamento entre outros (atualizado);

**d) Órgão municipal oficial de turismo, Instâncias de Governança, assim como, os Colegiados que apóiam o desenvolvimento do turismo.**